

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

RAFAEL DOS SANTOS MORATO

**OS SENTIDOS DOS DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO  
FACEBOOK: a desigualdade social "curtida" e "compartilhada"**

RECIFE

2017

RAFAEL DOS SANTOS MORATO

**OS SENTIDOS DOS DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO  
FACEBOOK: a desigualdade social "curtida" e "compartilhada"**

Dissertação de mestrado, na linha Cidadania e Práticas Sociais, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Direitos Humanos, sob a orientação do Prof. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda.

RECIFE

2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

M831s Morato, Rafael dos Santos  
Os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade no Facebook: a desigualdade social “curtida” e “compartilhada” / Rafael dos Santos Morato. – Recife, 2017.  
148 f.: il., fig.

Orientador: Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2017.

Inclui referências.

1. Gênero e sexualidade. 2. LGBT. 3. Discurso de ódio. 4. Facebook. 5. Humaniza Redes. I. Miranda, Marcelo Henrique Gonçalves de (Orientador). II. Título.

341.48 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-112)

**RAFAEL DOS SANTOS MORATO**

**OS SENTIDOS DOS DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO  
FACEBOOK: a desigualdade social "curtida" e "compartilhada"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Direitos Humanos, em 22/02/2017.

**DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profº. Drº. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda**  
Orientador – PPGDH / UFPE

---

**Profª. Drª. Jaciara Josefa Gomes**  
PPGDH / UFPE

---

**Profª. Drª. Nádia Patrízia Novena**  
NDIS / UPE

RECIFE

2017

## Agradecimentos

Para que eu pudesse agradecer a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com o processo de produção dessa dissertação seria necessária outra dissertação. No entanto, tentarei abarcar aqui aquelas e aqueles que participaram de forma mais contundente para que esse ciclo se encerrasse:

Aos meus pais, pelo cuidado, pelo afeto, por jamais deixarem de acreditar em todas as minhas escolhas, mesmo as mais inconformes e foras da curva. Por levarem à sério quem eu sou e respeitar isso em toda a minha trajetória. A Rafael Araújo, pelo companheirismo e por contribuir de forma solidária e extremamente afetuosa nessa reta final.

A todos os amigos e amigas que fiz durante o mestrado e que pretendo manter perto de mim para o resto da vida. A Eduardo pelos inúmeros materiais emprestados; a Cleyton e Daniel pelas diversas parcerias e por contribuírem diretamente e solidariamente com esse processo.

Aos meus queridos rebeldes um destaque especial: Ana Cristina, Bruno Arrais, Bruno Correia, Denise, Elis, Fernanda – que com sua doçura e força lançou luz sobre mim apenas por existir –, Julieta e, finalmente, Mariana, a minha “chapa”. Cada um/uma de vocês, em grupo ou individualmente, me fizeram sempre ir mais longe do que eu poderia através do afeto e da humanidade.

A Marcelo Miranda pela orientação preciosista; Virgínia Leal pelo academicismo competente e descontraído; a Gustavo Gomes e Aurenéa pelas contribuições valiosas na qualificação e a todas/todos os professores/professoras e funcionários do PPGDH que deram a sua contribuição e foram essenciais para que esse trabalho se concluísse.

Ao meu tio Manassés, *in memoriam*, um vulnerável social que faleceu tragicamente nos últimos dias desse processo e me fez renovar a certeza da família maravilhosa que tenho, o orgulho das Marias que me inspiraram/inspiram diariamente e a crença de que há um amor que acolhe na alegria e na dor.

Por fim, reafirmo que sou só gratidão a tudo, todas e todos que me inspiraram e mostraram que a minha trajetória, da qual me orgulho muito, é apenas um elemento dentro do universo de coisas que me fez crer que era possível chegar mais longe do que eu poderia supor. Muito Obrigado!

## Resumo

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC levou a ampliação do acesso à produção de conteúdos. Há quem considere, inclusive, um avanço na democracia comunicacional, pois na *internet* não são apenas os meios hegemônicos de comunicação que ocupam esse espaço. Pessoas comuns passaram a ter voz ativa nesse ambiente. Com um acesso considerável, mas que ainda comporta exclusão digital, as mídias sociais se potencializaram e receberam a transferência dos problemas sociais ocorridos no mundo *off-line*. Logo, ao mesmo tempo em que permitiram uma democracia comunicacional serviram também de canal para a reprodução de desigualdades sociais. Nesse contexto, inserimos o *Facebook* como símbolo dessa dinâmica, contabilizando mais de 1,5 bilhão de usuários no mundo. Sendo assim, a desigualdade social que vitima LGBT quando o assunto é gênero e sexualidade pode ser visualizada também nos discursos do *Facebook*. A partir disso esse trabalho tenta compreender como a formação de discursos advindos de relações de poder e ideologias distintas contribui para a (re)produção das assimetrias sociais que vitimam os LGBT em discursos no *Facebook*. O caminho teórico-metodológico que se encontrou para analisar os discursos sobre gênero e sexualidade no *Facebook* e enxergar o que está por trás desse discurso foi a Análise do Discurso Crítica. A partir da construção teórica dos estudos críticos do discurso e da utilização de pesquisa documental foi possível compreender como as interdiscursividades, as relações de poder e os sentidos ideológicos estavam influenciando a formação dos discursos sobre gênero e sexualidade e, conseqüentemente, (re) produzindo desigualdade social.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. LGBT. Discurso de ódio. *Facebook*. Humaniza Redes.

## Abstract

The development of information and Communication Technologies – ICT has led to an increase in access to the production of content. There are even those who consider an advance in communicational democracy, because on the Internet it isn't only the hegemonic media that occupies this space. Common people began to have an active voice in this environment. with considerable access, although it still entails digital exclusion, social media has been empowered and received the transference of social problems occurred in the offline world. Therefore at the same time that they allowed the communicational democracy they also served as a channel for the reproduction of social inequalities. In this context, we have inserted Facebook as a symbol of this dynamic, accounting for more than 1.5 billion users worldwide. Therefore, social inequality that is a victim of LGBT when it comes to gender and sexuality can also be seen in *Facebook* speeches. From this, this work tries to understand how the formation of discourses from different power relations and ideologies contributes to the (re)production of social asymmetries that victimize the LGBT from discourses on *Facebook*. The theoretical-methodological way that was found to analyze the discourses on gender and sexuality in *Facebook* and to see what is behind this discourse was the Analysis of Critical Discourse. From the theoretical construction of critical discourse studies and the use of documentary research, as well as from some ethnographic aspects, it was possible to understand how interdiscursivities, power relations and ideological senses were influencing the formation of discourses on gender and sexuality and, consequently, (re) producing social inequality.

Keywords: Gender and sexuality. LGBT. Hate speech. *Facebook*. Humaniza Redes.

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Arcabouço teórico-metodológico da ADC .....	87
--	----

## Lista de Figuras

Figura 1 - Banner de divulgação do XIII Seminário LGBT do Congresso Nacional com o tema: “O próximo pode ser você” .....	100
Figura 2 - Postagem do Humaniza Redes estimulando a denúncia da prática de Homofobia.....	102
Figura 3 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários dos usuários e do Humaniza Redes.....	104
Figura 4 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários dos usuários e do Humaniza Redes.....	106
Figura 5 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários de usuário - continuação .....	107
Figura 6 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários de usuários sobre a postagem – continuação do comentário anterior e novos comentários.....	107
Figura 7- Ensaio Fotográfico: Sexualidade e Ignorância .....	115
Figura 8 - Ensaio Fotográfico: Sexualidade e Ignorância.....	116
Figura 9 - Ensaio Fotográfico: Sexualidade e Ignorância.....	118
Figura 10 - Semana Nacional da Visibilidade Lésbica .....	121
Figura 11 - Semana Nacional da Visibilidade Lésbica .....	123
Figura 12 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	126
Figura 13 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	128
Figura 14 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	128
Figura 15 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	129
Figura 16 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	129
Figura 17 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	130
Figura 18 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	130
Figura 19 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	131
Figura 20 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	131
Figura 21 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	132

Figura 22 - Me chame pelo nome que eu escolhi .....	132
Figura 23 - Me chame pelo nome que eu escolhi.....	133

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O DISCURSO E AS RELAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>17</b>
2.1	O discurso e as relações sociais .....	18
2.2	As análises de discurso .....	21
2.3	A ADC e o engajamento do pesquisador no combate as opressões sociais : a escolha do problema a ser investigado .....	26
2.4	Interdiscursividade e intertextualidade .....	28
2.5	Poder e Ideologia.....	31
2.6	A interdisciplinarietà da ADC .....	43
<b>3</b>	<b>GÊNERO, SEXUALIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL .....</b>	<b>45</b>
3.1	Gênero e desigualdade social .....	45
3.2	Sexualidade e desigualdade Social.....	52
3.2.1	A hierarquia das identidades sexuais e a normalização dos desejos sexuais.....	63
3.3	Gênero, sexualidade e linguagem .....	68
<b>4</b>	<b>CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>74</b>
4.1	A ADC como método .....	74
4.2	As Pesquisas Qualitativas e a Reflexividade .....	77
4.2.1	A pesquisa qualitativa online .....	79
4.3	A escolha do Humaniza Redes e o tempo de coleta.....	81
4.4	Caminhos Metodológicos: o percurso da análise .....	85
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>91</b>
5.1	As redes sociais: contextualizando e identificando o problema	91
5.1.1	O Facebook e os discursos sobre LGBT .....	93
5.2	Liberdade de expressão <i>versus</i> Discurso de ódio na internet e os LGBT .....	96
5.3	Investigação da função do problema na prática e dos modos de vencer os obstáculos .....	138
5.4	Refletindo a análise .....	139
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>145</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A notória relevância do mundo *online* na vida das pessoas, possibilitada pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC –, é tanta que grandes revoluções e manifestações ocorridas pelo mundo foram realizadas com considerável utilização da *internet* e, principalmente, das redes sociais digitais. É o caso da chamada primavera Árabe, ocorrida no oriente médio e norte da África, que articularam e conectaram movimentos e manifestações sociais e levaram a queda de governos – Tunísia, Egito e Líbia - que duravam mais de 20 anos.

Essa utilização da *internet* como meio de articulação de protestos também aconteceu no nosso país. No Brasil, em 2013 – uma onda de manifestações sucessivas, que conjurava uma pluralidade de grupos e movimentos políticos, ficou conhecida como Jornadas de junho. Esse evento acabou se tornando um marco em termos de manifestações e mobilizações sociais brasileiras, nos últimos anos. Para Rolnik (2013), esses eventos foram compostos, em sua maioria, por jovens, articulados por meio das redes sociais e rejeitaram a participação de organizações partidárias, sindicais e outros meios tradicionais de organização em massa.

O avanço das TIC possibilitou um expressivo aumento no acesso ao conhecimento e ampliou os canais de veiculação de informações. A possibilidade de que todos que têm o acesso a *internet* tenham o poder de emissão e recepção de informação trouxe uma grande transformação na maneira e na velocidade da comunicação, mas também parece ter viabilizado a potencialização de conflitos sociais e intensificado a violação de direitos humanos, infelizmente já existentes na sociedade, pois os conteúdos na *internet* se conectam e são compartilhados em uma velocidade incomensurável. Nessa rapidez, a reprodução de discriminações, de preconceitos, do machismo, do sexismo e LGBTfobia<sup>1</sup> no ambiente *online* pode permitir interações muito mais anônimas possibilitando posicionamentos mais agressivos e desrespeitosos.

Nessa direção, a partir do aumento exponencial da utilização da *internet* percebe-se também um aumento da onda de xingamentos, agressões gratuitas e claras violações a direitos humanos. Os principais alvos desses ataques são as

---

<sup>1</sup>O termo LGBTfobia é uma palavra bastante recente e inspirada no movimento LGBT brasileiro, com raízes no termo homofobia. “Esse termo indica o ódio e a aversão aos homossexuais e a todas as outras manifestações da sexualidade não hegemônica ou de expressões de gênero distintas dos padrões normativos do masculino e do feminino” (BONOTO, 2015, p.02).

mulheres, os negros, a população LGBT e tantos outros vulneráveis sociais que sofrem constantes agressões por meio sobretudo do crescimento de comentários e postagens de ódio. Tais agressões, no ambiente *online*, vinham me chamando bastante à atenção, nos últimos anos, o que foi um dos motivos que me levou a realização dessa pesquisa.

Assim, não poderia, jamais, após me entender como um indivíduo gestado e desenvolvido sob os olhos da vulnerabilidade social, ocupando agora um importante espaço de fala (a academia), desprezar essa origem, ignorar as injustiças que presenciei, e me negar a avolumar os conhecimentos que defendem a dignidade das pessoas e a integridade dos direitos humanos. Participar da construção do conhecimento em direitos humanos é contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática, que valoriza a dignidade humana e estimula o respeito à diversidade.

A violência de gênero foi apresentada a mim muito cedo e na sua forma mais cruel, ceifando a vida. Aos 12 anos de idade, no vilarejo onde morava, na mata-sul canavieira de Pernambuco, havia dias que todos do “arruado” procuravam por uma jovem que costumava brincar conosco. Depois de um longo tempo de procura, chegou um carro de uma equipe de reportagem alagoana, acompanhado por um carro da polícia, procurando a mãe da moça. Para aquela pequena rua, de chão batido, tudo parecia um grande evento. “Acharam-na”, pensaram todos.

Nesse instante, a pequena rua em frente à casa da garota estava tomada pelos moradores e curiosos. Para nossa surpresa e desespero dos familiares eram as fotos da jovem, aproximadamente 15 anos de idade, pelo que me lembro, desfigurada, completamente nua e contabilizando 17 facadas pelo corpo e com traços de violência sexual.

Depois de ficar um tempo ali, parado, sem entender como alguém podia ser tão cruel, ouvi comentários que culpabilizavam a vítima pelo ocorrido, tais como: “só vivia com os macho”, “vivia no meio do mundo”, “devia estar fazendo programa... acontece”. Eu não sabia o que era, mas algo me parecia errado naquele momento, afinal, ela não era a vítima? Esse não foi o único caso que acompanhei de perto, mas certamente foi um dos mais marcantes, pois o desespero da família, a forma como a notícia foi dada e as imagens da brutalidade daquele assassinato foi algo tão

perturbador que nem o seu corpo no caixão, limpo e rodeado de flores conseguiram nos consolar, pois a dor “inundava” aquele lugar. Cada mulher que vi espancada ou subjugada pelo marido/companheiro na infância/adolescência, cuja violência era dotada de silenciamentos e justificativas falaciosas, dava-me mais certeza de que algo na forma como as relações ocorriam estava fora do lugar, na contramão de uma equidade de gênero e da promoção dos direitos humanos.

Anos depois, durante a experiência que tive na polícia militar, era evidente para mim certo desconforto por parte dos policiais em relação à presença feminina na corporação e também no tratamento de ocorrências policiais que abarcassem questões de gênero e violência doméstica ou em situações relacionadas às identidades de gênero como as que envolviam travestis. Esses elementos trouxeram-me uma inquietude em relação a essas questões que não pude deixar de lado quando decidi fazer mestrado em Direitos Humanos.

Na minha passagem pela Universidade Católica de Pernambuco, no curso de Direito, cursei uma disciplina eletiva de nome Direito à Diversidade e Inclusão Formal e Material ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Carolina Ferraz. Ali comecei a entender um pouco como as estruturas sociais e, em geral, as instituições eram/são excludentes e cruéis com a população LGBT e com as mulheres. Na mesma época, outra questão me chamava a atenção. Como dito anteriormente, a presença significativa das mídias sociais na vida das pessoas com uma reprodução reiterada e potencializada de discriminações e preconceitos, feitos a partir de discursos carregados de agressões cotidianas, infelizmente, violavam/violam os direitos humanos de mulheres, lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais, reforçando uma sociedade misógina e LGBTfóbica.

Eu enxergava que as mesmas relações desiguais que eu visualizada fora das redes eram perceptíveis na *internet*. A maneira violadora como as pessoas eram tratadas a partir de questões de gênero ou da sexualidade estavam presentes também nas mídias sociais. Nos discursos, as assimetrias no tratamento aos LGBT eram notórias. Os lugares subjugados e invisibilizados dado a essas pessoas ficavam evidente nos discursos. Ao mesmo tempo em que essas questões incomodavam também me despertavam um interesse investigativo como foi dito anteriormente.

Foi então que, após a minha saída da polícia militar, pensei em me debruçar sobre algo que me trouxesse um sentimento de atuação, no campo do conhecimento, contra os processos de exclusões e reprodução de desigualdades sociais viabilizados na *internet*.

A ideia inicial para a pesquisa, portanto, foi a de analisar os limites entre a liberdade de expressão e o *cyberbullying* por orientação sexual, mas no meio do caminho, provocado pelos debates no mestrado e pelos textos estudados, dei-me conta de que não era exatamente essa questão que eu desejava investigar. Além disso, percebi que discutir fronteiras para liberdade de expressão, não ia me colocar no percurso da compreensão dos sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade no *Facebook*.

Nessa perspectiva, os sentidos assumidos a partir da liberdade de expressão, ou pelo menos o que se entende por esse direito, no ambiente da *internet* nos leva a inferir que podem servir como justificativas para a formação de muitas falas de ódio contra os LGBT. Dessa forma, muito se discute sobre as constantes violações de direitos na *internet*, visto que esta se mostra um ambiente ambivalente em que se verificam a (re)produção de vários e conflitantes sentidos sobre gênero e sexualidade.

A partir da verificação dessas violações, foi criado, então, um site de denúncias para crimes que ocorressem no ambiente *online* e uma página no *Facebook* para o fomento da utilização da *internet* de forma mais humana e consciente. Tanto o *site* quanto a página possuem *banners* de promoção dos direitos humanos, porém era a plataforma do *Facebook* que possuía interação com os usuários e fazia postagens com textos reflexivos sobre os Direitos Humanos.

Ambas as plataformas – o site e a página no *Facebook* – foram nominadas Humaniza Redes e são de iniciativa do governo federal. As postagens no *Facebook* têm o intuito de fomentar – no caso do *site*, de gerenciar denúncias de crimes cometidos na *internet* – a humanização no espaço *online*, pois parte do entendimento de que a *internet* se constitui em um ambiente em que ocorrem violações a Direitos Humanos.

Ressaltamos que a página do Humaniza Redes é um campo de análise bem atraente pelo fato: a) de ser uma página com bastantes acessos, curtidas e

comentários; b) por ser um ambiente em que a ação é direcionada à discussão da humanização das mídias sociais; c) em virtude de existirem constantes campanhas de promoção da cidadania LGBT e sobre equidade de gênero; e d) por haver na página uma interação entre os administradores, representados pelo perfil Humaniza Redes, e seus usuários, materializando uma disputa de sentidos.

A decisão de discutir gênero e sexualidade no *Facebook*, investigando como esses eixos são tratados nos discursos que materializam as disputas de sentido, foi construída tanto a partir da verificação de incipiência no campo de produção de conhecimento entre *internet*, discurso e a comunidade LGBT, como a partir do lugar de pesquisador que ocupo hoje em virtude da minha trajetória relacionada à temática, descrita anteriormente.

Ostermann & Fontana (2010) já reclamavam essa lacuna acadêmica há anos. As autoras afirmam que o crescente interesse do público e os *gaps* acadêmicos sobre linguagem, gênero e sexualidade, foi o que as motivou, inclusive, a organizar um projeto que agrupasse estudos sobre tal assunto. As pesquisadoras afirmam que boa parte dos escritos sobre essa temática são publicações estrangeiras – britânicas e americanas – não havendo muita produção nacional. Assim, o nosso estudo tenta contribuir diminuindo essas lacunas e trazendo um olhar de discursos sobre gênero e sexualidade no *Facebook* que ajuda na compreensão dessa dinâmica violadora na era da *internet*.

Dessa forma, tentando compreender essa dinâmica e avolumar os conhecimentos desse campo de produção de conhecimento, pergunta-se: quais são a interdiscursividade, as ideologias e relações de poder, materializadas nas formações discursivas que compõem os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade na página do Humaniza Redes no *Facebook*.

A hipótese que se pretende confirmar é a de que alguns discursos sobre gênero e sexualidade no *Facebook* se baseiam em marcadores sociais como religião, desigualdade de gênero, hierarquia sobre a orientação sexual e a biologia para legitimarem uma suposta “normalidade” e “anormalidade” dos LGBT. Esses sentidos terminam mascarando as violações sofridas por essa população no campo dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, os meus objetivos geral e específicos são:

## O objetivo geral

- Compreender a interdiscursividade, as ideologias e relações de poder, materializadas nas formações discursivas que compõem os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade, na página do Humaniza Redes, no *Facebook*.

### Objetivos Específicos

- a) identificar as postagens que apresentam campanhas de promoção da cidadania LGBT, estimulam o combate à LGBTfobia e/ou violência em virtude de gênero na página do humaniza redes no *Facebook*;
- b) Analisar as formações discursivas que são produzidas a partir das postagens do Humaniza redes no *Facebook* e que são utilizadas pelos usuários para justificar as disputas de sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade;
- c) Mapear os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade em relação à população LGBT, na página do Humaniza Redes.

Muitos são os discursos sobre os LGBT no Humaniza Redes, já que diversas são as postagens sobre essa população. Ao acessar a página, foi possível encontrar discursos que representam diversas perspectivas e expressam as questões que serão analisadas nessa pesquisa, pois as postagens de promoção da cidadania LGBT existem diversos discursos que dão pistas das diferentes perspectivas e interdiscursividades que representam o caminho para a análise das violações dessas pessoas através dos discursos. Dessa forma, alinharei o empírico ao teórico para conseguir chegar a resposta do problema proposto.

Como coloca Vieira e Resende (2016, p. 107) “assim como a realidade não pode ser reduzida ao empírico, ou seja, a nosso conhecimento sobre ela, que é contingente, mutável e parcial, também não devemos presumir que a realidade de textos seja exaurida por nosso conhecimento sobre eles” (FAIRCLOUGHT *apud* VIEIRA e RESENDE, 2016, p.107). Sendo assim, estarei fazendo aqui uma apresentação do meu olhar crítico sobre algumas das dimensões de um determinado problema social evidenciado através do discurso, pois o pesquisador também não tem como estar acima da estrutura em que se encontra inserido no tempo e espaço (DERRIDA, 1995).

Diante do exposto e tentando alcançar o objetivo desse estudo dividimos a dissertação em quatro capítulos que foram desenvolvidos da seguinte forma:

a – O primeiro capítulo discutirá o delineamento teórico sobre o discurso e as relações sociais. Além disso, também serão construídos nesse capítulo os contornos teóricos sobre a análise do discurso crítica (ADC) e como ela se encaixa como teoria e método para essa pesquisa;

b – O segundo capítulo se ocupará do campo de produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade e sua relação com a linguagem. Assim, abordar-se-ão as perspectivas que dão suporte para a compreensão das desigualdades sociais que são geradas nos discursos a partir dessas categorias;

c – O terceiro capítulo se dedica a construir os caminhos metodológicos da pesquisa que serviram de suporte para a construção do trabalho;

d – O quarto capítulo se dedicará a analisar os dados gerados seguindo os passos metodológicos traçados nesse estudo, de modo a buscar responder o problema dessa pesquisa e confirmar ou não a hipótese levantada.

## 2 O DISCURSO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Na primeira seção desse capítulo serão abordados apontamentos conceituais sobre o discurso e sua ligação com as relações sociais, partindo de estudos do discurso relacionados às concepções formalista e funcionalista, visto que ambas influenciam o caminho de duas importantes definições acerca de discurso e ajudam a entender caminhos teóricos dentro das análises de discurso.

Na seção seguinte, pensando nos caminhos que essa pesquisa pretende tomar, serão apresentados contornos teóricos sobre a Análise do Discurso Francesa e a Análise do Discurso Crítica<sup>2</sup>, esta última de forma priorizada, por ser o eixo teórico-metodológico adotado nessa pesquisa.

Na terceira seção, já dentro dos estudos da Análise do Discurso Crítica (ADC), será demonstrada a necessidade de engajamento do pesquisador na realização de uma análise dentro dos estudos críticos do discurso, bem como o caminho da definição do problema a ser investigado. A seção seguinte servirá para incorporar aos elementos de análise os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade nas pesquisas sobre discurso e práticas sociais.

Na quinta seção, serão traçados contornos sobre poder e ideologia, recursos teóricos fundamentais para a ADC na identificação e compreensão de relações de poder e sentidos ideológicos que influenciam e integram os discursos. Por fim, na última seção, será apresentada a necessidade da ADC de demandar outros campos do conhecimento. Ou seja, o seu caráter interdisciplinar.

Assim sendo, destaca-se que os traços teóricos deste capítulo visam delinear alguns conceitos para dar coerência teórico-metodológica à análise que se pretende fazer nessa pesquisa, mas, de modo algum, têm a pretensão de exaurir o conhecimento sobre esse campo de produção do saber a partir das análises realizadas sobre os discursos na página do Humaniza Redes.

---

<sup>2</sup> Em virtude de uma questão de tradução, o termo *Critical discourse analysis*, (FAIRCLOUGH, 1995) é utilizado pelos autores brasileiros de duas formas: Análise do Discurso Crítica e Análise Crítica do Discurso. Sendo assim, informamos que, embora haja alguma variação nas citações, este trabalho utilizará o termo Análise do Discurso Crítica, sobretudo pelo fato de utilizar como livros basilares nacionais: Análise de discurso Crítica, (RESENDE E RAMALHO, 2016) e Análise de Discurso (para a) Crítica: O texto como material de pesquisa (VIEIRA e RESENDE, 2016) As duas obras utilizam a sigla ADC em todo o seu texto.

## 2.1 O discurso e as relações sociais

Dentro do universo de estudos linguísticos em que se encontram as análises de discursos e o que essas análises envolvem na sua aplicação metodológica para mapear a realidade social, é vital para a discussão teórica trazer à baila alguns entendimentos sobre discurso, elemento norteador desse trabalho.

As definições habituais sobre discurso são mais concretas e denotam um caráter mais material e quantitativo ao termo. O discurso seria, então, encarado como uma unidade que representa um conjunto de palavras escritas e/ou ditas e também teriam gêneros definidos a partir desse conjunto de palavras, sendo possível classificá-los como: por exemplo, discursos religiosos, políticos, midiáticos (RESENDE e RAMALHO, 2016). Antes, no entanto, de se aprofundar sobre os conceitos acerca do discurso, faz-se necessário explorar questões que permeiam essas concepções.

A forma como o discurso é abordado influencia diretamente no entendimento sobre o seu conceito. Tanto é assim que as abordagens formalista e funcionalista dão a tônica do caminho a ser seguido. Esses caminhos são resultantes de dois olhares distintos sobre a linguagem.

Se de um lado, a perspectiva formalista entende a linguagem como um objeto autônomo, fechado em si e que não pode ser “contaminado” de maneira alguma por fatores externos; do outro, no olhar funcionalista, a perspectiva é oposta, pois a linguagem é encarada como algo que recebe interferência e tem funções externas ao sistema e essas interferências externas também são responsáveis pela influência na organização interna do sistema linguístico (RESENDE e RAMALHO, 2016) e, conseqüentemente, na organização da realidade social.

A partir desses olhares distintos, então, surgem definições também diferentes sobre discurso. “No paradigma formalista, o discurso é definido como a unidade acima da sentença; no funcionalismo, como a linguagem em uso” (RESENDE e RAMALHO, 2016, p. 13). Ou seja, na perspectiva formalista, o discurso se apresenta como um “nível da linguagem mais complexo que a frase” (MELO, 2012, p.56), enquanto na perspectiva funcionalista o discurso é encarado como o processo de utilização cotidiana da linguagem pelas pessoas (MELO, 2012).

Segundo Melo (2009), o enfoque conceitual formalista - sobre o discurso – é o de simples conjunto de palavras e/ou sentenças em um nível mais complexo do que as frases. O discurso nessa visão é algo que não têm ligação com as suas consequências. É um local transparente, por onde as experiências sociais atravessam. Nessa perspectiva, o sujeito do discurso decodifica uma mensagem e um sistema linguístico de forma invariável. O discurso, então, acaba se confundindo com texto. Logo, a abordagem formalista se torna inadequada para analistas de discurso, pois estes investigam questões que não se limitam apenas a linguagem.

Sendo assim, o analista de discurso não pode se furtar da concepção funcionalista da linguagem, já que sua investigação busca elementos que estão além dos sistemas linguísticos. Busca, sobretudo, compreender questões que impactam na composição e uso desses sistemas – como esses sistemas influenciam nas relações sociais, nas construções, desconstruções e estruturações de discursos (RESENDE e RAMALHO, 2016).

Para Pêcheux *apud* Daróz; Santana; Azevedo; Silva (2014), o precursor da análise do discurso francesa, corrente que sofreu influência do estruturalismo, o sujeito do discurso funciona como um compartimento que aglomera sua ideologia e o discurso acaba sendo, portanto, a maneira de materialização dessa ideologia, ou seja, o discurso assume a materialização da estrutura da realidade social. Contudo, na visão de Melo (2012), as questões a serem discutidas, nesse caso, acabam se limitando aos elementos que são materializados no discurso, mas sem considerar o fluxo e refluxo provocados pela produção do discurso e a influência que ele exerce sobre as relações sociais.

Nessa composição, e em um caminho diferente, mas também dentro da perspectiva funcionalista de discurso, que enxerga questões que estão além da linguagem, Fairclough (2001), um autor fundamental quando se fala em análise do discurso crítica, destaca que o discurso se constitui em uma prática social e seu poder de transformação não pode ser ignorado. Vejamos:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

Nesse enfoque, então, o discurso acaba tendo uma conotação ampla que considera que as pessoas agem sobre o mundo através da linguagem. Sendo assim, a produção de um discurso acaba sendo o resultado da interação constante entre discursos anteriores e as estruturas sociais. Dessa forma, esse entendimento de discurso permite enxergar além da lógica reprodutora de realidades sociais, pois o discurso enquanto prática social também produz efeitos. Logo, é encarado como um meio transformador dessas realidades.

Nessa perspectiva, Vieira e Resende (2016, p. 19) colocam o termo discurso com duplo significado na ADC: “como substantivo abstrato, significa o momento irreduzível da prática social associada à linguagem; como substantivo mais concreto, significa um modo particular de representar nossa experiência no mundo”.

É nesse contexto que se insere a Teoria Social do Discurso, de Fairclough que se constitui em “uma abordagem de Análise de Discurso Crítica (ADC), (...) que se baseia em uma percepção da linguagem como parte irreduzível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais” (RESENDE e RAMALHO, 2016, p.11).

Os elementos expostos acima trazem considerável aproximação com a concepção foucaultiana sobre discurso, ou seja: o discurso constitui as relações, interpela os sujeitos e constrói representações de sujeitos e práticas sociais. Essa maneira de produzir/reproduzir discursos influencia: a forma como os sujeitos são posicionados e nominados; a mudança da forma de discursar, a depender de onde se fala, com quem se fala e quem é essa voz que discursa (FOUCAULT, 1970) produz outros sentidos e outros sujeitos. Todas essas questões que precedem a produção discursiva são importantes para entender a linguagem e seus sentidos produzidos como parte integrante da dialética social.

Para Foucault,

a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm como função conjurar seus poderes e perigos, (...) esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1970, p. 8).

Percebe-se, então, que para conseguir alcançar as relações de poder e sentidos ideológicos que moldam e que influenciam substancialmente os discursos a

serem analisados, é preciso ir além das questões meramente linguísticas, sendo necessário encarar o discurso de uma forma não isenta e nem dotado de neutralidade. Por tudo o que foi demonstrado sobre discurso e pela noção de discurso assumida nessa pesquisa, há muito mais elementos de análise do que uma simples (de) codificação de palavras ou linguagem “pura”.

Por isso, em virtude de se pretender desvelar o que está além da literalidade textual dos comentários do *Facebook*, entendendo o discurso como um momento da prática social (VIEIRA e RESENDE, 2016) e percebendo que é necessário fazer uma análise mais profunda dos elementos que subjazem os discursos sobre gênero e sexualidade na página do Humaniza Redes a ADC nos parece ser a ferramenta mais adequada para sistematizar e analisar os dados coletados.

Entretanto, visando delinear ainda mais os contornos da ADC, faz-se necessário explicitar as distinções entre as principais análises de discurso e os conceitos da análise do discurso crítica.

## **2.2 As análises de discurso**

Ultrapassar a literalidade das palavras escritas e/ou faladas não é tarefa fácil nem pode prescindir de uma análise complexa e bem construída. Por esse motivo os estudos construídos e nomeados como análises de discursos carregam consigo uma árdua tarefa: desvendar relações e elementos que se escondem, constituem e atravessam a linguagem.

Nessa direção, Melo (2012, p. 57) entende que:

O objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata somente da linguagem, mas o que pode ser criado, reproduzido, mantido e transformado por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas.

No entanto, dentro dos estudos linguísticos contemporâneos que apontam linhas teóricas chamadas de análises de discurso, muitas são as correntes existentes. Sendo assim, nomeia-se a Análise do Discurso (AD), produzida na França, e a Análise do Discurso Crítica (ADC), na perspectiva de Fairclough, caminho já assumido dessa pesquisa, como as principais correntes relacionadas ao tema.

A AD, desenvolvida preponderantemente na França, dá mais atenção aos meios de produção e recepção textual do que aos agentes. Sua investigação, normalmente, foca na interação entre as pessoas, realizada pela linguagem, e considera o sentido produzido como resultante dos processos sociais independentemente da intencionalidade de quem produz o discurso (MELO, 2009). Assim, a ênfase é na estrutura de inteligibilidade que organiza e dá materialidade à realidade social.

Nesse arranjo, Daroz, Azevedo e Silva (2014) entendem que:

O analista do discurso busca compreender então como os sentidos, que aparecem sempre como evidentes aos sujeitos, são constituídos na relação com as suas condições de produção. Para isso, leva em conta a determinação do sujeito do discurso aos processos socioideológicos; ele também considera que a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma; não se esquece que a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); e que o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam (DARÓZ, AZEVEDO, SILVA, 2014. p. 148).

Dessa maneira, a AD se mostra visivelmente relacionada ao paradigma estruturalista, pois o indivíduo está em uma condição de assujeitamento. Assim, esse indivíduo não tem nenhum tipo de controle sobre a forma como é afetado pelos processos sociais na formação do discurso. Ele é interpelado nas produções de sentidos via discursos. Assim, para a AD, quem discursa está fadado a reproduzir a estrutura social na qual está inserido, pois nenhuma vontade sua resiste aos processos de interpelação ideológica (MELO, 2009) e aos processos de inteligibilidade social.

Por outro lado, para a ADC, a posição de quem discursa acaba sendo diferente, visto que é dado um nível de autonomia que não se apaga no processo de formação do discurso. Na ADC quem produz o discurso é denominado “agente-sujeito” e pode atuar conscientemente na formação discursiva. Nesse sentido, Iram Melo (2009, p.16) enquadra o agente-sujeito da ADC como “uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente”.

Essa é uma das diferenças mais marcantes entre a AD e a ADC. Se em uma corrente o sujeito é assujeitado e não há vontade própria da pessoa que produz o discurso; do outro lado, não se pode indicar supressão máxima dessa voz individual.

Nessa última abordagem, há a possibilidade de diálogo entre os processos sociais que influenciam a produção discursiva e a intencionalidade do agente-sujeito. Logo, em vez de considerar o indivíduo como um elemento social posicionado no discurso, a ADC passou a encarar essa subjetividade como atuante, mas também como resultante dos processos sociais (MELO, 2012).

Outro importante ponto de distanciamento a ser destacado entre as correntes é o enfoque que o analista do discurso dará ao seu trabalho. Se de um lado, o analista da AD utiliza o seu olhar para entender elementos que estão por trás dos discursos; do outro, quem utiliza a ADC precisa já entender o caráter de produção de contrapoder e resistência à opressão social a partir dessa análise, pois tem que encarar o discurso como um elemento de mudança social.

Ambas procuram enxergar aquilo que está além dos sistemas linguísticos. Porém, enquanto uma abordagem se limita a investigar e desvelar elementos ideológicos de formação dos discursos; a outra investiga, desvela e tenta a partir da compreensão desses elementos contribuir para a transformação social através de um contradiscurso que combate a reprodução de injustiças sociais. Ou seja, a ADC, além de identificar os elementos sociais materializados através do discurso dá mais ênfase aos processos de mudança e resistência provocados pelo discurso do agente-sujeito.

Essa ruptura conceitual entre as correntes se deu muito em virtude de questões que giravam em torno da forma de encarar a subjetividade e do enfoque que cada uma delas dá a essa subjetividade nos estudos do discurso. Enquanto na AD essa subjetividade é totalmente controlada, na ADC a subjetividade tem uma relativa autonomia.

Ambas as abordagens (AD e ADC) analisam os elementos ideológicos na composição do discurso e as relações sociopolíticas nesses discursos, mas é a ADC que se centra no combate a estruturas de opressão de modo a transformá-las, pois é nela que as construções teóricas e empíricas demandam um posicionamento claro em relação às opressões sociais. Ou seja, é considerando os indivíduos como agente-sujeitos e contribuindo para a emancipação dos seus discursos que se viabiliza a resistência deles às estruturas de opressão. É nela que a preocupação com os sentidos discursivos foca em mudanças na vida social, no papel que a

(re)produção de sentidos tem nos processos sociais e nas relações assimétricas (FAIRCLOUGH, 2005).

Embora a AD possa, eventualmente, identificar questões relacionadas a essas opressões em virtude de elementos ideológicos e relações sociopolíticas, esse tipo de análise é feita à revelia da transformação social feita através do discurso, pois não demanda um engajamento do analista na defesa dos oprimidos sociais, nem uma análise que vise desconstruir essa relação desigual explicitamente (Melo, 2009).

Nas palavras de Iram Melo (2012, p. 60)

Os analistas críticos do discurso estão centrados na análise da reprodução do sexismo e do racismo através do discurso, da legitimação do poder, da manipulação do consentimento, do papel da política e da mídia, enfim, da produção discursiva da relação de dominação entre grupos. Essas preocupações e um conjunto de outros objetivos explicitamente políticos servem para distinguir a ACD dos outros tipos de análise de discurso.

Nessa direção, Van Dijk (2012a), inclusive, elege alguns critérios para definir quando uma pesquisa está dentro da perspectiva crítica do discurso. O autor aponta que se se identifica que: a) o estudo está guiado principalmente pela ótica do grupo dominado e do seu interesse; b) as ações dos grupos dominantes são consideradas ilegítimas; e c) a avaliação do discurso dominante é feita a partir das experiências vividas por grupos dominados, estaremos diante de uma análise do discurso crítica.

Nessa composição, a Análise do Discurso Crítica - ADC - se apresenta como a forma mais adequada para tentar compreender os sentidos que extrapolam a simples junção de palavras e a obviedade dos comentários a serem analisados, de modo a identificar e dar ênfase aos processos sociais desiguais que vitimam os LGBT nos discursos, como no caso do foco da nossa pesquisa. Assim, espera-se com o resultado da nossa pesquisa, construir um trabalho posicionado no campo da defesa dos direitos da população LGBT e, conseqüentemente, no combate das estruturas que os vitimam, oprimem, discriminam e segregam através dos discursos.

Para a ADC é preciso enxergar as formações discursivas como sendo mais do que o diagnóstico dos elementos ideológicos e dos posicionamentos dos sujeitos no discurso. É preciso tomar para si, pesquisador, o discurso como uma prática social, considerando as relações de poder que o compõe, pois realizar uma análise

discursiva através da ADC exige o entendimento do indivíduo como agente-sujeito e, conseqüentemente, do discurso como meio de construção e transformação das estruturas sociais, não se limitando a reprodução dessas estruturas. Entender as formações discursivas nessa perspectiva é mais do que desvelar as regularidades contidas num dado campo de construção dos discursos. É enxergar quais elementos sociais, para além da linguagem, estão integrando o discurso.

A partir do exposto acima, faz-se necessário explicitar uma noção do que seria formação discursiva tendo como finalidade ajudar na compreensão do trabalho do analista do discurso. Numa perspectiva foucaultiana, Sara Dionizia Azevedo conceitua formação discursiva como:

Um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc. Essa noção, presente na obra de Foucault, é derivada do paradigma marxista formação social, formação ideológica, e a partir daí, formação discursiva. Haja vista, que o que foi definido como “formação discursiva” esconde o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados (AZEVEDO, 2013, p. 155).

A regularidade nos enunciados e a conseqüente identificação do campo de formação dos discursos, que se traduzem em uma formação discursiva, são fatores de grande importância para o analista crítico do discurso. É exatamente na formação discursiva que lhe será permitido identificar elementos que ajudarão a entender algumas das questões que se propõe como elementos ideológicos e relações de poder.

Para o analista de discursos, não é tarefa simples tentar enxergar os elementos que subjazem os discursos, sobretudo porque as pessoas tendem a enxergar e constituir o mundo como se a sua leitura fosse a mais adequada. Nesse sentido, a ADC busca uma compreensão mais estrutural e contextualizada de discursos e agente-sujeitos que integram opressões sociais. Vieira e Resende (2016, p.19) apontam que

Essas diferentes perspectivas do mundo, ou seja, esses discursos que se ligam a campos sociais específicos e a projetos particulares, podem ser disseminados como se fossem universais, isto é, como se essa representação particular fosse a mais correta, a mais justa, legítima e aceitável. Isso, sobretudo na nossa “sociedade da informação”, pode ser uma das mais poderosas armas de luta pelo poder.

Todas essas questões que envolvem o discurso e tudo o que ele pode produzir, reproduzir e transformar são o objetivo principal da análise crítica do

discurso, motivo pelo qual se mostra legítima uma análise crítica e posicionada das realidades analisadas em relação à comunidade LGBT. Desta forma, precisamos entender melhor qual a relação da ADC com o resultado da conexão entre discurso e realidade social, no caso em questão, os discursos materializados na página do Humaniza Redes do *Facebook*.

### **2.3 A ADC e o engajamento do pesquisador no combate as opressões sociais : a escolha do problema a ser investigado**

O posicionamento na perspectiva da ADC não é um mero detalhe nem tampouco se resume ao desvelamento de elementos ideológicos e relações de poder que perpassam as práticas sociais discursivas. Parece-nos mais um compromisso e um engajamento no combate as questões que geram opressão e desigualdades sociais com a intenção de introduzir ou de indicar caminhos para um discurso contrário e transformador daquela realidade desigual.

O próprio Fairclough (2001) indica que a conscientização dos processos ideológicos e das relações de poder que envolvem as práticas sociais pode trazer uma emancipação às pessoas menos privilegiadas socialmente, pois o ponto de partida da resistência à opressão é a consciência dessa relação desigual. Por isso o compromisso com a defesa do grupo oprimido na ADC é de fundamental importância.

Nesse caminho, Melo (2012) acredita que a análise crítica dos discursos não se reduz a aspectos linguísticos, como já foi dito, mas foca na interação desses com as estruturas sociais de modo a evidenciar as formas de construção e representação da realidade. “A ADC busca promover a conscientização dos indivíduos quanto às relações entre discurso e estruturas sociais, representando, portanto, uma forma de luta por mudança na sociedade” (MELO, 2012, p. 77).

Nessa mesma direção, Vin Dijk aponta que os estudos críticos do discurso “concentram-se de forma específica nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, bem como no modo como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social” (2012, p. 13).

O próprio posicionamento de Fairclough sobre o discurso e a construção da Teoria Social do Discurso, bem como as subseqüentes construções de teóricos dos

estudos críticos do discurso só endossam a ênfase na denúncia das relações de poder, nas desigualdades sociais e na busca por justiça social. Assim, esses estudiosos comungam com a noção de discurso como meio constitutivo do social e como meio para a mudança social.

Na ADC é preciso “explicar a organização da vida social como um sistema aberto” (PAPA, 2012, p. 243). Por isso, considerando o discurso como um meio de interação, constituição e interpelação das pessoas, admitindo que cada sujeito está situado em um tempo e um espaço, entende-se que múltiplas e não objetivas são as dimensões da vida social, pois as pessoas são diferentes e as leituras que fazem do mundo a partir dessa interação são variadas. Mesmo assim, diante dessa multiplicidade, é possível enxergar algumas regularidades nessas leituras de mundo. A ADC, então, procura enxergar essas regularidades de relações de poder, processos ideológicos e assimetrias que oprimem através do discurso para contribuir no combate a essa opressão.

Entendendo o discurso, então, como um momento da prática social e assimilando a complexidade que esse momento envolve, Chouliaraki e Fairclough (1999) modificaram o procedimento tridimensional de Fairclough – texto, prática discursiva e prática social – e criaram um modelo mais analítico com cinco passos para análise de questões sociais: Identificação do problema; Obstáculos a serem enfrentados; Função do problema na prática; Possíveis maneiras de superar o obstáculo; Reflexão da análise (PAPA, 2012).

O primeiro passo se resume a identificação de um problema localizado em algum campo da vida social; O segundo se refere ao reconhecimento de possíveis obstáculos a serem enfrentados na análise em relação ao problema social identificado; O terceiro passo, que exige um pouco mais de análise, significa observar de que maneira o problema identificado atinge de forma particular as práticas sociais, ou seja, o analista deve “passar da fase de *explicação* da prática que conduz ao problema para a fase de *avaliação* da prática, em termos de resultado” (PAPA, 2012, p. 245); o passo seguinte tenta encontrar formas de superar os obstáculos identificados no sentido de sugerir transformações de práticas problemáticas em relação às práticas analisadas; por fim, o analista deve refletir

sobre o processo de análise realizado no que diz respeito se e como sua pesquisa contribui com a mudança na prática social (PAPA, 2012).

Esses cinco passos, construídos a partir da reflexão de importantes teóricos da ADC, traduzem a maneira de investigar a conexão consistente que há entre o discurso e as estruturas sociais. O entendimento de que problemas sociais são, parcialmente, problemas discursivos faz com que o analista procure compreender as questões que se propõe analisar de maneira mais profunda e crítica, considerando questões empíricas e científicas, mas sem a pretensão de colocar a sua análise como completa e como verdade absoluta.

Vale ressaltar que nesse processo de produção de conhecimento, os sentidos produzidos sobre algo/alguém dependerá do contexto e das pessoas que estão envolvidas nesse contexto. Quando se fala em “ser mulher” , por exemplo, o entendimento dessa significante vai depender do olhar social e dos marcadores de quem produz o discurso e também de quem o recebe.

Nesse arranjo, faz-se necessário trazer apontamentos sobre a interdiscursividade e a intertextualidade, visto que esses elementos contribuirão significativamente para analisar a presença de textos e linhas discursivas diversas nos discursos analisados.

## **2.4 Interdiscursividade e intertextualidade**

É necessário reconhecer a heterogeneidade de textos e sentidos presentes no campo da linguagem e contida nos discursos. Não é raro perceber que em um mesmo discurso pode haver a interferência de textos que remetem a lugares distintos de fala e/ou a diferentes formações discursivas e isso acaba indicando a presença de diversas vozes em um único discurso.

É nessa construção, e a partir da necessidade de se descobrir e explicitar as diversas ‘vozes’ que habitam os discursos analisados que destacamos os conceitos de intertextualidade e de interdiscursividade. Eles são dois elementos de considerável importância na análise de qualquer discurso.

Vieira e Resende (2016) conceituam intertextualidade como a articulação entre a voz que anuncia o texto com outras vozes na produção do texto. Não necessariamente a presença de outras vozes em um texto/discurso se faz de forma explícita, como as citações diretas. Vale destacar que a introdução de elementos

retirados de outros textos pode ocorrer, ainda que não haja identificação expressa dessas outras vozes. A título de exemplo, não é difícil pensar em letras musicais ou poesias que se utilizem de fragmentos de outras composições.

Quando cristãos mais tradicionais mencionam o termo “sodomia” em relação aos LGBT querem com isso passar a ideia bíblica de antinaturalidade, de contrariedade ao divino, de pecado (PRETES e VIANNA, 2007). É um termo bíblico do antigo testamento que faz referência à cidade de Sodoma, local onde eram praticadas “perversões” sexuais, inclusive estupros. Quando esse termo é utilizado hoje de forma descontextualizada para qualificar pessoas LGBT, acaba por trazer ao discurso um sentido bastante agressivo. A utilização desse termo nos discursos denuncia um intertexto explícito. Se a esse termo vão se somando outros como “antinatural”, “adão e eva” e tantos outros, acaba-se enxergando nessa formação discursiva (religiosa) uma subjetividade regular que representa, possivelmente, uma interdiscursividade que remete à religiosidade cristã.

Na interdiscursividade, os traços de subjetividade parecem ficar mais evidentes na conceituação, pois em uma análise interdiscursiva o que se observa são as centralidades temáticas e como as perspectivas particulares são representadas. A interdiscursividade está tão ligada à forma como os temas são representados que “um mesmo aspecto do mundo pode ser representado por diferentes discursos. Textos representando os mesmos temas, podem articular diferentes discursos, em relações dialógicas harmônicas ou polêmicas” (VIEIRA e RESENDE, 2016, p.172). Seguindo a formação discursiva religiosa, destacada anteriormente, o discurso religioso toma nova roupagem em discursos médicos e passa a nomear sodomitas de “anormais” ou “doentes”, classificação que durante muitos anos foi atribuída aos homossexuais pela medicina, chegando a constar, inclusive, na classificação internacional de doenças.

Identificar o conjunto das diferentes ‘vozes’, explícitas ou não, que compõem um discurso torna-se tarefa complexa, mas bastante relevante para análise do discurso crítica, pois nessas vozes podem ser encontrados indícios das relações de poder e ideologias reprodutoras das desigualdades sociais e opressões investigadas.

Quando uma forma particular de representar o mundo está colocada, ali também estão presentes suas ideologias, as relações de poder que permeiam o discurso e como esses discursos interpelam os indivíduos. Se a referência discursiva usada para uma pessoa LGBT, por exemplo, for “anormal”, “doente” ou “pervertido” a valoração negativa se apresentará de imediato, mas se por outro lado, para uma mesma situação, a palavra utilizada for gay, lésbica, bissexual ou travesti, percebe-se que há outro olhar sobre aquela pessoa. Não estamos querendo dizer com isso que a valoração que se atribui no discurso está incutida apenas no significado literal da palavra, pois assim estaríamos indo de encontro ao que nos propomos nessa pesquisa e ao exposto anteriormente sobre a ADC. É preciso investigar os elementos intertextuais e interdiscursivos contidos nos discursos para que se possa chegar à formação discursiva que denunciará a inteligibilidade que restringe os sentidos possíveis sobre um determinado discurso.

Portanto, são os elementos que constituem os discursos, aspectos intertextuais e interdiscursivos, dentre outros, que darão pistas das lutas de poder e das relações sociais que compõem aquela visão particular de mundo que direcionam e limitam as produções dos sentidos no discurso.

Fairclough (2001, p.114) ao distinguir esses dois elementos da análise discursiva – intertextualidade e interdiscursividade – define “a constituição heterogênia de textos por meio de outros textos específicos de forma explícita (intertextualidade manifesta); [e] (...) a constituição heterogênicamente de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso (interdiscursividade)”. Vale à pena ressaltar que apenas a intertextualidade e a interdiscursividade, embora sejam conceitos importantíssimos, não dão conta da análise do evento discursivo. O autor, inclusive, reconhece as limitações da análise intertextual ao afirmar que “a teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p.135).

Nesse sentido, outros elementos também são considerados vitais para a ADC, pois influenciam diretamente as formações discursivas – regularidades ideológicas e temáticas, proposições, falas e silenciamentos que compõem um

campo específico de produção discursiva (AZEVEDO, 2013) – e acabam determinando em muitos casos quem fala, onde essa voz está ambientada e, por conseguinte, a forma com que essa voz fala e, em certa medida, os impactos desse discurso na prática social.

Assim, além da interdiscursividade e da intertextualidade são necessárias concepções acerca das relações de poder presentes nos discursos e de elementos ideológicos que também moldam essas relações. Vários autores (FAIRCLOUGH, 2001; VIEIRA e RESENDE, 2016; RESENDE e RAMALHO, 2016, Van Dijk, 2012a) elegem as relações de poder e sentidos ideológicos para compor um arcabouço teórico-metodológico mais completo para a análise. Sendo assim, a ideologia e o poder (as relações de poder) terão contornos teóricos traçados a seguir.

## **2.5 Poder e Ideologia**

A todo o momento, quando se fala em discurso e sobre as questões que envolvem a sua produção – como ocultas autorizações para falar ou formatações que limitam o que será dito e a maneira como algo será dito – a discussão é atravessada por relações de poder.

O poder é definido como um recurso que alguém ou alguma instituição que representa pode se valer para atuar em diversos contextos sociais (MELO, 2012). Michel Foucault (1979), teórico reconhecido pelos estudos acerca dos efeitos do poder e das relações que ele compõe, não buscou teorizá-lo de forma individualizada, nem buscando uma construção uniforme, mas sim a partir da maneira como ele é exercido, apropriado, utilizado e como atravessa as relações e formações dos discursos. Para Foucault(1979) o poder não é uma essência. Ele só existe nas relações sociais.

Roberto Machado(2006) afirma que na perspectiva de Foucault, “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2006, p 10).

Corroborando com Machado, Vin Dijk (2012), ao tratar de controle sobre a produção de discursos através de mecanismos de poder, afirma que o poder “não

deve ser definido como o poder de uma pessoa, mas antes como o poder de uma posição social” (2012, p. 21), ou seja, constituído na estrutura social que compõem as interações dos indivíduos.

Nesse sentido, uma importante precaução metodológica sobre o poder é apontada por Foucault (1979, p. 183):

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Nessa composição, é importante alertar também que o poder não deve ser considerado algo, necessariamente, negativo. Professores, pais, mídias, policiais e tantos outros profissionais e pessoas, que se valem de uma posição social de poder, podem, através das suas possibilidades particulares, usar essa posição para construções de sentidos que materializam dispositivos disciplinares, como o de gênero e da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

A sociedade não funcionaria sem pesos e contra-pesos, sem ordem, e sem relações explicitamente reconhecidas de poder (VIN DIJK, 2012). Nesse caminho, entende-se que o poder é muito mais um recurso que “impregna” as relações no discurso, em virtude das posições sociais que quem discursa ocupa, do que algo que pode ser individualizado ou especificado.

Para ADC, o poder é definido como “o conjunto de assimetrias entre os participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade deste para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo em contextos socioculturais particulares” (MELO, 2012, p. 69).

O foco recai, então, não na existência de posições de poder, mas na geração de desigualdade social e opressão por influência da distribuição desigual de poder. Essa situação, Vin Dijk (2012) caracteriza como um abuso de poder, ou seja, formas de opressão que sofrem influência direta da utilização dos recursos de poder

existentes na sociedade para subordinar as pessoas. A essas formas de abuso de poder, o autor dá o nome de *dominação* “uma noção que implica a dimensão negativa de ‘abuso’ e também a dimensão de injustiça e de desigualdade, isto é, todas as formas ilegítimas de ação e de situações” (VIN DIJK, 2012b, p. 28).

Para o autor, essa dominação, caracterizada através do abuso de poder, é que interessa aos estudos críticos sobre o discurso para uma análise das relações desiguais. O interesse da ADC sobre questões envolvendo opressões sociais, inclusive, já foi reiterado por diversas vezes nesse trabalho. Dentro dessa perspectiva de dominação podemos destacar, inclusive, os silenciamentos na produção e na reprodução de determinados discursos. Nesse sentido, a sexualidade é um campo extremamente marcado por disputas de poder e de “verdades”, pois há uma série de parâmetros explícitos e não explícitos sobre esse tema que direcionam os sentidos desse significante ou sobre essa categoria.

Nessa composição, Foucault (1970) chama a atenção para a hierarquização que os recursos distintos de poder causam na escolha dos objetos de produção dos discursos. Ao falar sobre procedimentos de exclusão na produção discursiva, Foucault cita o “tabu do objeto” – entendendo-se objeto aqui como a temática central do discurso a ser produzido – e elege a sexualidade como uma das temáticas em que as limitações para a produção do discurso são multiplicadas. Conclui-se, então, que há desníveis em relação aos temas abordados no discurso que, a depender da formação discursiva em que estão inseridos, sofrerão mais intervenções e possíveis silenciamentos.

Foucault (1988) afirma que jamais se falou tanto em sexualidade, porém essas falas foram/são repletas de limitações, padrões e autorizações para construir o que é normal ou anormal em termos de sexualidade. Logo, relacionando com a perspectiva de dominação (VAN DIJK, 2012b), percebe-se que ainda há discursos que legitimam o que se pode e o que não se pode falar sobre a sexualidade. Assim, falar sobre sexualidade não significa necessariamente defender a liberdade sexual das pessoas nem tampouco romper com a lógica opressora e binária entre normal e anormal.

O nível de interferência das relações de poder nos acontecimentos discursivos pode ser sutil e não declarado, mas sua influência na produção dos

discursos é inegável. Fairclough ressalta que a ADC foca também na forma como os conflitos decorrentes de hierarquizações de poder modulam práticas discursivas pessoais e institucionais (FAIRCLOUGH, 2001). Mesmo quando não declaradas, relações de poder modulam discursos, autorizando ou silenciando falas e indivíduos.

Assim, é importante reconhecer que as interpelações dos sujeitos e as produções discursivas são reguladas por uma espécie de rede de poder através do que está dito, mas também nos silenciamentos. Os silêncios dizem muito na (re)produção dos discursos, tanto para as construções do gênero e da sexualidade, como para analisar as opressões decorrentes dessas construções. Dessa maneira, não se pode ignorar os silêncios que constituem sentidos e “verdades” dos discursos como práticas sociais.

Se relacionarmos esses não ditos com a noção de sexualidade como um objeto tabu (Foucault, 1970), podemos perceber que não é à toa que existe uma série de limitações discursivas nas práticas sociais dominantes que dificultam e ou impedem o respeito à sexualidade LGBT ou sexualidades outras que estão fora do padrão social dominante. A título de exemplo pode-se mencionar a ideia de proibir qualquer menção sobre gênero e sexualidade nos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação, a partir de 2014. O sentido que podemos inferir é atribuir uma inexistência e/ou anormalidade das sexualidades que fogem ao padrão de sexualidade hegemônica.

Foucault (1988, p. 30) destaca que:

O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discricção exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa, mas sobretudo os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.

Conforme a indicação de Foucault (1970), não se pretende aqui apontar o ou os silêncio(s) no discurso como um elemento polarizado em relação ao dito. O que se deseja é colocar os silenciamentos como elementos que constituem os sentidos dos discursos. Esse percurso traz uma compreensão mais ampla das faces do poder

que compõem as assimetrias que serão analisadas nos discursos sobre gênero e sexualidade no *Facebook*, pois, assim, os diversos níveis de autorizações, formas de discursar e os silenciamentos que perpassam os discursos produzidos ficarão mais evidentes.

Para os analistas do discurso crítico essas relações de poder que atravessam e compõem todas as formações discursivas não podem ser desprezadas. Nesse caminho, as formações discursivas são uma forma de poder que direciona os sentidos discursivos. As diferentes autorizações (ou desautorizações) que (não) são dadas para distinguir pessoas e/ou temáticas e trazer uma suposta legitimidade a um discurso é fator importante para esta pesquisa.

Seguindo no caminho da compreensão dos discursos, desvelando seus silenciamentos e seus poderes, destacamos a importância da ideologia como um componente que também molda as formações discursivas e interfere consideravelmente na produção dos discursos e em seus sentidos.

Para Van Dijk (2012a, p. 17), ideologia é uma “base das representações sociais compartilhadas por um grupo social”. O autor destaca que, a depender do sentimento de ética e pertencimento compartilhado ou ainda da perspectiva do grupo ideológico, os valores de suas ideias podem ser “positivos”, ou “negativos”. É preciso deixar claro que as ideologias não são enxergadas apenas nos grupos dominantes que têm maior poder de influência social. Ideologias que servem à resistências, como os feminismos, os movimentos negros e LGBT, são identificadas em grupos dominados (VAN DIJK, 2012a).

As ideologias representam uma espécie de “grupo social”. Para assim se revelarem precisam de tempo, reiteração e compartilhamento de ideias convergentes e de uma relativa estabilidade para assim serem identificadas e os sentidos dos discursos serem condensados numa inteligibilidade hegemônica. Muitas das ideologias construídas compõem a luta social e permeiam os conflitos, dominações e resistências nos meios sociais entre distintos grupos. Essa divisão acaba polarizando alguns conflitos e se resumindo ao pertencimento do grupo ideológico, limitando a discussão a uma disputa entre o “Nós” e “Eles” (VAN DIJK, 2012a).

Para exemplificarmos o processo exposto acima destacamos o termo “ideologia de gênero” cunhado e difundido nos anos de 2014 e 2015 pela bancada evangélica, no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, bem como pela “Associação Escola Sem Partido” (DIP, 2016). A intenção foi a de convencer as pessoas de que há um suposto autoritarismo ideológico por parte dos estudos de gênero que leva a sociedade a uma destruição da família tradicional e uma manipulação da mente das crianças por parte dos professores e de quem mais defenda discussões sobre gênero. É uma tentativa de apropriação do signifiante vazio (gênero) para introduzir um significado negativo e tentar justificar as opressões decorrentes das questões de gênero. A principal meta desse movimento foi a retirada de qualquer menção a gênero, considerando aqui também questões de sexualidade, nos Planos Nacional, em parte dos Planos Estaduais e e nos Planos Municipais de Educação (DIP, 2016).

Segundo os criadores do termo, há uma imposição ideológica incutida nas discussões sobre o gênero e a sexualidade que, ao apontá-los como construções sociais, acabaria com a ordem “natural” das coisas. Na perspectiva desses movimentos, trata-se de uma ideologia negativa que iria contra a “natureza” das definições tradicionais de homem, mulher e família. Essa forma tradicional de enxergar o mundo, para eles, é a que deveria ser compartilhada por todos como universal, pois contém premissas “naturais” envolvidas. Logo, inquestionáveis.

Do outro lado, acadêmicos e profissionais de educação tentaram/tentam resistir a esse discurso que vem “contaminando” as discussões legislativas sobre equidade de gênero nos referidos planos de educação.

Destacamos ainda que o termo “ideologia de gênero” não é mencionado nos planos de educação, o que nos leva a inferir que há um discurso que tenta constituir um termo e uma perspectiva de gênero que não existiam nos planos educacionais. O texto que foi vetado do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), a partir das discussões sobre a retirada de qualquer menção a gênero e/ou equidade de gênero, bem como diversidade sexual dos planos de educação estava relacionado à meta da educação nacional. O texto retirado, então, foi o seguinte: “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (DIP, 2016).

Van Dijk (2012a, p. 16) alerta, que “uma das formas mais eficientes de dominação ideológica é quando os grupos dominados aceitam as ideologias dominantes como ‘naturais’ ou pertencentes ao ‘senso comum’”. O discurso dos movimentos que apoiaram esse combate a uma suposta “ideologia de gênero”, parecem representar bem essa ideia de compartilhamento de valores supostamente comuns a todos. Aparentemente, mesmo a maioria da população brasileira sendo de mulheres e existindo LGBT em todos os lugares, esse discurso foi relativamente aceito dentro do “senso comum” de modo que, de 13 estados nacionais onde os planos de educação estaduais foram formulados e aprovados em 2015, 8 excluíram referências a gênero e a diversidade sexual nos seus respectivos planos em virtude desse movimento contrário.<sup>3</sup>

É possível inferir que houve, a partir do compartilhamento e da reiteração recorrente de ideias representadas pelos movimentos, pessoas e associações tradicionais citadas acima, uma espécie de sentido que conseguiu (re)produzir, ao menos em boa parte dos planos de educação, uma dominação capaz de bloquear discussões sobre o gênero e à sexualidade. Ou seja, esse movimento serviu a manutenção das desigualdades sociais existentes em virtude das assimetrias sociais que são produzidas a partir desses dois eixos.

Na visão de Vieira e Resende (2016), a ideologia acaba tendo um viés mais negativo. As autoras citam que “sentidos ideológicos são aqueles que servem, necessariamente, em circunstâncias particulares, ‘para estabelecer e sustentar relações de dominação’” (THOMPSON *apud* VIEIRA e RAMALHO, 2016, p. 27). Para Van Dijk (2012a), no entanto, elas podem assumir vieses tanto positivos como negativos. A visão de Van Dijk parece mais interessante para esse trabalho, pois nas disputas entre os sentidos, possivelmente, encontrar-se-ão sentidos ideológicos positivos e negativos sobre gênero e sexualidade.

Ambas as visões sobre ideologia, embora não alinhadas totalmente, apresentam o caráter incontroverso de possibilidade de dominação e influência das ideologias nos comportamentos por meio da interpelação dos agente-sujeito. Logo,

---

<sup>3</sup> Dados coletados a partir de um mapeamento apresentado na matéria “ Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem ‘ideologia de gênero’”, da Folha de S. Paulo, datada de 25/06/15. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>

perceber como as ideologias operam para conectar sentidos que servem a um propósito de universalização de um discurso que representa um abuso de poder social na reprodução das desigualdades de gênero e da orientação sexual é tarefa que merece destaque e atenção por parte do analista do discurso.

Assim, a identificação de ideologias deve ser uma das primeiras medidas para tentar superar relações desiguais e emancipar pessoas LGBT em desvantagem social (VIEIRA e RESENDE, 2016). No caso do analista em ADC, o foco se dá especificamente nos casos em que as ideologias são opressoras como a misoginia, o machismo e a LGBTfobia.

Outro importante ponto sobre a ideologia é que um “membro” de um grupo ideológico não precisa, necessariamente, conhecer todos os aspectos daquele grupo, bastando apenas que reconheça princípios básicos relacionados ao grupo. É como falar uma língua e não saber, necessariamente, elaborar sua gramática. (VAN DIJK, 2012a). Pessoas brancas e heterossexuais, não necessariamente precisam ter conhecimentos teóricos acerca dos seus privilégios sociais para poderem realizar práticas racistas, machistas e/ou LGBTfóbicas. Ao presumirem, “naturalmente” pela prática social, que têm mais direitos do que os outros, possivelmente ocuparão essa posição de privilégio e tentarão reiterar essa ideologia e manter as relações de poder que também contribui para manter essa vantagem social.

Não se está querendo dizer com isso que um membro de um grupo ideológico privilegiado, necessariamente, oprimirá a pessoa que pertence a um grupo diferente, até porque esse trabalho comunga da ideia de que nem todas as ideologias são negativas. No entanto, é preciso deixar claro que o recurso de privilégio social do grupo ideologicamente dominante e os “espectros” de poder que permeiam as relações sociais estarão presentes. Prontos para serem utilizados e compartilhados.

Em termos de discurso, é como se os sentidos ideológicos compartilhados por um grupo funcionassem como um consentimento para que um discurso dominante circulasse através de grupos ideológicos alinhados com esse discurso (VIEIRA e RESENDE, 2016).

Faz tanto sentido pensar nessa instauração, permanência e multiplicação de discursos específicos através de sentidos ideológicos e relações de poder que é fácil

pensar que haverá pouca ou nenhuma resistência à circulação de discursos ideológicos dominantes em relações com poderes desiguais. Por outro lado, maior dificuldade de circulação e reiteração residirá em discursos que produzem resistências à dominação e estão no polo desprivilegiado da relação de poder.

Quando há conexão entre ideologias opressoras e relações desiguais de poder, e esses elementos são reproduzidos em discursos que reforçam e (re)constroem esses sentidos ideológicos, então, está caracterizada a reiteração de desníveis sociais e de opressão a minorias e grupos desprivilegiados socialmente por meio do discurso. Foi o que aconteceu no caso citado anteriormente em que houve a supressão de qualquer menção a gênero e/ou sexualidade no PNE (2014). Os sentidos dos discursos sobre ideologias de resistência não foram capazes de impedir a exclusão dos pontos que versavam sobre o combate à discriminação em virtude da sexualidade e do gênero, pois suas vozes estavam na posição desprivilegiada da relação de poder conflituosa que discutia a temática.

Para podermos identificar melhor os sentidos ideológicos presentes nos discursos, faremos um destaque para as categorias de análise de discurso ideológico de Van Dijk (2012a). O autor estabelece categorias para análise do discurso ideológico que parecem bastante úteis com as pretensões da nossa pesquisa. Contudo, destacaremos aquelas que estão alinhadas com os objetivos geral e específicos dessa pesquisa.

Vejamos, então, as categorias analíticas ideológicas de Teun A. Van Dijk (2012a) que analisa as influências das ideologias nos discursos a partir de enquadramentos específicos sobre sentidos ideológicos. Ressaltamos que logo após os nomes das categorias analíticas destacamos entre parênteses, conforme realça o autor, o domínio discursivo ao qual sua categoria pertence:

- **DESCRIÇÃO DE ATORES (Significado)** – A maneira como as pessoas são descritas nos discursos sofre influência das ideologias. Nessa categoria de análise, a descrição das pessoas, a partir do olhar do membro de um grupo ideológico, tende a ressaltar as características positivas do intragrupo e suavizar as positivas do extragrupo; ou de outra forma, pode minimizar ou tratar com “neutralidade” as características negativas do intragrupo e potencializar as do extragrupo (VAN DIJK, 2012);

- **AUTORIDADE (Argumentação)** – Muitas argumentações recorrem ao uso de autoridades para supostamente darem mais legitimidade ao seu argumento. Pode ser a escolha de um especialista, de um cientista, de um líder partidário ou quaisquer pessoas ou meios que o produtor do discurso julgue estar acima da discussão e acabe por legitimar seu discurso. Podem ser organismos internacionais, como a ONU, acadêmicos, juristas, a mídia ou a Igreja etc. Enfim, alguém ou uma instituição a quem sejam atribuídos um *status* de autoridade. Pelo menos para quem discursa (VAN DIJK, 2012a);
- **CARGA (Tema)** – Diferentes valores são atribuídos as diversas temáticas que podem compor um discurso. Os argumentos se baseiam em temas “que representam as premissas tidas como certas, autoevidentes e com razões suficientes para aceitar a conclusão” (VAN DIJK, 2012a, p.35). A título de exemplo, quando se fala sobre a população LGBT e a temática diz respeito aos direitos vinculados à família (herança, adoção por parte de casais homoparentais e conjugalidade) é lançado uma série de premissas que negam esses direitos aos LGBTs. Essa negação de direitos é presumida, inteligível em virtude dos padrões sociais dominantes e das construções de “verdades” como uma exclusão “natural” e incontroversa. Assim, o sentido construído como verdadeiro e inteligível é que uma família só é composta por um homem e uma mulher;
- **CLASSIFICAÇÃO (Significado)** – As pessoas têm o hábito de classificar as outras e logo empregam a sua visão de mundo a partir dessa classificação, realizando um julgamento parcial e muitas vezes injusto, visto que avaliará o outro a partir de uma classificação prévia. Em um conflito ideológico é comum, inclusive, a subclassificação do outro (VAN DIJK, 2012a). Embora aos poucos esse discurso esteja mudando, muitos LGBT ainda são “classificados” como anormais, doentes e/ou vitimistas. Logo, para alguém que parte dessa classificação, qualquer pleito social antidiscriminatório para a população LGBT parece ilegítimo;
- **COMPARAÇÃO (significado, argumentação)** – A comparação abrange dois domínios discursivos citados anteriormente, o significado e a argumentação. Diferentemente do que ocorre no significado, em que características de

grupos são potencializadas ou suavizadas, nessa categoria há a comparação direta entre intragrupos e extragrupos e não apenas retórica. Ao comparar algo ou alguém as valorações acabam se evidenciando explicitamente negativas para o extragrupo e positivas para o intragrupo (VAN DIJK, 2012a). Em uma discussão sobre combate a LGBTfobia, por exemplo, a comparação entre a heterossexualidade e a homossexualidade pode ser usada dentro de uma linha argumentativa que nega um lado e credibilize o outro, no caso a heterossexualidade;

- **VITIMIZAÇÃO (Significado)** – Os discursos dessa natureza tendem a demonstrar uma dramaticidade em relação ao intragrupo de modo a tornar, por reflexo, membros do extragrupo vilões. A estratégia consiste em construir argumentos que apontem o intragrupo como vítima e apontem, conseqüentemente o “privilégio” do extragrupo (VAN DIJK, 2012a). No debate sobre criminalização da Homofobia, por exemplo, um dos argumentos frequentemente utilizados é o de que pessoas sofrem violência diariamente no país. Então, por que os LGBT devem ser privilegiados com uma lei própria se o índice de morte de LGBT por homofobia é demasiadamente menor do que o de pessoas brasileiras, de um modo geral? Nessa perspectiva ideológica quem discursa tenta imputar um *status* de privilégio social aos LGBT, porém é sabido que a luta contra a violência por homofobia não exclui o combate aos outros tipos de violências. Portanto, há uma vitimização de pessoas contrárias à cidadania da população LGBT ao tentarem evidenciar uma suposta opressão do extragrupo. O que ocorre, na verdade, é uma tentativa de reiterar os próprios caminhos ideológicos e reproduzir as desigualdades sociais existentes;
- **GENERALIZAÇÃO (Significado, Argumentação)** – quem produz o discurso, nesse caso, em vez de se utilizar de histórias reais constrói generalizações para tornar o seu ponto de vista mais aceito na defesa da sua ideologia. Essa estratégia pode ser utilizada tanto para generalizar positivamente as características da sua linha ideológica, reforçando-as, como para atribuir negatividade ao extragrupo (VAN DIJK, 2012a). Nas discussões que envolvem sexualidade LGBT não é incomum, por exemplo, construir-se uma associação entre a orientação sexual e transtornos psíquicos, mesmo a

homossexualidade já tendo sido retirada do Código Internacional de Doenças desde os anos 90, do século passado. Assim, associa-se, de forma generalizada, a população LGBT à pedofilia e atribui-se à homossexualidade algum tipo de falha na criação, abuso sexual na infância ou ainda a ausência da figura paterna se o indivíduo é um gay;

- EVIDENCIALIDADE (Significado, Argumentação) – É a utilização de supostas evidências ou provas de questões mencionadas na intenção de tornar o discurso mais robusto. Essa categoria envolve um pouco a autoridade, categoria mencionada anteriormente, pois pode se valer de evidências que supostamente têm valor agregado no argumento. Caso haja citações explícitas, a Evidencialidade estará ligada à Intertextualidade (VAN DIJK, 2012a). Na discussão sobre o conceito de família, por exemplo, quando se deseja discutir direitos civis para a população LGBT, há um argumento que gira em torno da literalidade do art. 226 da Constituição Federal que afirma ser a família composta por homem e mulher, como se o fato de estar ali escrito, por si só, tornassem inexistentes todos os diferentes arranjos familiares. A utilização desse argumento, inclusive, compôs a batalha jurídica sobre a autorização legislativa para a conversão da união estável entre casais do mesmo sexo em casamento. O Supremo Tribunal Federal (STF), através da resolução 175 de maio de 2013, pacificou o seu entendimento e ultrapassou a literalidade do artigo 226 alegando que os princípios constitucionais e a leitura sistêmica da constituição, bem como o contexto social não poderiam apresentar limitação aos casais constituídos por iguais.

Van Dijk (2012a, p.19) coloca que “as ideologias representam uma das dimensões da identidade social ou autoimagem dos grupos”. Nesse sentido, suas categorias de análise, que representam enquadramentos de sentidos ideológicas, serão bastante proveitosas para nossa pesquisa. Ao serem conectadas a elementos teóricos da análise crítica do discurso e das relações desiguais de poder, dentro das teorias trabalhadas sobre gênero e sexualidade. Essas dimensões nos trarão um espectro mais pertinente na análise dos comentários no *Facebook*, na página do Humaniza Redes, sobre a população LGBT.

Sublinha-se ainda que na análise do discurso crítica é bastante solicitado o entendimento dos elementos sociais que compõem as formações discursivas e podem contextualizar as desigualdades sociais analisadas. Para se alcançar tal entendimento é imprescindível o conhecimento de outros campos do saber, sobretudo das ciências sociais. Isso caracteriza a ADC como um campo do conhecimento interdisciplinar.

## **2.6 A interdisciplinariedade da ADC**

Analisar discursos considerando vieses ideológicos, relações desiguais e tantas variáveis sociais que perpassam as diversas práticas sociais exige um repertório bastante aprofundado de questões que ultrapassam as fronteiras da linguística. Por esse motivo, não dá para negar o caráter interdisciplinar da análise crítica do discurso.

Essa interdisciplinariedade da ADC é colocada como característica unânime para autores da análise do discurso crítica (RESENDE, 2012). Nas palavras de Viviane Resende (2012, p. 99) “a transgressão dos limites entre disciplinas é um pressuposto básico para a análise de problemas sociais parcialmente discursivos – dada a relação interna entre linguagem e sociedade”.

Fortalecendo essa perspectiva, Melo (2009), quando fala sobre a análise da dimensão da prática social como uma das dimensões do evento discursivo, coloca que:

Esse nível de análise pode implicar uma complexidade maior do que as anteriores, pois depende de teorias de outros campos do conhecimento para dar conta de fatos realizados discursivamente, uma vez que ACD opera com conceitos oriundos da Linguística e das Ciências Sociais e é caracterizada por um esforço de síntese de múltiplas contribuições teóricas, cujo resultado deve auxiliar a pesquisa científica social a estudar os processos de mudança da sociedade (MELO, 2009, p.76).

Para analisar os discursos, os elementos sociais que subjazem a ele e tentar compreender as múltiplas vozes que podem compor um discurso é preciso considerar a diversidade ali presente e isso demanda, como anteriormente exposto, conhecimentos sobre a linguagem e sobre outras áreas do conhecimento, obrigatoriamente.

Viviane Vieira e Viviane Resende (2016, p. 14) conceituam a ADC como “um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da

linguagem como prática social”. Ignorar esse passeio da ADC por outros saberes é prejudicar, necessariamente, a análise que se pretende, pois os elementos constitutivos das análises de discursos demandam conhecimentos que ora andam de mãos dadas com os estudos da linguagem e do discurso, ora atravessam totalmente outros campos do conhecimento como os da sociologia e da ciência política.

A ausência de fronteiras rígidas no campo do conhecimento da ADC garante sua heterogeneidade e é considerada saudável. Essas fronteiras porosas inclusive são responsáveis pelo processo de aperfeiçoamento desse campo de produção de conhecimento. Sendo assim, uma das premissas básicas da análise do discurso crítica é a interdisciplinaridade (VIEIRA & RESENDE, 2016). No caso dessa pesquisa, por exemplo, trabalharemos com estudos sobre gênero como um campo do conhecimento através do qual o poder é articulado e desigualdades sócias são produzidas (SCOTT, 1989). Esses estudos, bem como conhecimentos acerca da sexualidade são preponderantemente desenvolvidos e produzidos no campo da sociologia, da antropologia, da psicologia dentre outros campos.

Nesse sentido, passa-se a expor, em seguida os delineamento teóricos acerca das categorias do gênero e da sexualidade, bem como a relações delas com as linguagem e as desigualdades sociais sofridas por LGBT.

### 3 GÊNERO, SEXUALIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL

Para a avaliação dos sentidos produzidos e das relações que se quer compreender no *Facebook*, a partir das postagens e comentários que se pretende analisar através da ADC, é necessário construir contornos sobre o gênero e a sexualidade, como categorias de análise. Tal construção é salutar para compreender de forma mais incisiva questões sociais, relações de poder e ideologias – a serem, possivelmente, encontradas no corpus da pesquisa – que impactam diretamente os discursos sobre a população LGBT nas mídias sociais.

Esse capítulo, então, tratará das construções teóricas acerca do gênero e da sexualidade como categorias de análise dos discursos sobre gênero e sexualidade no *Facebook* a partir da ADC. Na primeira seção serão construídos delineamentos sobre gênero, de modo a demonstrar a sua relação com as desigualdades sociais. A seção seguinte versará sobre as perspectivas de sexualidade que produzem opressão e como também geram desigualdades sociais. E a última seção, por fim, relacionará o gênero, a sexualidade e a linguagem para trazer aquelas categorias para o campo de investigação dessa pesquisa que foca em questões discursivas.

#### 3.1 Gênero e desigualdade social

Na filosofia, a partir de Platão, iniciou-se uma distinção ontológica entre corpo e alma. Essa diferenciação e os desdobramentos feitos a partir dela tomaram conotações e valoração desiguais. Foi-se criando uma hierarquia, implícita atualmente, que levou a uma conseqüente percepção desigual das coisas e das pessoas, pois tudo o que era associado à mente acabava adquirindo um *status* de superioridade, já que recebiam certo ar de controle, de amplitude e capacidade de dominação. Por outro lado, as associações feitas a partir do corpo eram subjugadas. O masculino relacionado à mente, ao racional e o feminino associado ao corpo, à natureza são construções culturais que compõem a inteligibilidade social. (BUTLER, 2003; ORTNER, 1979).

Sendo assim, torna-se perceptível que o desdobramento da dicotomia corpo e mente, associando a construção do feminino ao corpo e do masculino a mente, acarretou desigualdades entre homens e mulheres vistas até hoje e que permeiam os comportamentos sociais e sexuais, com valorações distintas. A reificação da mulher e a invisibilização da sua capacidade intelectual são claramente questões

ligadas a essa dicotomia e ao desdobramento desse pensamento reiterado nos discursos de diversas maneiras ao longo da história.

É relevante inclusive, nesse ponto, destacar que com a população LGBT também ocorre essa desvalorização e esse descolamento entre mente e corpo. Essas pessoas são constantemente associadas à promiscuidade e a elas é atribuída uma posição social subalterna, de incapacidade. Os homossexuais masculinos são identificados como gays quando dançam, apresentam “trejeitos” ou realizam atividades associadas culturalmente ao feminino, do ponto de vista da cultura machista e da moral social que constroem o que deve ser um “homem”.

Esse desdobramento de parâmetros binários ao longo da história não foi saudável para a distinção entre os gêneros, nem tampouco para distinguir as pessoas que compõem um dos lados dessa polarização, como as mulheres e ou a comunidade LGBT. A uniformização das pessoas a partir de uma visão biologizada também não é positiva do ponto de vista dos direitos humanos, pois viola o direito à diferença e nega uma heterogeneidade inquestionável na sociedade.

Ao se falar desse desdobramento histórico, de como os comportamentos dos homens e das mulheres foram construídos discursivamente percebe-se que ao longo do tempo essa construção binarista trouxe prejuízos para mulheres e LGBT. Mas afinal, o que se entende como gênero?

O gênero teve sua concepção sedimentada a partir do desenvolvimento dos estudos feministas e contribuiu significativamente com a luta pelos direitos civis das mulheres e a desconstrução de um determinismo biológico que permeiam as relações de poder em que as mulheres e a população LGBT estão inseridas. O acesso a bens e serviços sociais, bem como a mobilidade social dessas pessoas são fortemente afetados.

Os estudos de gênero são tão importantes na análise das relações de poder que para Scott (1989) o gênero representa um campo em que o poder é articulado, e gera, portanto, desigualdades tanto no espaço micro como macro da sociedade.

A palavra gênero durante muito tempo foi considerada e reproduzida como um sinônimo da palavra sexo e se relacionava com a visão binária e biologizada de masculino e feminino. A partir dos anos 1960, quando emergiu o movimento

feminista, foram desenvolvidos estudos que buscavam um afastamento do determinismo biológico rumo ao construcionismo social, no qual a palavra gênero passou a ser adotada em oposição ao sexo dado (NICHOLSON, 2000). Houve, então, um afastamento do conceito de gênero ligado a um suporte biológico.

O impacto dos estudos de gênero sobre os contextos sociais é bastante revelador das relações de poder constituídas a partir da dicotomia que privilegia uns e desacredita outros. Por isso tanta resistência é apresentada. Toda a oposição construída em termos de masculino e feminino e os lugares que foram dados às pessoas no decorrer da história, baseado no que se estabeleceu sobre o que se entendia sobre esses gêneros binarizados, teve um peso substancial nas concepções atuais sobre gênero.

Problematizar os comportamentos sociais atribuídos aos homens e às mulheres parece ter sido um importante ponto de partida dentro dos estudos de gênero. Sendo assim, não se permite falar em gênero, sem falar um pouco no “sistema sexo/gênero”, nomeado pela Gayle Rubin (1982), que se caracteriza em “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p.2).

Nesse sentido, foi importante o descolamento dos conceitos de sexo e gênero. Aquele a partir de uma visão natural e biologizada; e este entendido como uma construção social, logo, variável no tempo e espaço. Além disso, o aprofundamento desse campo do saber e seus conceitos, posteriormente, por autoras pós-estruturalistas, como a Joan Scott(1989) e Judith Butler (2003), contribuíram na compreensão de diversas questões sociais, como a problematização das concepções identitárias sobre sexualidade e das categorias corpo e mulher para além de uma visão dicotômica, excludente e hierarquizada.

As referidas autoras, claramente influenciadas por Foucault, criticam duramente os estudos que colocam de forma dicotômica e subsidiária a relação entre o sexo, como um dado natural, e o gênero, como cultural. O grande erro das feministas, para essas autoras, está na associação do sexo com a natureza e do gênero com a cultura. Essa leitura negligencia o fato de que tanto o sexo quanto o gênero são produtos de construções sociais.

Durante muito tempo, na constante tentativa de rechaçar o determinismo biológico que associava as construções do feminino e do masculino a partir do sexo, autoras feministas demonstraram que há uma construção social em torno do gênero. No entanto, por outro lado, também alegavam que era necessário existir como mulher (nascer mulher) para vivenciar a vida como mulher e se enquadrar no quadro de opressão que vitima as mulheres.

Essa perspectiva acabava não admitindo que mulheres transexuais fossem entendidas como mulheres na sua integralidade e, portanto, não seriam sujeitas a mesma opressão que vitima mulheres que nasceram com vagina. Ora, esse olhar, que traz um traço biológico como ponto de partida para definir o que seria uma experiência feminina não parecia se distanciar tanto assim do determinismo biológico, pois parece um determinismo, ainda que menos explícito. A essa perspectiva Nicholson (2000) definiu de “fundacionalismo biológico”, uma perspectiva diferente do determinismo biológico, mas que carrega alguns traços dele.

Para ela “em contraste com o determinismo biológico, o fundacionalismo biológico permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento” (NICHOLSON, 2000, p.12). A autora sustenta que as interpretações iniciais de gênero ainda pressuporiam algum suporte biológico sobre o qual o gênero é formado; essas leituras são o que permitem, até os dias de hoje, que sejam feitas asserções sobre as “mulheres como tais”, alicerçadas na ideia de que compartilham traços biológicos comuns.

A crítica da autora é no sentido de tentar emancipar os estudos sobre gênero da ideia de colocar o sexo como um alicerce estático para as construções de gênero. Para ela, esse fundacionalismo biológico precisa ser desprezado juntamente com o determinismo biológico. Nicholson (2000) considera as diversas dimensões da pessoa na sua complexidade, para além dos alcances limitados de categorias e classificações existentes. Segundo ela, é preciso considerar todas as diferenças, que vão muito além das expectativas sociais sobre os comportamentos humanos.

Ainda segundo Nicholson

precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que vão “até o fundo” – aquelas diferenças ligadas não só

aos fenômenos limitados que muitas associamos ao “gênero” (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo. Essa compreensão não faz com que o corpo desapareça da teoria feminista. Com ela o corpo se torna, isto sim, uma variável, mais do que uma constante, não mais capaz de fundamentar noções relativas à distinção masculino/feminino através de grandes varreduras da história humana, mas sempre presente como elemento potencialmente importante na forma como a distinção masculino/feminino permanece atuante em qualquer sociedade (NICHOLSON, 2000, p.14).

Logo, ultrapassar a tendência conceitual que apresenta o sexo biológico como algo já dado e entendê-lo também como um elemento variável é importante e leva a compreender mais facilmente como as identidades e comportamentos são construídos a partir dos discursos. Além disso, torna mais abrangente o olhar sobre as pessoas que não parecem se encaixar nas categorias binárias existentes, porque há diferenças que ignoram os padrões pré-estabelecidos.

Nessa perspectiva mais aberta, proposta pelas autoras aqui abordadas, já fica possível enxergar sem tantas distorções pessoas que têm o gênero conforme os padrões sociais, mas também aquelas pessoas que não se encaixam nessas “bulas” sociais; que se constroem a partir de elementos que não se alinham com as construções tradicionais de gênero.

Elxs<sup>4</sup> partem de outro olhar sobre o sexo e o gênero, pois a construção do seu corpo e da sua subjetividade no discurso já é mais transitiva e imprecisa do que concepções tradicionais sobre corpos e gênero. É o caso da travesti, por exemplo, que se coloca como ‘mulher de peito e pau’, ultrapassando os limites biologizantes do homem e da mulher construídos a partir da genitália e de outras características físicas.

Numa direção que encara o gênero sem subsumi-lo ao sexo, Miranda, a partir das problematizações propostas por Butler, comenta:

A produção de Butler (1985, 1987, 1990, 2003a, 2003b, 2008) possibilita repensar o campo da produção do conhecimento da Teoria Social em relação ao sexo, gênero e sexualidade. Nela é problematizada a compreensão do sujeito, no que se refere à afirmação – até então fundamental nos Estudos de Gênero – de que o sexo seria biológico e apenas o gênero seria uma criação sociocultural encima dos corpos sexuais. A autora também indica como sexo, gênero e sexualidade estão concebidos de uma forma compulsória via lógica heteronormativa. Ao mesmo tempo em que expõe essas afirmações, ela propõe uma epistemologia que ultrapasse o essencialismo e o construcionismo/construtivismo radical nas teorias de gênero. Sua proposta é a abordagem desconstrutivista. Assim, Butler é uma das teóricas que problematiza como as categorias de sexo, gênero e sexualidade são engendradas no

---

<sup>4</sup> O termo ‘elxs’ foi uma maneira de abranger os intersex, não binários, etc.

campo de produção de conhecimento da Teoria Feminista. (MIRANDA, 2013, p. 40)

Numa perspectiva que se mostra resistente e traz impactos às categorias de sexo, gênero e sexualidade até então construídos, Butler (2003), vai além de perspectivas que subsumem o gênero a um sexo natural. Ela desconstrói os entendimentos basilares acerca de sexo, gênero e sexualidade problematizando as construções já solidificadas que geram através do discurso pares dicotômicos, hierarquizados e excludentes.

Para Butler (2003), é preciso romper com os binarismos – macho/fêmea, masculinidade/feminilidade, pênis/vagina –, pois as construções feitas a partir dessas dicotomias fomentam desigualdades entre os elementos postos. Dessa forma, perceber os desdobramentos dessas dicotomias, como heterossexual e homossexual, a partir de uma valoração diferenciada entre os binarismos, em que um elemento é privilegiado e o outro negativado, é essencial para compreender os ensinamentos de Butler.

Para a autora, a reprodução dessas dicotomias que se apresentam excludentes e normatizantes na relação entre os gêneros binários construídos socialmente viola de forma impactante os LGBT. Esses, como conseqüência, sofrem a punição social por não se enquadrarem nas categorias hegemônicas sobre sexo, gênero e sexualidade.

Para Butler “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (2003, p.34). É como se todas as construções de mulheres partissem de algo dado e comum, o que na visão de Butler deve ser rechaçado, pois é uma concepção reducionista. Essa crítica sobre esses conceitos, problematizada principalmente por Butler, desconstrói os sólidos conceitos sobre sexo e gênero para trazer à baila o entendimento de que não apenas o gênero, mas também o sexo, são construídos socialmente e discursivamente.

Ao problematizar essas acepções, Butler demonstra que como o processo de inteligibilidade social não dá conta das diferenças existentes entre masculino e feminino ou para além dessas categorizações acabam colocando essas diferenças

num local de anormalidade e/ou antinaturalidade. Para Butler (2003) é um contrassenso a definição do gênero como uma interpretação cultural de um sexo naturalizado/essencializado, pois também há toda uma significação construída em torno do sexo. É o que ocorre, por exemplo, com Buck Angel,<sup>5</sup> que tem o corpo quase que totalmente dentro dos padrões de masculinidade, com barba, calvo, músculos definidos e desenvolvidos, mas que decidiu manter a vagina. Logo, o olhar da diferença a partir da desconstrução dessas categorias binarizantes parece dar mais conta de compreender um pouco melhor fenômenos como o de Buck Angel.

Nesse sentido, não se pode deixar de destacar que essa problematização que Butler apresenta em relação aos conceitos de sexo e gênero – apontando essas categorias como resultantes de construções discursivas e reafirmando essas construções como geradoras de assimetrias sociais – serão lentes imprescindíveis para a avaliação das postagens do Humaniza Redes.

Nessa direção, a autora destaca que

Na conjuntura atual já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero. Assim, como deve a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produzem efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva (BUTLER, 2003, p.25)?

Sendo assim, é preciso se distanciar das perspectivas binaristas e tradicionais dos estudos de gênero para se ampliar as possibilidades de compreensão tanto das construções de masculino/feminino e dos demais gêneros, como das opressões que vitimam as pessoas. Desconstruir a formação do gênero de forma suplementar ao sexo possibilitará um olhar de menor desaprovação nas construções de gêneros que rompem com o padrão de masculino e feminino alinhados ao sexo, como os/as transexuais e travestis.

Falar sobre gênero, então, é necessariamente problematizar posições de privilégios e assimetrias sociais consolidadas. É colocar em jogo conflitos sociais que ainda apontam como saída percepções implícitas, mas enraizadas, sobre

---

<sup>5</sup> Buck Angel ficou famoso por ser um “ator pornô com vagina”. É casado com uma mulher e faz filmes pornôs com parceiros homens. É uma transgressão que rejeita as categorias de mulher e de homem a partir exclusivamente dos traços corporais e ainda explode as identidades sexuais fixas, pois não se encaixa nelas. Disponível em < <http://www.nlucon.com/2013/06/amo-minha-vagina-diz-o-ator-porno-buck.html>>

gênero para legitimar ou justificar posições desiguais na sociedade. Além disso, falar em gênero nessa pesquisa, dentro de um caminho que vai utilizar a ADC como investigação, é olhar para as postagens de forma crítica e tentar compreender como os comentários estão tratando da questão e que assimetrias perpassam as posições discursivas sobre gênero e sexualidade.

Nesse sentido, Scott (1989, p.28), ao pontuar o efeito descortinador dos estudos de gênero indaga:

Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder do Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana? [...] Qual é a relação entre a política do Estado e a descoberta do crime de homossexualidade? (SCOTT, 1989, p. 28)

Com efeito, pensar gênero enquanto categoria analítica possibilita uma forma de ampliar as visões de mundo e repensar os comportamentos sociais e as assimetrias que estão postas na sociedade através do discurso.

Enquanto categoria analítica, o gênero problematiza os comportamentos que sempre foram atribuídos aos homens e mulheres, de modo a demonstrar que eles são frutos de uma construção social. “O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23).

Assim, para Scott “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p.21). Portanto, como categoria analítica, o gênero será bastante útil na hora de investigar os elementos que reproduzem visões que são utilizadas como artifícios para interpelar os sujeitos por meio de discursos e (re)produzir assimetrias sociais.

### **3.2 Sexualidade e desigualdade Social**

Discutir os conceitos sobre gênero como fundantes de desigualdades sociais também implica perceber sua relação com a sexualidade, visto que a sexualidade, principalmente da população LGBT foi, e ainda é, colocada num local subalterno, repleto de limitações e silenciamentos. Assim, paralelamente às questões de gênero, mas com conexões e igual relevância, destaca-se que há uma influência das

convenções sociais sobre as limitações dirigidas aos LGBT em relação as suas sexualidades. Essas convenções são responsáveis por interpelarem frequentemente homens e mulheres sobre os seus comportamentos sexuais e o seu gênero.

Essa inteligibilidade social (Butler, 2003) que interpela o sujeito e que mais funciona como “bula” sobre o que é o masculino e/ou feminino afetou a sexualidade das pessoas durante séculos. Da mesma forma que os padrões de comportamento “determinam” o que é o gênero, também influenciam no que é a sexualidade.

A sexualidade sempre foi um tema tabu que por muito tempo foi esquivado de questionamentos mais profundos. Em geral, a discussão tratava os comportamentos sexuais das pessoas como fruto de um processo natural que tem o desejo direcionado a partir do sexo biológico. Nessa lógica, o homem, que possui pênis, “naturalmente”, dirige o seu desejo para a mulher e vice-versa. Se há uma fuga dessa dinâmica, os padrões enraizados enquadram esse comportamento dissidente no oposto, a homossexualidade.

O modo como a sexualidade é encarada hoje é resultado de tudo o que foi conceituado e convencionado socialmente, anteriormente. Os desequilíbrios históricos relacionados ao gênero influenciaram bastante os entendimentos acerca da sexualidade. O processo de categorização das sexualidades ao longo do tempo resultou nesse sistema dicotômico em relação ao gênero e que divide a sexualidade das pessoas em *homo* e *hétero*. Aquele em um polo subalterno e esse como o padrão a ser seguido. Essa bipartição e os desdobramentos feitos a partir dela invisibilizam e excluem qualquer possível variação de comportamento sexual para se manterem. O bissexual, por exemplo, que não se enquadra nessas categorias, acaba sofrendo exclusões sociais por não se encaixar em um dos campos das sexualidades “naturalizados”.

Esse processo de naturalização dicotômica no campo da sexualidade, antagonizando a heterossexualidade e a homossexualidade, acabou criando “a normalização da sexualidade a partir de um modelo antiético – normal *versus* abjeto” (PINAFI, 2015, p.694). Essa suposta naturalização dos comportamentos sexuais, inclusive, cria padrões excludentes, em relação à homossexualidade, dentro dos ambientes e das relações LGBT, pois acaba definindo um padrão de normalidade que invisibiliza e exclui qualquer dissidência entre os próprios LGBT. A esse

estabelecimento de um padrão excludente e de uma forma de ser homossexual nomina-se Homonormatização (NOVENA, 2005).

Nessa perspectiva, não dá para ignorar que há certo conflito entre as correntes essencialistas e pós-estruturalistas, sobre sexualidade. Enquanto aquela percebe o sexo e a sexualidade como desdobramentos biológicos naturais, esta entende o gênero e as identidades sexuais como interpretações culturais. Porém, tanto o sexo biológico quanto a sexualidade não estão livres de influências culturais (PINAFI, 2015).

O problema que se aponta no essencialismo, embora se entenda o seu papel político, é o fato de invisibilizarem outras possibilidades sexuais e também criarem padrões normalizadores que ditam o que é certo ou errado. Esses padrões normalizadores, então, acabam criando um tensionamento entre os diferentes comportamento, pois “a identidade construída na tensão *nós-eles* produz diferentes formas de pertencimento e/ou exclusão que afetam os laços sociais e as inscrições subjetivas daqueles que integram ou ficam por fora desta “coletividade social” (PIFANI,2015).

Dessa forma, a sexualidade foi/é utilizada muitas vezes, de forma tácita ou expressa, como elemento disciplinador de condutas. Todas as limitações e silenciamentos que esse padrão de sexualidade reiterou durante anos acabaram colocando homens e mulheres em comportamentos definidos/definíveis. Em “caixas” que determinam de forma restrita o que é sexualidade para o homem e para a mulher. Nesse sentido, Bordini e Sperb (2016, p. 532) afirmam que

tradicionalmente, diferentes significados são associados às sexualidades de homens e mulheres. Geralmente, ser homem está associado a ser ativo e hipersexualizado, valorizando-se o desempenho sexual e a promiscuidade; por outro lado, ser mulher está associado a ser passiva, discreta e comedida em termos sexuais, além de estar relacionado ao amor romântico e aos sentimentos.

Essas convenções sociais são violentas e arbitrárias e a toda hora exercem uma inteligibilidade sobre os corpos e as sexualidades das pessoas. Essa ideia de que macho e masculinidade e fêmea e feminilidade obedecem uma lógica linear e “natural” é, segundo Butler (2003), uma construção ficcional. Na verdade, possuir pênis, ser masculino e ser heterossexual não é um desdobramento natural como querem fazer crer as convenções sociais dominantes.

Essas questões são muito rígidas e acabam criando pânico e confusão na cabeça das pessoas. Uma das maiores confusões é a de se pensar que quando alguém cruza a fronteira do gênero, necessariamente estaria cruzando também a da sua sexualidade “natural”. Residem dois problemas nessa lógica. O primeiro é o de pensar que quando um menino brinca de boneca ou veste um vestido quer dizer que ele se sinta mulher; e o segundo é a presunção de que ao transgredir as convenções sociais relacionadas ao gênero o menino se tornará um homossexual, invariavelmente.

Esse pensamento ignora tanto questões de gênero, discutidas, anteriormente, como de sexualidade. O gênero e a sexualidade são coisas distintas, embora estejam conectadas. Assim como o gênero as convenções sociais também construíram os padrões de sexualidade. Esses padrões se apresentam rígidos, “inquestionáveis” e ignoram a fluidez existente na sexualidade (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1988).

A sexualidade, mesmo nos dias atuais, ainda é um tabu social. Como afirma Foucault (1988), mesmo havendo bastante discussão sobre sexualidade nas últimas décadas, essas discussões serviram mais para determinar o que é certo/errado, normal/anormal, aceito/rejeitado do que para romper com os padrões e estimular as pessoas a uma liberdade sexual que permita mais o conhecimento do próprio corpo e dos próprios prazeres. Ou seja, mesmo se falando muito em sexualidade, os parâmetros ainda são bastantes limitadores e servem para gerar assimetrias sociais.

Meninos e meninas, na infância e adolescência, sofrem com a interpelação recorrente e reiterada dos comportamentos que devem adotar para satisfazer as convenções sociais. A Sexualidade, salvo raríssimas exceções, não é um tema abordado com um viés de orientação e abertura para descobertas pessoais. Nem em casa, nem na escola. Na instituição educacional não há obrigatoriedade no currículo da equidade de gênero e do respeito às diferenças sexuais. Além disso, o próprio PNE, a partir dos eventos citados no primeiro capítulo, teve que ter as menções relacionadas à sexualidade retiradas, por meio de uma justificativa equivocada, denominada pela bancada evangélica do poder legislativo de “ideologia de gênero”.

Mesmo assim, não há como fazer com que essas questões desapareçam. O ponto é que a ausência de discussões sobre gênero e sexualidade permite que violências aconteçam. É na infância e/ou adolescência que os meninos, por exemplo, conhecem o quanto é negativo ser chamado de “bicha” ou “veado”. Esses garotos podem até não saber ainda que é uma referência a uma orientação sexual, mas têm a certeza de que deve ser algo ruim, pois serve para xingá-los de maneira mais agressiva. Logo, é bem provável que aquele garoto, xingado de “veado”, procure se encaixar nos comportamentos e discursos que irão torná-lo “um homem de verdade”. E “homem de verdade”, nesse caso, pode significar, aquele que gosta de/deseja uma mulher, pois a referência da interpelação que constrói o “ser homem” desde a infância tem caráter sexual, embora muitas vezes essa sexualidade esteja sendo associada erroneamente a questões de gênero, como vestimentas e comportamentos (o jeito de falar, de dançar e/ou de lidar com as emoções, como não chorar).

As interpelações sobre a sexualidade daquele menino o acompanharão por toda a sua existência e em praticamente todas situações da sua vida social. Ele terá que aprender a agir de acordo com o que se espera de um “homem de verdade”. Ou seja, não poderá, possivelmente, fazer nada que o associe ao comportamento tido como feminino sem que os sentidos do termo “veado” sejam atribuídos a ele.

Em outras palavras, a sexualidade ainda é tratada, preponderantemente, como uma camisa de força que deve ser vestida sobre as pessoas e retocada, reforçada e (re)produzida discursivamente sempre que necessário para não permitir diferenças de comportamentos. A categoria dicotômica, excludente e hierarquizada da sexualidade (heterossexualidade-homossexualidade) está posta, limitando os comportamentos sexuais das pessoas e aprisionando os desejos de quem não se encaixa.

Por esse motivo, há uma rejeição dos segmentos conservadores a discussões sobre o respeito à diferença da sexualidade, pois acreditam que o contato com as diversas sexualidades existentes, ainda que apenas de forma discursiva, estimulará a criança a ter uma sexualidade não normal, ou seja, uma sexualidade LGBT, no caso do exemplo dado sobre a questão “da ideologia de gênero” nos planos de educação. Essa é uma das razões para tanta rejeição também nas mídias sociais.

Foucault (1988) apresentou a sexualidade como um dispositivo disciplinar da sociedade, contendo relações desiguais de poder. As fronteiras da sexualidade eram/são tão rígidas que quem atravessa os limites do que seria um comportamento considerado “normal” estaria automaticamente agindo de forma “anormal” e de certa forma “ilegal”, visto que seria merecedor de punição social. Gays afeminados, lésbicas masculinizadas ou travestis e transexuais sofrem diariamente as punições sociais por ultrapassarem essas fronteiras da “normalidade”.

As construções das sexualidades e os lugares dados a cada pessoa nessas convenções envolvem relações de poder bastante ligadas às questões de gênero, pois derivam de uma lógica que reproduz assimetrias sociais entre homens, mulheres e LGBT. Foucault (1988) traça um paralelo dessas hierarquias sexuais a partir do comportamento no intercurso sexual: do ativo e do passivo. Aquele como pessoa que exerce a ação dentro do contexto sexual e esse como alguém sobre quem essa ação é exercida.

Nesse ponto, o autor já reconhece que a linha divisória dos comportamentos sexuais ativos e passivos já está previamente desenhada pela visão de mundo construída e reiterada sobre homens e mulheres. Os homens dotados de maior liberdade, pensantes e controladores e as mulheres que são penetradas por outros homens são colocadas como parceiras-objeto sujeitas à dominação e ao controle, em virtude da sua passividade.

Nessa composição, outro ponto dessa discussão levantado pelo autor é bastante proveitoso para esse trabalho, visto que os discursos analisados tratarão de questões ligadas aos LGBT. Foucault (1988) amplia o olhar sobre o que chamou de ‘atores passivos’, a partir de uma historicidade, e reconhece que nesse polo da relação sexual são introduzidos outros sujeitos que não apenas as mulheres; pessoas dotadas da mesma carga valorativa que subjuga e ultraja as mulheres. Ao fazer a distinção sobre atores ativos e passivos Foucault (1999, p. 46) aponta que na história do mundo Ocidental

os primeiros, evidentemente, são os homens, mais precisamente os homens adultos e livres; os segundos, bem entendido, compreendem as mulheres, mas elas aí figuram apenas como um dos elementos de um conjunto mais amplo, cuja referência se faz as vezes para designar os objetos de prazer possível: ‘as mulheres, os rapazes, os escravos’.

Assim, já se percebe que quando se entra no terreno da sexualidade as concepções biologizantes que diferenciam homens e mulheres devem ser problematizadas, pois tanto um quanto o outro, em medidas e gradações diferentes, podem ser subjugados a partir da posição que assumem na relação sexual. Fica mais nítido a partir daí enxergar que quando um homossexual ultrapassa a fronteira do comportamento social que lhe seria devido – comportamentos sociais que o/a tornam “homem/mulher de verdade” – a punição lhe é automaticamente imposta, pois está indo de encontro ao comportamento “natural” que deveria ter.

Dentro dos comportamentos sexuais aceitos socialmente não é permitido ao homem assumir uma passividade e nem a mulher assumir uma posição ativa. Retomando a ideia da camisa de força citada anteriormente, durante toda a vida as pessoas são interpeladas para assumirem a sexualidade hegemônica e uniformizante, ou seja, a heterossexualidade. Além disso, é uma heterossexulidade também convencionada, que tem padrões rígidos a serem seguidos. Não é o foco dessa pesquisa, mas é válido ressaltar que pessoas heterossexuais também sofrem, em algum nível, opressão decorrente dos padrões disciplinadores do comportamento heterossexual.

Retomando as questões ligadas à homossexualidade, percebe-se que ela não é aceita como uma sexualidade “normal”, nem é considerada uma sexualidade que está no mesmo nível da heterossexualidade. Aliás, essa polarização héterossexual x homossexual só reforço a homossexualidade como contraponto da heterossexualidade, como forma, inclusive, de justificar a heterossexualidade como “normal” e “natural”.

Vale ressaltar que o argumento acima pode ser analisado como silenciamentos que constituem os sentidos dos discursos sobre a heterossexualidade concebida como natural e normal. Ou seja, a homossexualidade tratada como oposição à heterossexualidade no discurso não desconstrói a sua hegemonia, pois reitera uma dicotomia desnivelada que puni os homossexuais e invisibiliza dissidências sexuais, já que ignora a existência de diferentes comportamentos sexuais. Essa perspectiva tenta condensar todos os comportamentos sexuais nas categorias dicotômicas heterossexualidade x homossexualidade. Nesse sentido, a discussão sobre sexualidade torna-se limitada

e pode gerar problemas na hora de analisar comportamentos sexuais que fogem aos padrões sociais de heterossexualidade e também de homossexualidade, como fetichistas, por exemplo, ou como na prática sexual em que mulheres penetram seus parceiros heterossexuais.

No caso das/dos transexuais e travestis a situação é ainda mais problemática. Se as pessoas ainda não aceitam uma sexualidade homossexual que pertence a um corpo em conformidade com os padrões sociais de normalidade, as reações aos corpos “desconformes” dos/das transexuais e travestis acabam sendo ainda piores.

César (2016) expõe que nas experiências transexuais, a sexualidade não é capitada pela sociedade. Ela está à margem e gera confusão. O autor expõe que tanto os elementos relativos à constituição discursiva e as relações de poder que envolvem as sexualidades, em Foucault; como as concepções sobre heterossexualidade compulsória de Butler dão lastro teórico para questionar o lugar social e subalterno que é dado aos/as transexuais e travestis. As diferenças que essas pessoas apresentam rompem com os padrões de gênero e de sexualidade tradicionais.

Essa multiplicidade de corpos, redesenhados e “desconformes” carregam uma experiência repleta de violências. Para Bento (2006, p 19) são

Corpos inconclusos, defeitos e refeitos, arquivos vivos de histórias de exclusão. Corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social.

O caso de Buck Angel citado anteriormente retrata bem as confusões que um raciocínio engessado baseada em categorias dicotômicas, excludentes e hierarquizadas sobre gênero e sexualidade podem apresentar. Pode-se problematizar a questão da sexualidade do ator pornô e visualizar que com um olhar rígido a inteligibilidade social não dá conta. Ou seja, se no processo de categorização social há uma relação entre características corpóreas “naturais” e a sexualidade, como definir Buck Angel sexualmente, um homem trans que tem vagina, é casado com uma mulher e faz filme pornô gay? Como relacionar a sua sexualidade com o seu corpo?

Dentro dos apontamentos de Butler, discutidos na seção anterior, há uma necessidade de descolamento da sexualidade das construções de gênero, compreendendo ambos como construções discursivas, desmitificando a sua unidade e essência e percebendo que essas duas categorias são importantes para lançar um olhar sobre as questões que envolvem os discursos sobre gênero e sexualidade. As pessoas LGBT e quaisquer sexualidades tidas como “subversivas” recebem tratamento e lugares desiguais tanto no discurso quanto na vida social. Até porque o discurso constitui essa vida social.

Para se enxergar toda essa série de desigualdades enfrentadas por LGBT, mulheres e quaisquer pessoas com comportamentos sexuais que fujam ao padrão de normalidade é preciso desconstruir as categorias dicotômicas e buscar saídas que tentem encarar o problema de forma mais ampla na construção da diferença (BUTLER, 2003).

Outra autora que corroborou com o aprofundamento do campo de produção de conhecimento sobre sexualidade foi Rubin (1982). A autora apontou os limites do uso do conceito marxista de classe na tentativa de compreender hierarquizações sobre a sexualidade. Rubin destaca que a teoria marxista pode até enxergar desigualdades sociais que relacionam aspectos do gênero com o trabalho, mas não conseguem atingir o terreno da sexualidade com a mesma intensidade, visto que os comportamentos sexuais não são abarcados pela relação de trabalho. Sendo assim, as desigualdades sociais decorrentes da sexualidade não podem ser explicadas a partir das relações de classe. A pesquisadora, então, sistematizou uma perspectiva densa que contribuiu para alicerçar os estudos posteriores de gênero e avolumar o entendimento das assimetrias que envolvem a sexualidade.

Para Rubin, é necessário defender um pensamento mais radical e libertador sobre a sexualidade. Um pensamento que deve “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual” (1982, p.145). A autora aponta ainda que:

A maioria do pensamento radical sobre o sexo foi incorporado na direção de um modelo de instintos e suas restrições. Conceitos de opressão sexual têm sido alojados dentro de entendimentos mais biológicos da sexualidade. É muito mais fácil voltar a noção de uma libido natural sujeita a uma repressão não humana do que reformular os conceitos de injustiça sexual dentro de um enquadramento

construtivista. Mas é essencial que o façamos. (RUBIN, 1982, p.148, tradução nossa).

Para romper com essa dinâmica engessada e cheia de opressões dos arranjos sexuais, reiterados constantemente através dos discursos e tentar combater as injustiças sexuais que colocam a sexualidade em uma verdadeira camisa de força e geram desigualdades é preciso olhar para os discursos sobre sexualidade de forma diferente.

Nesse caminho, é preciso “explodir” os rigorosos limites dados pela heteronormatividade. Essa heteronormatividade é concebida como “um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo daqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2009, p.156). A heteronormatividade, assim, modula as identidades sexuais e dificulta uma subversão real da opressão sexual, pois acaba afetando, inclusive, as pessoas não heterossexuais.

Infelizmente, os comportamentos sociais e os discursos identitários, àqueles que trazem uma tendência essencialista dos LGBT, acabam reiterando e não rompendo com a heteronormatividade. Quando Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais reproduzem comportamentos heteronormativos para serem aceitos socialmente, eles acabam, em maior ou menor proporção, reforçando ainda mais o binarismo homem x mulher e a hegemonia da heterossexualidade, pois o referencial da sua suposta subversão acaba sendo uma construção categorial já existente de gênero e sexualidade do que é concebido como sendo homem e mulher e heterossexualidade e homossexualidade, respectivamente.

Uma mulher transexual (trans), por exemplo, geralmente, transforma o seu corpo para um corpo de “mulher tradicional”, tido como “normal”, assim como faz um homem trans. Tal decisão necessariamente não está rompendo com as categorias dicotômicas hierarquizadas e excludentes de sexo, gênero e sexualidade. Tal decisão da agente social pode implicar novamente em uma possível presunção de heterossexualidade, pois não se rompeu com os padrões de normalidade de homem, mulher, bem como não se escapa assim das interpelações sobre sexualidade que a inteligibilidade dos discursos trazem.

O que se quer dizer, enfim, é que a busca por uma liberdade sexual que compreenda a todos e todas passa por um olhar que está além das concepções essencialistas e que exceda as categorias dicotômicas de macho-fêmea, homem-mulher, heterossexualidade-homossexualidade. Reiterar as identidades que representam a sigla LGBT por si só não rompe com a heteronormatividade e nem subverte a ordem posta, pois os comportamentos sexuais são variados e complexos. Não existe classificação que consiga abarcar todas as possibilidades dos desejos sexuais existentes nas interações humanas.

A grande questão é que, devido à heteronormatividade e aos padrões discursivos hegemônicos de sexualidade acaba existindo uma hierarquização dessas sexualidades que torna algumas mais privilegiadas socialmente do que outras. Para se romper com essa desigualdade é preciso romper também com a ideia uniformizadora dos comportamentos sexuais. Se as sexualidades são construções discursivas, então, é necessário que os discursos se destinem para a liberdade dos comportamentos sexuais e não para a reiteração de mais “caixas” com “bulas” de comportamentos sexuais, ou seja, que reproduza as categorizações hegemônicas existentes.

Mesmo assim, não se pretende nessa pesquisa deslegitimar ou emplacar uma campanha de supressão das perspectivas identitárias, mas tão somente chamar a atenção para as condensações de sentidos categoriais sobre comportamentos sexuais que ocorrem a partir das concepções existentes e sedimentadas sobre identidades sexuais.

Se por um lado, essa condensação é boa quando permite a aproximação de pessoas que consideram iguais e o fortalecimento de um movimento ativista que defende LGBT das violações sofridas, por outro, por não romper com a lógica binária de gênero e por não encarar a sexualidade como fluída acaba contribuindo com a opressão de comportamentos sexuais que não se sentem encaixados nas “caixas” existentes (BUTLER, 2003).

Nesse sentido, o processo de reorientação dos estudos de gênero envolve um alargamento na maneira de enxergar a história das mulheres, dos LGBT e sua relação com a língua e as gramáticas enquanto meios de construção e adequação sociais. O modo como o gênero é construído na linguagem influencia bastante os

comportamentos sociais atribuídos aos homens e mulheres, visto que as pessoas são interpeladas constantemente através dos discursos em relação ao seu corpo, gênero e sexualidade.

Se esses discursos reproduzem uma lógica que não problematiza os comportamentos sociais hegemônicos, acabam (re)produzindo opressões e hierarquias. Essas hierarquias, além de causarem violações e representarem relações desiguais também contribuem para a manutenção da exclusão e conseqüentemente da ordem posta. Elas não descontrolam a lógica desigual que disciplina as sexualidades e geram opressões, como veremos a seguir.

### 3.2.1 A hierarquia das identidades sexuais e a normalização dos desejos sexuais

Reconhecer e “incluir” nas categorizações sociais gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais possibilitou, ainda que de forma regulada, uma ampliação na nomenclatura das possibilidades sexuais, ao mesmo tempo em que implicou alguns empoderamentos e permitiu alguma resistência contra opressões e certa organização na luta por direitos civis.

Contudo, não se pode negar que as construções identitárias postas não dão conta das possibilidades dos desejos que as pessoas demandam e ainda abrem margem para um desnivelamento social que gera violações, pois essa essencialização dos comportamentos sexuais geram exclusões para os dissidentes.

A partir dos limites expostos acima, nossa pesquisa visa defender uma perspectiva de sexualidade que não imponha limites rígidos em relação aos desejos; que aceite a fluidez dos comportamentos sexuais para que pessoas não sofram com o peso dos desníveis sociais formados a partir da hierarquização das sexualidades. Uma hierarquização que divide os comportamentos em uma escala que vai do “bom” até o “ruim”, com níveis internos e gradativos de aceitação, como no caso da heteronormatividade que “aceita” gays desde que sejam “másculos” e lésbicas se forem “femininas”. Percebe-se com isso que a referência é um comportamento heterossexual mesmo para as pessoas homossexuais. Assim, quanto mais os gays forem “afeminados” e as lésbicas “masculinizadas” mais excluídos serão na sociedade

A variação da valoração dos comportamentos ligados à sexualidade envolve também questões de gênero e contribuem bastante para a desigualdade no tratamento das pessoas. Tanto é assim que dentro das identidades sexuais dadas existem variações que são valoradas socialmente de maneira diferente e modulam, inclusive, a forma e a proporção da opressão sofrida pelas pessoas. Gays “afeminados” e gays que estão em conformidade com os padrões heteronormativos sofrem tratamentos sociais distintos. Esse tratamento é influenciado, inclusive, por questões de gênero. Gays “afeminados” sofrem mais violência social do que gays que “parecem homem”, pois são vistos de maneiras diferentes pela sociedade. Nesse caso, verifica-se uma hierarquização que gera desníveis até dentro de grupos excluídos.

Isso significa que, na medida em que um comportamento social relacionado à sexualidade é mais aceito socialmente, as possibilidades de opressão são reduzidas. Como exposto acima, Gayle Rubin (1982), ao demonstrar a hierarquização das práticas sexuais a partir das práticas hegemônicas como referencial, problematiza a moralidade sexual heteronormativa que atribui valor às relações não heterossexuais.

Quando um casal homossexual está dentro dos padrões de gênero e sexualidade tradicionais, está junto há muito tempo, comporta-se dentro do que se espera tradicionalmente de uma relação monogâmica e invisibiliza a sua sexualidade nos espaços públicos, uma moralidade menos agressiva é apresentada a essa relação. Se, por outro lado, fazem uso de pornografia, fetichismo, relações poligâmicas e demonstram afeto em público, a “ética sexual” hegemônica empurra esse comportamento sexual a uma posição subalterna e de não reconhecimento e exclusão.

É importante se pensar sobre essa questão porque existem pessoas que ao tratarem de respeito em relação aos LGBT, condicionam esse respeito à invisibilidade dessas pessoas, de modo que insistem para que elas não demonstrem a sua sexualidade de forma explícita, não troquem afeto em público e muito menos na frente de crianças. Fazer isso é justificar a Homofobia/LGBTfobia<sup>6</sup>. Por isso se

---

<sup>6</sup>A homofobia, segundo Borillo, agrega em sua expressão sentimentos de repulsa ou hostilidade a pessoas que possuem um desejo por outras do mesmo sexo (ou,

critica tanto a construção da homossexualidade como reflexo da heterossexualidade, pois se percebe que dessa forma ela é regulada também pela heteronormatividade. Não há um rompimento dessa lógica opressora, ou seja, das categorias dicotômicas e hierarquizadas de heterossexualidade e homossexualidade.

O binarismo hetero/homossexual, portanto, serviria para regular o desejo das pessoas e suas práticas sexuais através da heteronormatividade, pois esta coage, através de obrigações e demandas sociais, os demais comportamentos sexuais. A heteronormatividade, nessa lógica binária, contamina todas as práticas sexuais que se distanciam da heterossexualidade normativa eleita como “natural”. É preciso deixar claro que até heterossexuais que rompem com os padrões heteronormativos sofrem violações. A naturalização dessa dualidade ocorre através de interpelações reiteradas que a todo o momento questionam o homossexual, e até o heterossexual, sobre o seu comportamento.

Essa lógica binária funciona como um atrativo para pensamentos que consideram qualquer dissidência sexual um desdobramento da homossexualidade e, portanto, um alvo a ser combatido pela moral burguesa. Há uma opressão sexual fortemente influenciada pela heteronormatividade que reforça a heterossexualidade, o casamento heterossexual visando apenas a reprodução humana. É uma constante tentativa de “normalizar” os comportamentos e não permitir que haja fugas a essa lógica “natural”. Nessa composição, “a homofobia trabalha como a grande guardiã das fronteiras bicategorizadas de gênero e sexualidade” (PIFANI, 2015).

Miskolci (2009) faz uma crítica a essa tendência de normalização dos comportamentos, atribuindo responsabilidade também aos estudos sociológicos sobre sexualidade. Para ele os estudos sociológicos sobre sexualidade, são em tese progressistas, mas

o pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não hegemônicas [...] os estudos sobre minorias

---

ao menos, apresentam essa possibilidade). Essa repulsa é levada a cabo quando esse ser (quase ontológico) é posto na posição de um outro, tido nesse caso como inferior ou anormal. Essa desproporção entre um eu falante e outro anormal, distante e praticamente irreconhecível, é um paradoxo importante, já que alimenta a lacuna constitutiva de um ideal e de um real. Tal lacuna é relacionada com outras formas de ‘infravaloração’, como o racismo, a xenofobia, o classismo, já que todas sustentam em sua formação uma ‘diferença natural’ expressa através da segregação do que venha a ser o outro” (FERNANDES, 2009, p. 214).

terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual” (MISKOLCI, 2009, p.151).

Através do que chamou de “analítica da normalização”, Miskolci (2009) questiona os processos normativos que envolvem as identidades e comportamentos sexuais. Ao tratar da invenção da homossexualidade, o autor salienta que

A sexualidade tornou-se objeto de sexólogos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por meio da delimitação de suas formas em aceitáveis e perversas (MISKOLCI, 2009, p. 153).

Logo, para superar essas questões é preciso desconstruir as categorias existentes para dar espaço a fluidez das possibilidades sexuais e borrar as fronteiras entre as “caixas” normalizadoras. A regulação provocada por esses processos reforça o binarismo existente e contribui, de certa forma, para a formação de discursos que oprimem, pois restringe outros sentidos e, conseqüentemente, outras possibilidades de comportamentos sexuais e reiteram a hierarquia entre a heterossexualidade e a homossexualidade.

Sobre essa questão, reproduzimos aqui questionamentos já levantados nessa pesquisa, perguntando-se como poderíamos categorizar uma mulher transexual que sente desejo por mulheres? Essa mulher trans é heterossexual? Ela é lésbica? Será que apenas por ser mulher trans ela teria de se sentir atraída por homens? E no caso de Buck Angel homem de músculos, barba e vagina? A partir dessas indagações nos parece que as categorizações dicotômicas, excludentes e hierarquizadas têm de ser repensadas porque não dão espaço para que haja o respeito às diferenças e as multiplicidades dos desejos. Se o olhar passa a ser diferente e aberto outras inteligibilidades, outros sentidos nas interações sociais podem ser efetuados e condensados.

Nesse caminho, sob a luz da Teoria *Queer*, Miskolci destaca que essa teoria propõe uma visão desafiadora por meio do

desenvolvimento de uma analítica da normalização que pode interrogar como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas. Trata-se de um objetivo científico que teria também implicações políticas, pois permitiria compreender e contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão (MISKOLCI, 2009, p. 178).

Nessa mesma direção, refletindo sobre a hierarquização a partir da valoração de identidades e práticas sexuais, bem como percebendo a regulação e opressão

trazidas pela heteronormatividade e pela imposição de uma “normalização” para essas identidades e suas práticas, Rubin comenta que:

Sociedades modernas ocidentais avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierarquia e valores sexuais. [...] Indivíduos cujo comportamento está no topo da hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Nos casos de comportamentos sexuais ou ocupações que se movem gradativamente para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos a presunções de doença mental, descrédito, criminalidade, restrição social e física restrita, perda de apoio institucional e sanções econômicas e presunção criminal (RUBIN, 1982, p.149, tradução nossa).

Com efeito, essa hierarquização é tão violadora e impactante na construção social das identidades e práticas sexuais não hegemônicas que, como afirma a autora, é responsável por determinar, socialmente o que é ou não possível para essas pessoas. Essas hierarquizações autorizam o que se pode ou não fazer, o que se pode ou não dizer e essa valoração social modula os desejos e comportamentos sexuais e possibilita em maior ou menor proporção violações diversas chegando até ao extremo de produzir corpos abjetos.

Dessa forma, as pessoas transgêneros e transexuais são considerados corpos abjetos porque “não existem”. Essas pessoas não são reconhecidas pelas instituições religiosas, educacionais, médicas e pelo Estado. Ou seja, não há uma inteligibilidade que rompa com os sentidos condensados das categorias dicotômicas, excludentes e hierarquizadas de macho-fêmea, homem-mulher, heterossexual-homossexual.

A partir do que foi exposto até então, conclui-se que a inteligibilidade sobre as categorias de gênero e sexualidade são categorias fundantes de desigualdades sociais. Ambas as categorias têm obedecido a uma constante lógica binária que subjuga e limitam os sentidos produzidos sobre os comportamentos e identidades sexuais não hegemônicas e as coloca em um lugar social subalterno e com gradações de rejeição.

Sendo assim, é preciso encarar a problemática da normalização, que privilegia a heteronormatividade, e reconhecer a necessidade de uma emancipação desse sistema binário que impregna todas as sexualidades nessa perspectiva hierárquica.

Entender essa crítica aos estudos sobre gênero e sexualidades, sem ignorar os fatores políticos que se colocam necessários às lutas por direitos e contribuem para resistência a opressões, é vital para avançar no caminho de encarar a heterossexualidade como uma dentre as tantas possibilidades sexuais que existem, desconstruindo a ideia de sexualidade “rainha” que habita o topo da hierarquia das práticas sexuais.

Nesse sentido, trataremos da importância de um entendimento acerca do gênero e da sexualidade a partir da linguagem, já que durante todo o percurso teórico deste capítulo foi afirmado que tanto a heterossexualidade como a homossexualidade são ficcionais e construídas discursivamente. O gênero e a sexualidade, portanto, constituem-se em categorias geradores de desigualdades sociais e são fundantes nos processos de socialização e de sociabilidade. Essas categorias precisam ser encaradas como uma forma epistemológica de ver o mundo para construir outros sentidos e conseqüentemente edificar novas possibilidades na redução das assimetrias sociais que acontecem em virtude do não enfrentamento dessa discussão.

### **3.3 Gênero, sexualidade e linguagem**

Diante de tudo que foi exposto anteriormente não se poderia negligenciar o desenvolvimento de contornos teóricos em relação ao gênero e à sexualidade enquanto construções discursivas, ou seja, produtos da linguagem. Se as formações discursivas que tratam dos LGBT, das mulheres e das sexualidades estão permeadas por posições que geram opressões e desigualdades sociais, novos discursos não poderiam romper essa dinâmica sem partir de um discurso de resistência.

Como mencionado anteriormente, Foucault (1970) já dizia que alguns temas são colocados como tabu e que ao tratar deles, discursivamente, uma série de limitações pairaria sobre a formação desses discursos trazendo silenciamentos e tensões. O autor aponta, inclusive, a sexualidade como um dos maiores temas tabu para serem tratados discursivamente. Além disso, o autor ainda aponta que nunca se falou tanto em sexualidade, porém em uma lógica pautada na moral burguesa. Uma sexualidade que se constrói discursivamente tentando determinar o que é

“normal” e “anormal”, o que é aceito e o que não é correto em termos de sexualidade.

Embora seja uma perspectiva que não mais dá conta dos problemas que envolvem gênero e linguagem, pois acabam obedecendo de certa forma uma perspectiva binária, Robin Lakoof, iniciou a problematização dessas questões ao desenvolver diferenças entre estilos de conversas de homens e mulheres, apontando as mulheres como produtoras de discursos de cooperação e os homens de competição (OSTERMANN e FONTANA, 2010).

Muito se discutiu a partir da constatação de diferenças de comportamentos discursivos e, conseqüentemente, sociais entre homens e mulheres. Porém, um dos pontos mais importantes sobre essas diferenças é compreender por que elas acontecem, que relações de poder estão ali inseridas e quais as conseqüências dessas diferenças na linguagem.

Nesse sentido, Cameron (1998), claramente influenciada por Butler, aponta o fenômeno da ‘fala generificada’ como um dos fatores responsáveis pela diferenciação entre masculino e feminino a partir da linguagem. A autora coloca que “os estilos ‘masculino’ e ‘feminino’ de se falar (...), podem ser vistos como o resultado ‘consolidado’ de atos repetidos, realizados por agentes sociais que estão esforçando-se para constituir-se como homens e mulheres ‘adequados’” (CAMERON, 1998, p. 132). Sendo assim, retomamos a afirmação, agora apoiando-nos numa perspectiva de estudos do discurso, de que o gênero é construído a partir da linguagem e da interpelação social recorrente.

Esse caminho nos leva a um entendimento que compreende – ou pelo menos amplia o olhar sobre – como os sujeitos são construídos a partir de recursos linguísticos rígidos que produzem diferenças entre os gêneros. Para se entender esse jogo linguístico e investigar os supostamente inquestionáveis limites sociais de gênero e sexualidade no discurso é preciso aceitar a ideia de que as pessoas performatizam um gênero através da linguagem para parecerem em conformidade com o que é socialmente tido como “real”, “natural” e assim não sofrerem punições sociais (CAMERON, 1998).

Se pararmos para refletir que é autorizado aos homens falar palavrão, utilizar linguagem rude e objetiva e às mulheres resta falar sobre cores, casa, moda e não alterar o tom de voz veremos que há claramente uma codificação diferenciada para a produção dos discursos. Não que não haja transgressões desses padrões, porém, como exposto anteriormente, quando essas fronteiras são ultrapassadas questionamentos sociais e possivelmente punições serão impostas a essas pessoas.

Nesse sentido, dentro da perspectiva de valorização das diferenças, bandeira levantada por nosso estudo, a noção de performatividade de gênero de Judith Butler (1990) parece se encaixar na composição da lente que se deseja olhar os comentários e as publicações no *Facebook*. Ou seja, defende-se nesse trabalho uma premissa de assimetria social baseada no gênero e na sexualidade que é provocada pelos discursos ao interpelarem os sujeitos. Promove-se a diversidade dos/nos sujeitos, mas compreende-se que essa diferença precisa ser mais bem entendida dentro da linguagem para emancipar as pessoas e impedir que os discursos produtores de opressões sejam a polarização e hierarquização entre os gêneros e/ou as sexualidades.

Além disso, entender que existe uma performatividade de gênero nos discurso que constrói os sujeitos, para Butler (1990), não autoriza a entender que as pessoas estão fadadas ao automatismo e a imutabilidade. Aqui vale uma ressalva baseada na ADC que compreende a construção dos sujeitos e do social através do discurso há uma relativa autonomia das pessoas, denominadas de sujeitos-agentes. Ou seja, sujeitos que influenciam e são influenciados pelo discurso, pelas estruturas sociais.

Retomando a questão da performatividade de gênero, é indefensável pensar que as fronteiras entre os gêneros são tão claras nos discurso que seria possível perceber sempre quando o sujeito que fala é masculino ou feminino. Segundo Cameron “as pessoas desempenham gênero de modos diferentes em contextos diferentes e, algumas vezes, comportam-se de uma maneira que poderia ser associada ao ‘outro’ gênero” (1998, p. 133).

Homens e mulheres, masculinidades, feminilidades e suas sexualidade, portanto, são construídas diuturnamente no fluxo e refluxo da produção/reprodução dos discursos e com fortes influências dos recursos linguísticos impostos a cada

pessoa. O resultado dessas variações linguísticas é que às mulheres e aos LGBT é negado o acesso às posições de poder a partir de desníveis sociais produzidos nos discursos que interpelam esses indivíduos a toda hora sobre sua suposta desconformidade, “anormalidade” e, por consequência, sobre o “merecimento” de uma posição subalterna.

Sobre esse processo de inteligibilidade social que a toda hora tenta conformar o gênero através de limites rígidos no discurso Lakoff (2010) dá um exemplo. Ao mencionar uma frase que fala sobre a cor de uma parede, a autora presume que há um homem e uma mulher olhando para essa parede. Em seguida, afirma que a frase seria atribuída a uma mulher e ao universo feminino se fosse precisa na definição da tonalidade da cor. Por outro lado, caso fosse um homem a escrever a frase de forma precisa, a ele seria atribuído um sarcasmo, por imitar a mulher, já que saber sobre tonalidade de cores é “coisa de mulher” ou ainda se atribuiria uma homossexualidade, pois, possivelmente, não seria considerada uma linguagem pertencente ao universo de um “homem de verdade”. Ou seja, transgredir as convenções sociais pode gerar opressão para as pessoas.

A opressão pode ocorrer em maior ou menor grau, mas, provavelmente, se uma das pessoas do diálogo romper com a expectativa social de gênero e/ou sexualidade que recai sobre si, será fatalmente apontada e punida, e uma das formas de punir socialmente e discursivamente é, para o homem, por exemplo, nomeá-lo “gay”, “veado”, “queima-rosca”, “pervertido”, pois o sentido que é condensado discursivamente sobre a pessoa gay é, em regra, subalterna.

Mais uma vez é importante se destacar que, não necessariamente, a pessoa atingida pelo discurso precisa ser efetivamente LGBT para sofrer a agressão verbal e talvez física. Heterossexuais que ultrapassam as rígidas barreiras dos comportamentos performáticos atribuídos ao universo masculino e feminino também podem receber a punição social. É por isso que homens e mulheres se esforçam a todo o momento para desempenhar bem o seu papel de adequação ao gênero que lhe cabe “naturalmente”. Para não ser identificado como um inadequado social. Um desconforme.

Sobre essa temática, ao analisar diálogos masculinos sobre questões cotidianas e observar a construção da masculinidade heterossexual no discurso de alguns homens jovens americanos, Deborah Cameron afirma que

Ser “gay” significa não atingir os padrões de masculinidade ou feminilidade determinados pelo grupo. É por isso que faz sentido afirmar que alguém é “gay mesmo”; ao contrário, preferência pelo mesmo sexo *versus* preferência pelo sexo oposto, a conformidade às normas de gênero pode ser uma questão de grau. É também por essa mesma razão que dar em cima de uma “vagabunda feia” é um tipo de comportamento que pode ser classificado como “homossexual” – a masculinidade, propriamente dita, requer que o objeto de interesse sexual em público seja não só uma mulher, mas que seja minimamente atraente (1998, p. 136).

A ideia que se está querendo reforçar aqui é a de que os padrões e os recursos linguísticos de gênero e sexualidade, embora diferenciem a todo o momento homens e mulheres, masculinidades e feminilidades no discurso, não são totalmente transparentes, nem são padrões perfeitamente formatados para se aplicar a todo o caso concreto. Como sempre há a possibilidade de outros sentidos serem construídos, precisa-se analisar o contexto e o conteúdo do discurso para desvelar as assimetrias presentes e ou a possibilidade de resistência em determinados discursos, não colocando um padrão fixo para classificar textos específicos como desníveis de gênero apenas pela sua forma.

Sendo assim, entendemos que os sujeitos-agentes podem ter autonomia nesse processo de utilização de recursos linguísticos e transgredir os padrões de linguagem que lhes são impostos, desde que haja consciência do seu lugar de fala e o rompimento com a ideia de construção de sujeito binário. Nesse sentido, Cameron (1998, p.133) afirma que

enquanto produtores e agentes ativos, ao invés de reprodutores passivos de comportamentos generificados, homens e mulheres podem fazer uso da consciência que têm sobre os significados generificados embutidos em modos específicos de fala e do agir a fim de produzir uma gama de efeitos.

Por esse motivo, reforça-se aqui a perspectiva feminista que presume assimetrias sociais em virtude do gênero e da sexualidade e entende que as mudanças discursivas geram mudanças sociais (BUTLER, 2003). Não se pode ignorar que os estudos sobre discursos podem apontar e desconstruir disparidades nos discursos que (re)produzem desigualdades sociais. Dessa maneira, nossa pesquisa por meio da Análise do Discurso Crítica, busca contribuir para influenciar

uma mudança social e na desconstrução dessas hierarquias e exclusões sobre o gênero e a sexualidade.

Assim, considera-se que todas as contribuições expostas aqui servem de suporte para se analisar as variações discursivas que geram e indicam hierarquização, desigualdades e opressões aos LGBT no discurso. Antes da análise, contudo, faz-se necessário entender qual foi o percurso metodológico utilizado para a escolha do local para a geração dos dados analisados e como se deu essa análise.

## 4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesse capítulo, primeiramente, explanarei brevemente sobre a utilização da ADC como método de análise. Em seguida falarei da abordagem metodológica que foi utilizada para gerar e analisar os dados dessa pesquisa, bem como sobre as particularidades de uma pesquisa qualitativa *online*. Logo após, demonstrarei como ocorreu a escolha da página do Humaniza Redes, qual foi o período de coleta e como se deu a produção dos dados gerados.

Na seção seguinte, apresentarei o percurso feito para alcançar os objetivos geral e específico dessa pesquisa. Detalharei o quadro teórico metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999) para analisar discursos e nomearei algumas categorias da análise do discurso ideológico de Van Dijk (2012a). Além disso, também demonstrarei a ligação das categorias do gênero e da sexualidade com o percurso analítico dessa pesquisa.

### 4.1 A ADC como método

Primeiramente, cabe destacar que enquanto método não há que se falar em fixidez de procedimentos para a realização de uma ADC. Fairclough (2001, p.275) aponta que “as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas visões de discurso” Essa pesquisa adota a visão de discurso como prática social (FAICLOUGH, 2001). O autor indica apenas diretrizes gerais para orientar a ADC como método das quais destacaremos, inclusive, algumas para o auxílio dessa pesquisa. Contudo, ressaltamos que utilizamos também outras interfaces em virtude das necessidades deste trabalho. Assim, explicitaremos alguns caminhos procedimentais da ADC que foram anunciados anteriormente.

O entendimento do olhar sobre o discurso como constitutivo e transformador das realidades sociais é um elemento basilar nessa forma de análise. Melo (2012) aponta três princípios básicos que partem da concepção de discurso enquanto elemento constitutivo e que representam a visão de Fairclough:

- Pessoas agem por meio da linguagem;
- Há uma influência recíproca entre formas discursivas e estruturas sociais;

- As pessoas utilizam recursos cognitivos, mas também socioideológicos na produção e consumo de textos (MELO, 2012).

Por entender que as estruturas sociais e discursivas que habitam as formações discursivas dão pistas dos mecanismos constitutivos do fenômeno lingüístico, Fairclough (2001), baseado no trabalho de Foucault sobre poder e discurso, indicou pontos, dos quais destacaremos alguns importantíssimos para a forma de conduzir as investigações dessa pesquisa:

a) a natureza constitutiva do discurso – os sujeitos, os objetos e o discurso constituem o social. Ou seja, as estruturas sócias sofrem influência direta e indireta das discursivas;

b) a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade – todas as práticas discursivas de alguma forma são definidas por relações com outras práticas. Sendo influenciadas por elas e influenciando-as;

c) a natureza política do discurso – os conflitos relacionados ao poder e suas relações estão presentes no discurso, mas também ultrapassam as suas fronteiras;

d) a natureza discursiva da mudança social – as práticas discursivas que estão em processo de mudança constituem importante elemento para a transformação social.

Partindo desse olhar e do princípio de que a ideia é realizar uma investigação mais aprofundada da dinâmica discursiva, bem como de possíveis efeitos ideológicos, Vieira e Resende (2016) indicam os cinco passos de Chouliaraki e Fairclough (1999) destacados no primeiro capítulo e que serão explicados mais à frente no percurso metodológico dessa pesquisa. Para elas

Essa proposta para explanação crítica de problemas sociais, pela investigação de mecanismos que os produzem compõe-se de cinco etapas principais. De acordo com Fairclough (2003<sup>a</sup>, p. 15), para ter acesso a efeitos ideológicos de textos, é preciso relacionar “microanálise” de textos à “macroanálise” de maneiras como relações de poder operam por meio de redes de práticas e estruturas (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 108).

Através desses cinco passos é possível analisar os mecanismos discursivos e as questões ideológicas bem como relações de poder que envolvem os eventos

discursivos. Outros elementos metodológicos, contudo, precisam estar presentes para preencher o arcabouço de análise dessa pesquisa.

Outro ponto importante a se destacar sobre a ADC é a exigência de posicionamento crítico prévio por parte do pesquisador. A ADC “propõe abordagens críticas para a análise de textos, assumindo posicionamento explícito em relação a problemas sociais de cunho discursivo e negando o mito da ‘imparcialidade científica’” (RESENDE, 2012, p. 101). Logo, deve o pesquisador evidenciar a sua criticidade posicionada durante a análise e, como já foi mencionado, isso não afeta a credibilidade do trabalho.

É preciso deixar claro que a criticidade na ADC não se resume apenas a um posicionamento sobre relações sociais contidas em discursos e práticas discursivas. Essa criticidade vai além. É o entendimento do discurso como uma prática social. O engajamento que se exige do analista crítico do discurso é no sentido de entender cada novo enunciado que se apresenta como uma contribuição para a manutenção ou transformação da realidade social. Essa afirmação da criticidade no âmbito do método é importante, pois deve servir de fio condutor para que a pesquisa não se perca do objetivo de diagnosticar, refletir, contribuir para a transformação das relações de opressão e desigualdade social contidas nas práticas discursivas, mas também de contribuir para o combate a essas assimetrias.

Por fim, mas de igual relevância, é necessário pontuar que na ADC é mais importante estabelecer arcabouços metodológicos que se encaixem aos caminhos teóricos traçados. Enquanto método, a ADC é muito mais um produto das diretrizes gerais teóricas dos estudos críticos do discurso e dos caminhos teóricos da pesquisa do que simplesmente um conjunto de procedimentos a serem aplicados indistintamente. Como afirma Melo (2012, p.70), “na ADC, o método de análise resulta totalmente da fundamentação teórica, isto é, os procedimentos de aplicação só fazem sentido se forem associados com os princípios teóricos citados”.

Nas palavras de Vieira e Resende (2016, p.22)

A ADC caracteriza-se por uma heterogeneidade de abordagens que estabelecem diferentes relações interdisciplinares com diferentes disciplinas das ciências sociais. Essas relações interdisciplinares foram fundamentais para o surgimento da ADC e são fundamentais para seus avanços.

Nesse sentido, finalizo reafirmando que os passos de investigação do problema pesquisado e os arcações teórico-metodológicos apresentados, tanto em relação à interferência das relações de poder como em relação à captura dos sentidos ideológicos nos discursos, bem como em relação aos delineamentos das categorias analíticas do gênero e da sexualidade deram o caminho necessário para a busca por respostas ao problema apresentado. Saliento, contudo que, como a ADC demanda o “mergulho” em outros campos do conhecimento para contextualizar o problema discursivo e entender as relações que se apresentam ali, passo a demonstrar o caminho metodológico dessa pesquisa a partir de todas as “ferramentas” utilizadas na análise.

#### **4.2 As Pesquisas Qualitativas e a Reflexividade**

Essa pesquisa, em termos de abordagem do problema, é de natureza qualitativa. Os estudos qualitativos normalmente são confrontados aos quantitativos, pois trazem uma visão menos objetiva e que apresenta um pouco mais de complexidade na forma de análise. Em virtude dessa não objetividade esses estudos foram relativizados por algum tempo, já que não apresentavam a mesma “precisão” que os números e estatísticas refletem. No entanto, com o acúmulo de estudos durante o tempo foi-se criando um consenso em relação ao alcance, a segurança e as vantagens que a abordagem qualitativa pode apresentar.

Na abordagem qualitativa, em termos de discurso, por exemplo, é possível coletar os dados para análise com a linguagem e as palavras dos participantes em documentos e/ou audiovisuais, e isso permite ao pesquisador interpretar a realidade dos participantes compartilhadas por eles mesmos (CRESWELL, 2007, RICHARDSON, 2012).

Por outro lado, é bom ressaltar que a abordagem a ser adotada dependerá do enfoque que o pesquisador deseja dar ao problema. Não se defende aqui uma inversão de valoração entre as abordagens. A depender da direção que se quer seguir em uma pesquisa cada abordagem cumpre um papel. Isto posto, temos que a pesquisa qualitativa se apresenta como a maneira mais adequada para o nosso problema de pesquisa: quais são a interdiscursividade, as ideologias e relações de poder, materializadas nas formações discursivas que compõem os sentidos dos

discursos sobre gênero e sexualidade, na página do Humaniza Redes, no *Facebook*?

Produzir estudos sobre realidades sociais, através de discursos são possibilidades do alcance dos procedimentos qualitativos. Essas possibilidades dão pistas da ligação desse tipo de abordagem com as ciências sociais.

É nos trabalhos qualitativos, preponderantemente, que as experiências individuais e os fenômenos sociais são investigados e desmembrados. Para Creswell (2007), quando se utiliza uma técnica qualitativa o pesquisador se baseia preponderantemente em perspectivas construtivistas, valendo-se da multiplicidade de significados construídos a partir das experiências individuais, construções históricas e sociais a fim de desenvolver um padrão. Pode partir também de perspectivas reivindicatórias, ou seja, políticas, visando mudanças nas hierarquias sociais.

A reflexividade ou refletividade (CRESWELL, 2007) é outro elemento dos estudos qualitativos que pode ser destacado como importante para pesquisas que estão ligadas as ciências sociais, e, em particular, para essa pesquisa, pelo fato de utilizar como referencial teórico e como método a Análise do Discurso Crítica. Pesquisas em ADC exigem a parcialidade do pesquisador no enfrentamento de opressões sociais. Dessa forma, quem o pesquisador é ao olhar para essa opressão contribui para o engajamento que a ADC exige e permite uma maior aproximação das questões investigadas. Nessa direção, “o pesquisador reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo” (CRESWELL, 2007, p. 187).

Para Richardson (2012, p. 94), a reflexão “não é um meio de demonstrar a validade da pesquisa para uma audiência, mas uma estratégia pessoal pela qual o pesquisador pode administrar a oscilação analítica entre a observação e a teoria que considera válida”. A reflexão, em uma pesquisa, não tem o condão de produzir um relato isento ou com neutralidade do fenômeno analisado, mas de garantir a relevância do olhar do pesquisador sobre o problema analisado sem que isso interfira negativamente nos procedimentos de validade da pesquisa.

A abordagem qualitativa, portanto, tem o condão de facilitar à estruturação de procedimentos de investigação de fenômenos ligados as ciências sociais. A reflexividade, por sua vez, traz um ar de realismo para este trabalho, sobretudo pelo fato de analisar discursos pela via crítica. Essa corrente do discurso considera o pesquisador inserido nos contextos sociais que analisa e demanda em sua análise um posicionamento crítico como forma de produzir discursos sobre esses contextos, considerando sua visão de mundo, com a finalidade de transformação social.

Na seção seguinte tratarei de aspectos particulares da pesquisa qualitativa *online*, visto ser o campo de geração de dados a serem analisados neste trabalho.

#### 4.2.1 A pesquisa qualitativa *online*

Não podemos esquecer que esta é uma pesquisa realizada no ambiente *online* e temos que levar em conta as especificidades desse espaço. Muito se tem discutido sobre as consequências das ações que ocorrem na *internet* e os seus alcances. Diversas áreas do conhecimento científico e do mercado problematizam o alcance das definições jurídicas, as questões de segurança na *internet*, a propriedade intelectual e tantas outras questões ligadas ao ambiente *online*. Embora já existam tentativas de regulação – a Lei 12.737/2012, conhecida como lei Carolina Dieckmann, e a lei 13.185, conhecida como lei do *bullyng*, que ajuda no combate ao ciber *bullyng* – não há como abraçar a *internet* e suas dimensões na integralidade.

Nesse sentido, essa pesquisa, enquanto pesquisa qualitativa *online*, manteve o fio condutor da ética, esforçando-se para não comprometer os resultados do trabalho e nem causar qualquer tipo de constrangimento ou consequência que possa atingir os usuários das postagens analisadas. Nessa forma de pesquisa, os comportamentos individuais, as opiniões e as experiências pessoais são o alvo da investigação. Por isso merecem atenção e cautela. Mesmo assim, ressalta-se que ainda estão em processo de construção os limites legais e éticos do ambiente *online*. Não existem formas engessadas, nem fórmulas pré-definidas para realizar esse tipo de pesquisa. Há um processo constante de construção (MENDES, 2009) pois a velocidade com que a cibercultura se modifica é gigantesca, de modo que se identifica esse estudo como integrante desse processo constante de construção.

Nessa direção, destaca-se que a pesquisa qualitativa *online* possui suas particularidades, vantagens e desvantagens. Seu olhar, contudo, não se distancia de

tudo o que já foi explicado anteriormente em termos de pesquisa qualitativa. O que se quer destacar aqui são pontos particulares que precisam ser observados, tais como:

- A variedade de recursos à disposição do pesquisador no ambiente *online* é maior do que as que envolvem as demais pesquisas qualitativas. É possível nesse ambiente receber para análise estímulos visuais, sonoros e de outras ordens simultaneamente;
- Há uma maior liberdade de acesso do pesquisador ao conteúdo pesquisado na hora que deseja e no local que preferir, desde que haja acesso à *internet*;
- os conteúdos a serem analisados podem ser armazenados através de *download* em diversos dispositivos e transportados sem dificuldades ou até mesmo acessados a partir da *internet*.

Outro ponto que certamente deve ser levado em consideração pelo pesquisador é a linguagem no ambiente *online*. Para analisar simbologias, experiências e relações do ambiente que se destacaram para análise é preciso ter uma série de “lentes” que facilitam a leitura dos conteúdos ali presentes. Esse conjunto de técnicas, linguagens, prática e modos de ver o mundo, incluindo as próprias pessoas foram definidos por Pierry Lévi (1999) como cibercultura. Se o pesquisador não imerge nesse modo de pensar talvez ele não consiga captar essa dimensão importante para se analisar esse ciberespaço – ambiente onde se constrói e se desenvolve a cibercultura (LÉVY, 1999).

Por esse motivo – cibercultura – a coleta dos comentários e das postagens feitas na página do Humaniza Redes, no *Facebook* não foi pontual e estritamente mecânica. Eu “curti”<sup>7</sup> a página e acompanhei diversas campanhas, não apenas aquelas relacionadas as questões de gênero e sexualidade, mas toda a promoção de Direitos Humanos perpetrada pela página. Além disso, sou usuário do *Facebook* há anos e acompanhei a página do Humaniza com certa frequência desde o seu nascedouro em abril de 2015.

---

<sup>7</sup> É uma ação utilizada no *Facebook* para realização de dois procedimentos distintos: para aderir a uma página específica e acompanhar as suas postagens, pois após “curtir” a página, o usuário passa a visualizar as postagens dessa página na sua linha do tempo; ou para demonstrar que concordou com uma postagem específica ou comentário.

Diversas técnicas podem ser utilizadas no ambiente *online* e, em alguns casos, com uma maior facilidade em relação às empregadas fora do ciberespaço. Podem ser realizados, no ambiente *online*, entrevistas, técnicas de observação, observação participante, a utilização de documentos ou até mesmo um misto de vários métodos (MENDES, 2009). A pesquisa documental, inclusive, além da observação, estão presentes nessa pesquisa.

Questões éticas, como a utilização da linguagem não ofensiva e a não exposição desautorizada do outro, embora não tão mencionadas e usuais na utilização rotineira do ciberespaço, sobretudo nas redes sociais, não podem ser negligenciadas em pesquisas acadêmicas. Pesquisas acadêmicas precisam manter um caminho ético durante a investigação, que deve permanecer até a sua conclusão.

Por entender, então, que esse trabalho tratará de experiências pessoais a partir das opiniões das pessoas que comentaram as postagens do Humaniza Redes sobre gênero e sexualidade, não haverá identificação dos autores e autoras dos comentários. Embora a página pertença ao governo federal e seja de acesso público, a intenção desse trabalho não é personalizar opiniões e comportamentos. Portanto, nessa pesquisa os comentários coletados serão tratados de forma anônima.

#### **4.3 A escolha do Humaniza Redes e o tempo de coleta**

Para mim não foi difícil chegar a definição do Humaniza Redes como ambiente *online* de coleta. Toda a minha trajetória me trouxe a militância dos Direitos Humanos e, como mencionado anteriormente, a minha realidade me apresentou prematuramente a questões de gênero e de sexualidades que, mesmo sem ser nominadas, já me traziam dúvidas sobre uma análise dicotômica excludente, entre o justo/injusto, envolvendo essas questões.

Aliando essa trajetória a minha indignação em relação aos frequentes crimes de ódio ocorridos na *internet*, sobretudo nas mídias sociais, e percebendo o aumento exponencial e desregulado dessas questões logo pensei em me debruçar sobre algo nesse sentido. Nesse percurso, era claro para mim que havia uma

culpabilização falaciosa das vítimas discriminadas, excluídas e estereotipadas nos sentidos dos discursos produzidos sobre a mulher e os LGBT.

Nesses discursos, também, parecia que havia uma ausência de receio por parte dos agressores, autores dos referidos discursos, quando da realização de seus ataques. Parecia existir uma suposta “autorização”, relacionada com uma “naturalização” da violência, que servia de pretexto para legitimar as violações.

Nesse caminho, então, cheguei à pergunta problema: “quais são as interdiscursividades, as ideologias e relações de poder, materializadas nas formações discursivas que compõem os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade na página do Humaniza Redes no *Facebook*.?”

Partindo dessa pergunta passou a ser clara a decisão de escolher um lugar na *internet* que agregasse questões referentes ao gênero e a sexualidade – nada mais apropriado do que uma página do governo federal que tem a intenção de promover os Direitos Humanos na *internet* e provocar discussões sobre as principais temáticas de Direitos Humanos.

A decisão tornou-se mais segura pelo fato de na mesma época da escolha de acompanhar essa ação do governo federal (Humaniza Redes) eu ter apresentado um artigo em junho de 2015<sup>8</sup> no XIX Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade - Conages, descrevendo o funcionamento do Humaniza Redes.

A página do Humaniza Redes no *Facebook* objetiva fomentar os Direitos Humanos na *internet* através de suas postagens. O perfil se vale de construções teóricas e empíricas relacionadas a Direitos Humanos, como questões relacionadas ao machismo, misoginia, LGBTfobia e outras discussões acerca do gênero e da sexualidade, bem como elementos normativos, como artigos constitucionais, para construir o seu discurso que normalmente é composto por imagens e textos reflexivos.

---

<sup>8</sup> Embora o Humaniza Redes tenha sido criado em abril de 2015 – o *site* e a página –, em junho do mesmo ano o trabalho intitulado “A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS LGBT NA INTERNET: o humaniza redes em foco”, que visou descrever esta ação governamental e mostrar as resistências iniciais que existiram à época no *Facebook*, escrito por mim e por Cleyton Feitosa, já estava sendo apresentado no XI CONAGES – Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade. Razão pela qual a familiaridade com a página resta comprovada. Anais disponível em < <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/anaisanteriores.php>>

Contudo, como essa pesquisa se propôs a mapear sentidos sobre gênero e sexualidade no *Facebook*, não bastariam para análise a partir da ADC apenas as postagens do governo federal. Foi necessário, então, além das postagens formais, coletar os comentários voluntários dos usuários da página. Assim, foi possível ter acesso a uma espécie de diálogo sobre as temáticas de gênero e de sexualidade para poder compreender os diversos sentidos sobre essas categorias no *Facebook*.

Nesse sentido, para coletar os dados analisados nessa pesquisa eu acompanhei a página Humaniza Redes de perto. Curti postagens da página com certa frequência e coletei as postagens referentes a gênero e sexualidade, bem como os comentários que se relacionavam com a discussão proposta pelo Humaniza Redes e que se relacionavam com esse trabalho.

Além disso, outro aspecto que contribuiu positivamente para a adequação da coleta dos dados foi que o perfil Humaniza Redes, cumpria uma função de provocador temático, pois introduzia a temática gênero e sexualidade e gerava a discussão necessária a esta pesquisa.

É relevante destacar o fato de a página do Humaniza Redes não ser um “grupo fechado”<sup>9</sup>. Por isso, não necessitava de autorização para acessar os seus conteúdos, bastando para isso, apenas “curtir” a página. Isso proporcionou uma observação bastante intimista e objetiva em relação aos dados coletados. Era possível para mim, pesquisador, observar e coletar os dados a serem analisados sem interferir naquele espaço, visto que eu era um membro da página como outro qualquer.

O risco dos diálogos coletados no Humaniza Redes estarem influenciados por mim, pesquisador, não existiu. Os dados foram gerados a partir de observações constantes e sem que interferência alguma acontecesse, pois eu (pesquisador) era membro da página e tinha livre acesso aos seus conteúdos, não sendo necessário me apresentar aos outros membros, nem denunciar os meus objetivos.

Esses pontos congregados no mesmo local – a página do Humaniza Redes no *Facebook* - não me deixaram dúvidas sobre o lugar escolhido para a construção

---

<sup>9</sup> São grupos criados no *Facebook* para finalidades diversas. Para participar desses grupos é necessário solicitar uma autorização para participação ou ser convidado por um membro. Do contrário não há como acessar os seus conteúdos.

dos dados, pois preencheram a necessidade de escolher um ambiente em que fosse possível enxergar a (re)produção dos contextos sociais e suas hierarquizações em termos de gênero e sexualidade através da análise de discursos do *Facebook*.

Nesse percurso, para definir o tempo de coleta foi necessário olhar para o contexto social vivido naquele momento e para as intenções da pesquisa em relação às interações ocorridas nos discursos no Humaniza Redes. Assim, um evento pareceu significativo como marco temporal para a coleta da pesquisa: a 19ª Parada da Diversidade, em São Paulo. Esse evento influenciou bastante o teor de alguns comentários que tratavam de gênero e sexualidade no ano de 2015<sup>10</sup>, motivo pelo qual, havia uma intenção de monitorar os comentários no Humaniza Redes entre a 19ª e a 20ª paradas.

No segundo semestre de 2015, então, os discursos sobre gênero e sexualidade foram acessados com frequência. Após a parada, houve o maior período de constância de postagem sobre o assunto. Os acessos para coleta ocorreram à luz das teorias de gênero, sexualidade e da ADC. Então, como muitas coletas foram feitas durante o segundo semestre de 2015, decidiu-se encerrar a geração de dados para análise, pois já havia centenas de comentários e mais de 10 postagens coletadas. Esse volume de conteúdos não permitia fazer uma análise mais aprofundada em uma dissertação de mestrado, pois o tempo era inábil. Além disso, a análise do discurso não necessita, necessariamente, de um grande volume de conteúdos para ocorrer de forma satisfatória.

Vale destacar ainda, que o primeiro semestre de 2016 foi bastante turbulento e o país se encontrava em um clima de polarização política. Em menos de um dia após o afastamento da, até então, presidente Dilma Rousseff, por meio de impedimento, e a posse de Michel Temer como Presidente, em 12 de maio de 2016, as páginas do Humaniza Redes, no *Facebook* e no *Twitter*, foram desativadas sem prévio aviso. O *site*, no entanto, continuou funcionando.

---

<sup>10</sup> Na 19ª parada do orgulho LGBT em São Paulo a atriz Viviany Belebony encenou a crucificação de Jesus Cristo durante o percurso. Como foi bastante fotografada as fotos foram parar nas redes sociais e a utilização da simbologia religiosa causou bastante polêmica, de modo que a atriz veio a ser ameaçada de morte. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/veja-transexual-crucificada-e-outras-polemicas-com-simbolos-cristaos.html>.

Pouco tempo depois, em 12 de maio de 2016, a página foi reestabelecida, porém, mesmo preservando o formato anterior, era possível enxergar uma nova dinâmica. Todos os usuários anteriores foram desvinculados e para acompanharem de novo a página era necessário “curtir” novamente, ou seja, fazer um novo “credenciamento”.

Para mim que tinha acompanhado aquele ambiente de constante conflito entre distintos discursos relativos a Direitos Humanos houve um impacto, pois foi possível verificar de imediato que as vozes presentes antes da desativação eram bastante diferentes das que tomaram a página após esse fato. Por esse motivo foram feitas algumas coletas em maio de 2016 para posterior análise.

Sendo assim, destaco, por fim, que também utilizei nessa pesquisa diálogos posteriores estranhos ao lapso temporal destacado inicialmente em virtude de fatos supervenientes, ou seja a desativação e reativação da página do Humaniza Redes no *Facebook*.

#### **4.4 Caminhos Metodológicos: o percurso da análise**

A escolha por uma postura de correntes feministas para análise do *corpus*, com recortes importantes sobre gênero e sexualidade e as relações assimétricas que compõem esses eixos pareceu óbvia. Nada mais justo ao analisar questões sobre gênero e sexualidade do que recorrer a teóricas que construíram um campo da produção do conhecimento em que é possibilitado problematizar assimetrias que perpassam as relações que envolvem essas duas categorias: gênero e sexualidade. Então, recorreremos, dentre outras autoras, à utilização dos ensinamentos de Butler (2003), Scott (1989), Rubin(1982, 1993), Lakoff (2010), Cameron (2010), Ostermann (2010), Vieira e Resende (2016), Resende e Ramalho (2016), autoras que partem de uma perspectiva de defesa dos estudos do gênero e/ou da sexualidade como meio de combater desigualdades sociais.

Vale ressaltar que a linguagem constitui uma maneira de compreensão de como as desigualdades de gênero e da sexualidade se materializam na organização da vida social e em seus processos de inteligibilidades. Reforço, então, que me sinto inserido na ADC feminista com uma postura analítica que enxerga as relações sociais desiguais em relação ao gênero e à sexualidade. Entendo que é preciso

desvelar quadros graves, mas também sutis de relações desiguais de poder que desequilibram o acesso ao social em virtude dessas categorias no ciberespaço.

Nesse percurso, visando alcançar o objetivo geral dessa pesquisa:

- Compreender a interdiscursividade, as ideologias e relações de poder materializadas nas formações discursivas que compõem os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade, na página do Humaniza Redes no *Facebook*.

Realizamos a análise a partir de 3 objetivos específicos.

- ✓ O primeiro busca identificar as postagens que apresentam campanhas de promoção da cidadania LGBT, estimulam o combate à LGBTfobia e/ou violência em virtude de gênero na página do humaniza redes no *Facebook*;

Para poder cumprir esse objetivo foi necessário lançar mão da pesquisa documental, considerando documentos tanto aqueles produzidos pelo governo federal na página do Humaniza Redes no *Facebook* como aqueles dados gerados voluntariamente pelos usuários da página. Há suporte teórico para isso. Para além de concepções formais e engessadas sobre documentos, já se entende que conteúdos informais, sem forma especializada, também podem ser considerados dados documentais, ainda que complementares (VIEIRA & RESENDE, 2016).

Vieira e Resende (2016) já diziam que nem sempre nas pesquisas documentais um *corpus* principal consegue dar conta de todos os questionamentos da pesquisa, motivo pelo qual é necessário, muitas vezes recorrer a elementos informais suplementares que dão uma sensação de completude para a geração dos dados. Nesta pesquisa, houve a necessidade de coletar as imagens que representavam a questão tema e demonstravam o posicionamento do governo federal sobre gênero e sexualidade, os textos que acompanhavam essas imagens, os comentários dos usuários referentes a essas imagens e os comentários realizados pelo Humaniza redes (perfil) em resposta aos comentários dos usuários

- ✓ o segundo objetivou analisar as formações discursivas que são produzidas a partir das postagens do Humaniza redes no *Facebook* e

que são utilizadas pelos usuários para justificar discursos sobre gênero e sexualidade;

Do material coletado no Humaniza Redes durante o segundo semestre de 2015 foram selecionadas 3 postagens juntamente com comentários feitos a partir dessa postagem. Além disso, também foi analisada uma postagem feita em 2016, após a reativação da página no *Facebook*, juntamente com os comentários feitos a partir dessa postagem. A primeira postagem é sobre estimular a denúncia da prática de Homofobia; a segunda é sobre uma exposição de fotos com ofensas sofridas por LGBT; a terceira é sobre a Semana Nacional da visibilidade lésbica. A quarta e última postagens, coletada após a reativação, versa sobre o empoderamento das pessoas trans.

A análise dessas postagens ocorreu a partir dos conceitos teórico-metodológicos da ADC construídos no capítulo I, considerando o discurso como prática social (FAIRCLOUGH, 2001), se posicionando criticamente sobre a temática, se engajando na utilização dessa pesquisa como forma de transformação social e entendendo o sujeito como elemento de relativa autonomia, que influencia e é influenciado pelo discurso. Cinco passos foram utilizados, conforme quadro esquemático, para alcançar essa análise:

**Quadro 1 - Arcabouço teórico-metodológico da ADC**

Percepção de um problema social discursivo
Identificação de obstáculos para que o problema seja superado Análise de conjuntura Análise da prática particular Análise de discurso
Investigação da função do problema na prática
Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos
Reflexão sobre a análise

(Chouliaraki & Fairclough, 1999, p.60 *apud* Vieira e Resende, 2016, p. 108)

1 – Percepção de um problema social discursivo em algum campo da vida social: Essa primeira parte da análise foi realizada a partir da contextualização do problema social sob o qual está inserida a problemática discursiva que se deseja enfrentar. Ou seja, no primeiro ponto do capítulo de análise foi construído o cenário macro no qual está inserido o problema social que se deseja enfrentar. Foram desenvolvidos delineamentos sobre redes sociais, sobre o *Facebook* e foi destacada a vitimação sofrida por LGBT nesse ambiente;

2 – A identificação dos obstáculos para a superação do problema: esse passo exigiu a análise da conjuntura e também do discurso. Essa segunda etapa contempla três tipos de análises, conforme quadro esquemático. As duas primeiras preocupam-se com as redes de práticas e os contextos em que está localizado o problema de sentidos, ou seja, nessa etapa foram destacadas como obstáculos o conflito entre liberdade de expressão e discursos de ódio sobre LGBT dentro do contexto do Humaniza Redes no *Facebook*. Além disso, também foi realizada nessa etapa a análise de discurso crítica das postagens coletadas;

3 – a investigação da função do problema na prática foi realizada a partir das categorias analíticas de gênero, sexualidade, relações de poder e das categorias de análise ideológica de Van Dijk. Todas essas categorias serviram para lançar luz sobre os elementos que (re) produzem as desigualdades sociais sofridas por LGBT através do discurso;

4 – Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos: nesse passo foram pensados modos de evitar ou pelo menos resistir via discurso às desigualdades sociais sofridas pelos LGBT diferenciando a liberdade de expressão e o discurso de ódio de modo a não permitir a legitimação da desigualdade por meio de uma suposta liberdade de expressão que exclui, segrega e hierarquiza as pessoas LGBT por meio do discurso;

5 – Reflexão sobre a análise – O último passo consistiu em refletir sobre a análise realizada de modo a contribuir para uma emancipação social das pessoas vitimadas a partir dos discursos opressores e geradores de desigualdade social. Ou seja, é o passo de contribuição para a transformação da realidade social do LGBT via discurso.

A ADC tem como uma das características primordiais a interdisciplinaridade, que exige que se busque conhecimentos em outros campos do saber para preencher possíveis lacunas na pesquisa. No caso dessa pesquisa, foram elencadas as categorias de gênero e sexualidade, desenvolvidas no capítulo II. O gênero servindo de categoria analítica para visualizar os desníveis sociais baseados nas convenções sociais sobre sexo e gênero e a sexualidade, também como categoria de análise, para compreender como as desigualdades sociais em virtude das sexualidades atravessam o discurso e são construídas a partir dele.

Nessa composição, houve auxílio também das categorias analíticas propostas por Teun A. Van Dijk (2012a) no estudo da ideologia – Descrição de Atores, Autoridade, Carga, Classificação, Comparação, Vitimização, Generalização, Evidencialidade. Somou-se essas categorias às teorias sobre relações de poder e discurso, explicitadas anteriormente nessa dissertação.

Todos esses delineamentos teórico-metodológicos permitiram que a pesquisa identificasse relações de poder que lastrearam os comentários nas postagens sobre a população LGBT; e sentidos ideológicos que compuseram os mesmos discursos que materializam dominações e resistências na página do Humaniza Redes no *Facebook*.

Assim sendo, a partir da identificação e análises dos discursos sobre gênero e sexualidade na página do Humaniza redes no *Facebook*, foi possível cumprir o último objetivo:

- ✓ Mapear os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade em relação à população LGBT, na página do Humaniza Redes no *Facebook*.

Por tudo o que foi exposto, foi possível, então, cumprir o objetivo geral dessa pesquisa:

- Compreender a interdiscursividade, as ideologias e relações de poder materializadas nas formações discursivas que compõem os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade, na página do Humaniza Redes no *Facebook*.

Nessa composição, diante de tudo o que foi desenvolvido nesse capítulo é que se passa para o capítulo de análise.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, empreender-se-ão a análise e a discussão dos dados gerados. Essa análise lançará mão dos cinco passos de Chouliaraki e Fairclough (1999) desenvolvidos nos primeiros capítulos. Porém, esses passos não serão utilizados de forma engessada, mas apenas como orientação para análise. Na primeira parte será identificada e contextualizada a problemática; depois tratar-se-ão dos obstáculos a serem enfrentados em relação à problemática, analisando o contexto e os discursos selecionados nesse contexto. Essa etapa, inclusive, contempla a análise dos dados gerados e a utilização das categorias analíticas do gênero, da sexualidade, o olhar sobre as relações de poder no discurso e algumas das categorias analíticas ideológicas de Van Dijk (2012a); em seguida, será discutida a função do problema na prática e serão investigadas possíveis formas de superar os obstáculos destacados conjuntamente; e, por fim realizar-se-á a reflexão da análise.

### 5.1 As redes sociais: contextualizando e identificando o problema

Democracia digital, relações de poder, ideologias, amplitude e potencialização da circulação de conteúdos. Esses são os elementos que parecem contemplar as redes sociais digitais e suas implicações nos contextos sociais atuais.

Não é novidade que os canais de comunicação passaram por uma transformação considerável a partir do impacto que o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC trouxeram para a dinâmica da troca de conteúdos. Da mesma forma, é notória a influência que as mídias sociais, gestadas nesse avanço, têm, atualmente, no cenário político, religioso, nas reproduções e combates de preconceitos e desigualdades sociais.

Toda essa capacidade de influência das TIC nas formas de sociabilidade parece ter sido provocada pelo desenvolvimento integrado entre essas tecnologias e o aumento do acesso à *internet* e aos serviços que ela pode oferecer. Os contextos sociais, portanto, puderam ser conectados e ter seus sentidos potencializados na *internet*.

Esse movimento tecnológico levou ao que Pierre Lévy (1999) denominou de cibercultura, “o conjunto de técnicas (materiais e imateriais), de práticas, de atitudes,

de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17). Nessa composição, o ciberespaço, para o autor, chamado também de “redes”, é composto pelo espaço material da comunicação digital e as informações contidas nele, bem como pelas pessoas que navegam e produzem conteúdos (LÉVY, 1999).

As recorrentes discussões sobre a força que essas redes têm de potencializarem fatos sociais com temáticas variadas e perspectivas que contém uma multiplicidade de sentidos dão indícios de que nelas há uma relevante participação social, principalmente se comparada a eventos externos às redes. É o que denotam as milhares de curtidas, visualizações, comentários e compartilhamentos de diversos conteúdos a todo instante no *Facebook*.

Silveira, Braga e Penteado(2014) chamam a atenção para o fato de que, embora não possamos cair em um “determinismo tecnológico”, de modo a pensar que a influência das novas tecnologias são absolutas, não podemos de igual forma ignorar que as tecnologias da informação e comunicação impactam de forma inquestionável nas dinâmicas de sociabilização contemporâneas.

As construções e reproduções de sentidos nesse espaço ocorrem em virtude de um dialogismo (BAKHTIN, 2005) entre redes de um dado contexto social. Os significados ali presentes são resultado da interação entre os discursos e as construções sociais daquele contexto. Essas experiências, por sua vez, remetem a sentidos estruturantes e estruturados daquele contexto social.

Fredéric Martel(2015), entende que quando se fala em *internet*, embora se destaque e se aceite uma dimensão global, o que se deve levar em consideração, preponderantemente, sobretudo para as discussões sobre as relações de poder nas redes comunicacionais, é seu caráter territorial.

Para o autor, a *internet* é constituída por redes que podem ser equiparadas a territórios, contudo o território a que ele se refere vai além de uma perspectiva cartográfica. Para Martel, a *internet*, na verdade, deve ser entendida como um conjunto de *internets*, no plural. Essas *internets* são como territórios, suas delimitações podem ser locais, regionais, nacionais, linguísticas ou culturais.

Sendo assim, é possível ter a compreensão de que as conexões entre os diversos contextos sociais ocorrem a partir da disputa entre essas *internets*, pois cada território é delimitado a partir de uma identidade discursiva ou característica que torna os sentidos produzidos pelos indivíduos desse território conexos. O parâmetro de conexão dos territórios, portanto, pode ser religioso, ambientalista, pode se relacionar com a raça, o gênero e/ou a sexualidade. Não importa. Essa conexão é que será o mote para a produção do conteúdo do discurso. Podemos até fazer uma ponte aqui entre os territórios e o conceito de ideologia de Van Dijk (2012a) citado no capítulo um, visto que na ideia de território há claramente a identificação de uma regularidade de sentidos comungados por uma coletividade, em um campo específico de conteúdos, que acaba “lotando” uma pessoa em uma ou algumas territorialidades.

Entendendo, portanto, as redes sociais digitais como um local de (re)produção de cibercultura, com comportamentos específicos daquele ambiente, mas também com comportamentos que não são exclusividade do ciberespaço, como relações de poder e sentidos ideológicos, é que se passa, em seguida, a entender o fenômeno *Facebook* e os problemas discursivos contidos nele.

#### 5.1.1 O *Facebook* e os discursos sobre LGBT

O *Facebook* atualmente é a rede social mais utilizada no Brasil e no mundo. Por esse motivo acaba sendo referência incontestável nos estudos que buscam investigar questões ligadas a discursos nas mídias sociais. Essa plataforma já possui mais de um bilhão e meio de usuários ativos no mundo. A maior parcela de usuários conectados encontra-se em países emergentes como o Brasil.

Em matéria publicada no portal G1<sup>11</sup>, de abril deste ano, o balanço do primeiro trimestre de 2016 da empresa apontou que mais de um bilhão de pessoas acessam a rede social diariamente. Com a adesão, também exponencial, das pessoas ao aparelho móvel essa constância diária foi alcançada, já que no ano de (2015) a empresa comemorou a conexão diária de 1 bilhão de pessoas, mas ainda não havia alcançado esse número de forma contínua como ocorreu em 2016.

---

<sup>11</sup> Dados disponíveis em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.html> Acesso em 24/09/2016.

Uma curiosidade sobre o *Facebook* merece destaque. Embora muitas pessoas tenham ideia de globalização plena sobre essa plataforma, o acesso a ela está disponível em 139 idiomas diferentes<sup>12</sup>. Esse dado acaba reforçando a tese de Martel (2015) de redes como territorialidades. Nesse caso, a territorialidade linguística fica bastante evidente. Nesse sentido, o autor afirma que “o *Facebook* pode ser americano, mas seus usuários se expressam majoritariamente na própria língua, que não é o inglês (MARTEL, 2015, p. 382).

A forma de utilização do *Facebook* é bastante ampla e possui variados recursos, o que torna a produção dos conteúdos também variada. Seus usuários podem postar fotos, vídeos, fotos e vídeos conjuntamente; essas imagens podem vir acompanhadas de textos e também *emoticons* - pequenos símbolos animados que representam emoções/ações. Quem utiliza o *Facebook*, pode criar grupos abertos, fechados e secretos; pode atualmente fazer transmissões próprias ao vivo e repassar conteúdos em tempo real. Enfim, todas essas possibilidades tornam essa plataforma um incrível espaço de geração de formas diferentes de conteúdos e discursos. Essa rica diversidade acaba tornando a rede social bastante atrativa e, sem dúvida nenhuma, contribuindo para torna-la a mídia social mais acessada no mundo.

Segundo infográfico publicado em maio de 2016<sup>13</sup> são mais de 500.000 comentários, mais de 293.000 atualizações de status e mais de 136.000 fotos e vídeos postados a cada 60 segundos. É compreensível, então, que em termos de análise de processos sociais envolvendo cibercultura o *Facebook* seja, sem dúvida, a opção mais acertada no momento.

Porém, não existe apenas um lado dessa história e não se podem atribuir ao *Facebook* apenas possibilidades positivas. Devido ao seu alto alcance, à sensação de anonimato, a transmissão veloz de conteúdos e a possibilidade de conexão de pessoas e conteúdos em um curto espaço de tempo, o *Facebook* também é palco para a reprodução de assimetrias sociais, opressões e discursos de ódio travestidos de liberdade de expressão. E como no mundo *offline* as opressões sempre são dirigidas as pessoas que já são estigmatizadas socialmente, no ambiente *online* não

---

<sup>12</sup> Dados disponíveis em <<http://noticias.bol.uol.com.br/bol-listas/15-numeros-sobre-o-facebook-a-maior-rede-social-do-mundo.htm>> Acesso em 24/09/2016.

<sup>13</sup> Disponível em <<http://www.allanperon.com.br/facebook-marketing/>> Acesso em 26/10/2016.

seria diferente, visto que parte considerável da sociedade ocupa as mídias sociais. Então, as maiores vítimas de opressão, dentre outros, acabam sendo mulheres, negros e LGBT(foco da pesquisa).

Como parte considerável da sociedade se encontra nessa rede social, as ideologias, as relações de poder e, conseqüentemente, as desigualdades sociais presentes no ambiente *off-line* também encontram guarida nas redes. Nesse sentido, como o gênero e a sexualidade são tabus sociais que geram bastante conflito nas redes sociais essa problemática também é uma realidade. Há muita violência realizada por meio de discursos no *Facebook*.

O assunto é tão presente no ciberespaço que no *site* oficial do *Facebook* há marcadores de condutas discursivas que são consideradas discurso de ódio pela organização. Se alguém tiver o seu conteúdo enquadrado como discurso de ódio pela empresa poderá receber as seguintes punições: ter o seu conteúdo excluído, o seu usuário bloqueado ou ainda ter a sua conta do *Facebook*<sup>14</sup> excluída. A empresa não permite postagens de “conteúdos que ataquem pessoas com base em sua raça, etnia, nacionalidade, religião, sexo, gênero ou identidade de gênero, orientação sexual, deficiência ou doença, sejam elas reais ou presumidas”<sup>15</sup>.

O *Facebook*, ao não tolerar conteúdos ofensivos relacionados especificamente ao sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, já reconhece que há problemas discursivos relacionados a essa população. Fica perceptível, então, que é real a violação da população LGBT através de discursos no *Facebook*.

As mídias sociais são um ambiente ambivalente. Permitem tanto uma maior democracia comunicacional, maior acesso a conteúdos diversos e mobilização social, como também canalizam violações a direitos humanos e, nesse caso, violações dirigidas especificamente à população LGBT. Dessa forma, é preciso analisar o que acontece com os discursos sobre gênero e sexualidade existentes,

<sup>14</sup> Assista ao vídeo explicativo sobre algumas das diretrizes de segurança do *Facebook* em <https://www.youtube.com/watch?v=Uf4RoDcoyDE>.

<sup>15</sup> Além de lançar as condutas que considera discurso de ódio no endereço <[https://www.facebook.com/help/135402139904490?helpref=uf\\_permalink](https://www.facebook.com/help/135402139904490?helpref=uf_permalink)> . O *Facebook* ainda traz um texto maior discutindo a questão do discurso de ódio em um tópico chamado “como incentivar um comportamento respeitoso” e reforçando a proteção que dirige a questões ligadas, dentre outras coisas, à orientação sexual, gênero e/ou identidade de gênero. Disponível em < <https://www.facebook.com/communitystandards#hate-speech>>. Acesso em 25/12/2016.

suas interdiscursividades, as relações de poder que permeiam esses discursos e as ideologias para entender como os sentidos desses discursos estão sendo construídos e poder, talvez, identificar, discursos de ódio que integram essa dinâmica que o próprio *Facebook* já tenta combater.

Pode-se observar que os marcadores de identificação de discurso de ódio para o *Facebook* apontam para a segregação de pessoas que já sofrem opressão social *off-line*. Nesse sentido, é possível perceber que a problemáticas envolvendo LGBT no *Facebook* é real. Sendo assim, passa-se para a verificação dos obstáculos enfrentados na análise dessa problemática.

## **5.2 Liberdade de expressão versus Discurso de ódio na *internet* e os LGBT**

Os sentidos construídos sobre gênero e sexualidade no *Facebook* são construídos a partir de uma série de elementos ideológicos, relações de poder e concepções distintas sobre aquelas categorias. No entanto, há uma discussão sobre o que se é permitido ou não falar (liberdade de expressão) no *Facebook* e o que constitui ou não o rompimento desse limite, caracterizando possivelmente discursos de ódio quando ofendem e segregam alguém. Essa discussão é um dos pontos importantes da análise, pois os discursos que constroem sentidos sobre gênero e sexualidade referenciam na hora dos conflitos no *Facebook* a liberdade de expressão para justificar ou definir os discursos ali presentes.

Quando se discute acerca de poder ou não produzir um discurso sobre determinado tema ou ainda sobre o conteúdo do discurso conter palavras que possam gerar algum tipo de violação aos direitos humanos de alguém, como “macaco”, “viado” ou “vagabunda”, a discussão se agrava e a tônica do debate gira em torno das concepções de liberdade de expressão, do discurso de ódio e da criminalização da conduta. Para crimes em virtude da raça ou origem atribui-se o racismo, para crimes contra as mulheres emprega-se a lei Maria da Penha e no caso dos LGBT há um “malabarismo” jurídico baseado em princípios constitucionais de defesa dos direitos humanos que nem sempre dá conta, visto que não há tipificação penal para a prática da homofobia.

Muitos, para falarem o que querem e da forma que querem, se valem do princípio constitucional da liberdade de expressão, que está no art. 5º, IX, e é

evocado com frequência nas situações em que as pessoas entendem que estão sendo combatidas ao emitir a sua opinião. É um discurso que aparenta ser mais juridicizado, pois invoca expressamente dispositivos legais em uma tentativa de dar mais legitimidade ao seu discurso. Essa estratégia de se valer de alguns elementos supostamente autoritários para trazer mais força ao argumento Van Dijk (2012a) nominou de Autoridade, um categoria ideológica.

O direito de se expressar, por sua vez, é lastro para todos os discursos, tanto para os que contestam algo/ alguém, quanto para os que são contestados. Nesse sentido, pessoas que produzem falas contra LGBT, se contestadas, podem achar que estão sendo perseguidas no seu direito de se expressar, mas se esquecem de que contestá-las é situação igualmente abraçada pela liberdade de expressão. Logo, travestir um discurso de uma suposta legalidade não o isenta de ser um discurso/crime de ódio, de violar direitos humanos, nem tampouco o blindar de contestações.

Normalmente, quando conservadores mais extremistas contestam alguma conquista ou pleito dirigidos aos LGBT ou às mulheres, como a lei Maria da Penha, a conversão da união civil homoafetiva em casamento ou a busca pela criminalização da homofobia, esses conservadores se utilizam de um discurso supostamente legalista sobre o direito de livre expressão para poderem, em alguns casos, patologizar os LGBT e tratá-los como agressores da “família”. O problema, como se viu no capítulo de gênero e sexualidade, é que essa argumentação foge do debate honesto e viola os direitos humanos do outro, muitas vezes com ofensas, discriminação e ódio gratuito. Quando isso ocorre, a barreira da liberdade de expressão já foi nitidamente ultrapassada.

Como dito há pouco, essa realidade é presente no *Facebook*. A empresa, inclusive, já pune conteúdos que se valem da liberdade de se expressar para ofender e discriminar em virtude do sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Nessa mesma direção, o Humaniza Redes também trabalha canalizando denúncias dessa natureza e/ou estimulando a humanizações das interações no *Facebook*.

Sobre a questão de se utilizar de uma suposta liberdade de expressão para justificar discursos de ódio, Freitas e Castro (2013) entendem que há um ponto de

vista liberal/burguês e outro do Estado Social na produção desses discursos. Vejamos:

a Liberdade de Expressão ao lado das demais liberdades, em face da importância de que se revestem para a construção da democracia liberal/burguesa sempre foram passíveis de punição na sua integralidade, com restrições mínimas, aos moldes do *laissez-faire* e da não intervenção estatal. (...) De outra parte, essas liberdades assim referidas vão formar o conceito de dignidade humana nos moldes liberais. Considerada dessa forma, a Liberdade de Expressão tenderá a admitir o discurso do ódio como manifestação legítima, ainda que com prejuízo dos ofendidos. Por outro lado, quando se trata do esgotamento do paradigma liberal e da afirmação do Estado Social, observa-se o reconhecimento, pelo Estado, das assimetrias sociais e o compromisso que se estabeleceu (pelo menos ao nível da retórica) com a justiça redistributiva, necessária à pacificação social (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 328).

Nesse caminho, a liberdade de expressão pode assumir sentidos distintos dependendo do local, da ideologia, das relações de poder, dos processos sociais, culturais e históricos em que o discurso está sendo veiculado. Logo, a liberdade de expressão é um significante vazio. Ou seja, os sentidos são dependentes das condições de produção dos discursos e poderão, inclusive, admitir o ódio ou a negação do outro como um desses elementos de produção. Por isso a importância de analisar possíveis relações de poder e sentidos ideológicos que se escondem por trás de sentidos de liberdade de expressão que negligenciam o Estado Social.

Louro (2016), a partir dos estudos de Butler sobre a linguagem como meio constitutivo do sujeito, menciona a força da interpelação sobre o sujeito como um modo não de descrever, mas de definir e atribuir a ele tudo o que envolve o eixo central dessa interpelação linguística. Para ela “Quando alguém é chamado de “criolo”, “bicha” ou “sapatão”, esse alguém é intimado a se reconhecer nessa posição que lhe é imposta”(LOURO, 2016, p. 274). Então, a interpelação reiterada do(s) sujeito(s) via discurso, nesse sentido, pode caracterizar ou pelo menos direcionar para o discurso de ódio, pois a depender da carga valorativa que a interpelação utilizada carrega toda a carga social que envolve aquela nomeação, como nos termos “bicha” ou “sapatão”, com valorações sociais predominantemente negativas, pode ser atribuída ao sujeito interpelado. Logo, as palavras não são dotadas de neutralidade como muitos alegam.

Pode-se argumentar, com propriedade, que as palavras não têm um significado fixo. Isso é verdade. Palavras podem ser – e são – citadas em distintos contextos e podem ser – e são – significadas diferentemente. Mas as palavras também carregam rastros de sua história. Nesses casos, carregam rastros ou vestígios de histórias de ódio e desprezo (LOURO, 2016, p.274).

Freitas e Castro (2013) expõem que os discursos de ódio, mesmo justificados por meio da liberdade de expressão, materializam e endossam a segregação, a humilhação e o silenciamento de pessoas LGBT. Vale ressaltar que os discursos de ódio nem sempre são expostos a partir de formações discursivas jurídicas. Existem discursos de ódio que são produzidos por meio de inteligibilidade heteronormativa: formação discursiva religiosa e/ou biologizante. Desta forma, identificar as interdiscursividades que engendram os discursos de ódio contra a população LGBT vai além da discussão apenas jurídica sobre os limites e sentidos da liberdade de expressão.

Sendo assim, as interdiscursividades que compõem os discursos sobre gênero e sexualidade no ambiente *online* são elementos de reprodução de ideologias e relações de poder que levam a discursos que têm servido para reforçar violações de direitos humanos das lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais.

Nesse caminho, Leonardo Sakamoto (2016), ao refletir sobre a frequência de discursos que reforçam a violação dos direitos humanos na *web*, afirma que “a *internet* não é conservadora ou progressista em si. [No entanto] [...] parece que a temática dos “direitos humanos” funciona como uma espécie de ímã, atraindo todo tipo de lugares-comuns, ódios e demais faltas de entendimento” (SAKAMOTO, 2016, p. 75). Os discursos de ódio, portanto, parecem ter destinos bem definidos e em muitos casos têm relação com questões relativas a direitos humanos.

O ambiente *online*, em especial as mídias sociais, mostra-se um atrativo espaço para se veicular discurso de ódio, pois a sensação de anonimato, a distância entre os interlocutores e a condição de privilegiado social e econômico de algumas pessoas<sup>16</sup>, se potencializam nas redes sociais reforçando a reprodução da LGBTfobia.

O tema foi tão debatido que o 13º Seminário LGBT do Congresso Nacional, organizado pelas comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias, de Educação e de Cultura, teve como tema desse ano de 2016: “O

---

<sup>16</sup> Menos de 40% da população brasileira tem acesso domiciliar a *internet*, e os celulares, que crescem em escala exponencial, já chegam, oficialmente, a 125% da população (MARTEL, 2015). Esses dados apontam um crescimento exponencial no acesso à comunicação, mas também dão sinais do quadro de exclusão digital.

próximo pode ser você!”. Uma referência aos constantes crimes de ódio e discursos de ódio na *internet* que têm vitimado os LGBT e têm tomado conta do país, sobretudo nos últimos dois anos, com a polarização política instalada no país<sup>17</sup>. O referido seminário teve como finalidade buscar formas de combater os crimes de ódio e os discursos LGBTfóbicos, bem como de tentar entender um pouco essa questão.<sup>18</sup> Abaixo segue o *banner* de divulgação do evento citado.

**Figura 1 - Banner de divulgação do XIII Seminário LGBT do Congresso Nacional com o tema: “O próximo pode ser você”**

PRECONCEITO NÃO TEM PRECONCEITO.  
**O PRÓXIMO PODE SER VOCÊ.**

**CONSTRUINDO PACTOS DE CIDADANIA** XIII SEMINÁRIO LGBT DO CONGRESSO NACIONAL

Uma sociedade plural é benéfica para todos. Mas só é possível que ela seja justa e igualitária com diálogo entre todos os setores. Pensando no diálogo como solução para o preconceito, a Câmara dos Deputados promove o XIII Seminário LGBT do Congresso Nacional. Os temas discutidos este ano (campanhas difamatórias nas redes sociais, transfobia, invisibilização dos LGBTs, discursos e crimes de ódio, entre outros) lançam luz à vulnerabilidade que o preconceito impõe à população LGBT e, como consequência, à sociedade.

Junte-se a nós neste debate!

**16 e 17 de agosto de 2016 | Auditório Nereu Ramos - Anexo II**  
Uma sociedade mais igualitária só existe com diálogo.

Comissão de Cultura    Comissão de Direitos Humanos e Minorias    Comissão de Legislação Participativa    CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fonte: Site da Câmara dos deputados : [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)

Em 2015, foi criado o Humaniza Redes. Ambiente *online* destacado anteriormente como ambiente no *Facebook* que congrega sentidos diversos sobre gênero e sexualidade. Dentro dessa contextualização que envolve processos sociais

<sup>17</sup> Segundo matéria do dia 19/04/16 da Carta Capital: “Divisão entre manifestantes pró e contra o impeachment é o ápice e também a origem da polarização atual, que não acaba com a eventual queda de Dilma”. Desde as eleições de 2014 o país seguiu em direção a uma polarização política que têm causado uma danosa divisão entre as pessoas. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/polarizacao-politica-reflexo-de-uma-sociedade-murada>. Acesso em 15/09/2016.

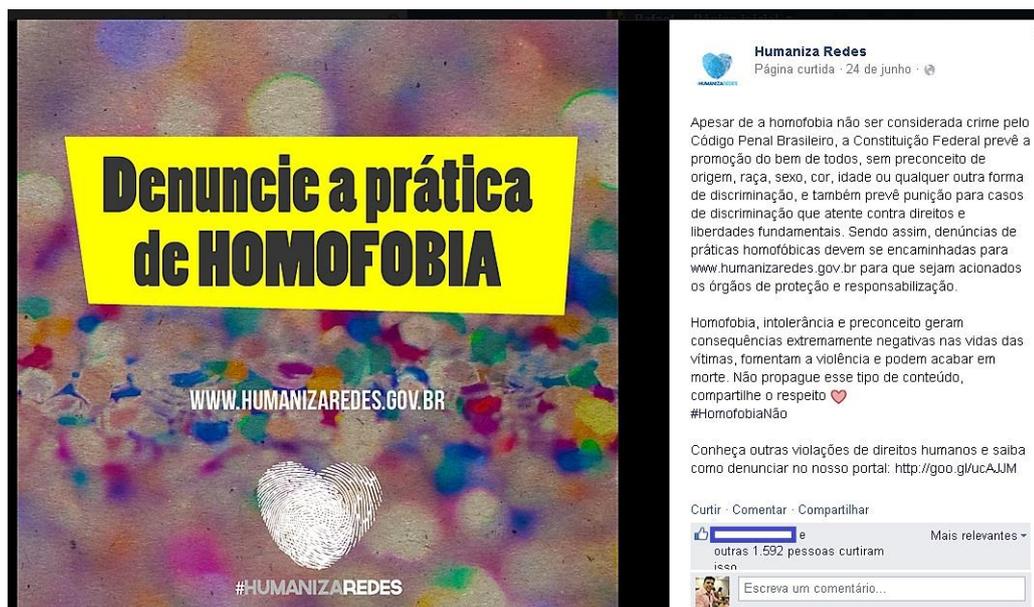
<sup>18</sup> O coordenador do evento, Deputado Federal Jean Wyllys, acrescenta que “O seminário vai tratar de algo que ficou frequente, comum e naturalizado no Brasil com o processo de polarização política: a prática da difamação, da violência simbólica à pessoa que pensa diferente de você. A partir de 2010 os sites de falsas notícias se multiplicaram. Os memes mentirosos estão cada vez mais frequentes, assim como o vazamento de vídeos íntimos. Esse clima geral afetou, principalmente, a comunidade LGBT. Toda essa agenda que é agenda de direitos humanos se viu disputada por meio da calúnia” Disponível em <http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/seminario-lgbt/> acesso em 15/09/2016 às 20h00.

e discursos sobre gênero e sexualidade, foi possível identificar nessa página discursos que, dentro desse contexto macro, representavam as práticas discursivas que foram objeto de análise para a compreensão do problema pesquisado.

Para iniciar a investigação mais detalhada desse trabalho se apresentará um pequeno diálogo entre usuários da página Humaniza Redes no *Facebook* e o perfil Humaniza Redes em relação a uma postagem que estimulava a denúncia da prática de homofobia. Ressalta-se, que durante as análises dos textos das postagens algumas palavras/frases/expressões serão marcadas em negrito por merecerem maior destaque durante a análise. Além disso, destaca-se que essa análise dará maior foco aos comentários produzidos a partir das postagens e aos textos principais que acompanham as imagens. Sendo assim, mesmo salientando a importância das imagens, elas não serão objetivo de análise aprofundada nessa pesquisa. Além disso, as postagens estão identificadas como figuras enumeradas e o texto principal e comentários que as compõe estarão numerados em ordem crescente sem identificar o usuário. Por fim, evidencia-se que em cada bloco de transcrições relacionadas às postagens não há repetição de usuário comentando, com exceção do perfil Humaniza Redes, cuja identificação não foi ocultada nos comentários.

Nesse sentido, apresenta-se, então, a primeira postagem a ser analisada do Humaniza Redes que representa o problema em foco:

Figura 2 - Postagem do Humaniza Redes estimulando a denúncia da prática de Homofobia



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem feita em 24.06.15.

É possível observar que pelo menos 1.593 pessoas<sup>19</sup> curtiram a postagem. É uma demonstração de que um número considerável de usuários aceitaram os argumentos utilizados pelo Humaniza Redes. Ou seja, assumiram para si ou pelo menos aprovaram o discurso de combate a Homofobia. O texto que acompanha a imagem utiliza elementos constitucionais contidos no artigo 5º para, em seguida, explicar que a intolerância, o preconceito e a homofobia geram violência e vitimam muitas pessoas. Veja-se o texto que acompanha a imagem na íntegra.

(1) - Apesar de a **homofobia** não ser considerada **crime** pelo **Código Penal Brasileiro**, a **Constituição Federal** prevê a promoção do bem de todos, sem **preconceito**, de origem, raça, sexo, cor idade ou qualquer outra foram de **discriminação**, e também prevê punição para casos de **discriminação** que atentem contra **direitos e liberdades fundamentais**. Sendo assim, denúncias de **práticas homofóbicas** devem ser encaminhadas para [www.humanizaredes.gov.br](http://www.humanizaredes.gov.br) para que sejam acionados os órgãos de proteção e responsabilização. **Homofobia, intolerância e preconceito** geram consequências extremamente negativas nas vidas das vítimas, fomentam a violência e podem acabar em morte. Não propague esse tipo de conteúdo, compartilhe o **respeito**. #HomofobiaNão

No texto acima é possível visualizar claramente o posicionamento do Governo Federal em relação ao combate à homofobia, palavra que se repetiu quatro vezes no texto, se se contar com o termo “práticas homofóbicas”. Essa reiteração do termo é uma forma, inclusive, de sedimentar o termo e reiterar o sentido de combate à

<sup>19</sup> Consta na imagem o número 1.592 somado a mais uma curtida foi ocultada por revelar o nome do usuário ocultada.

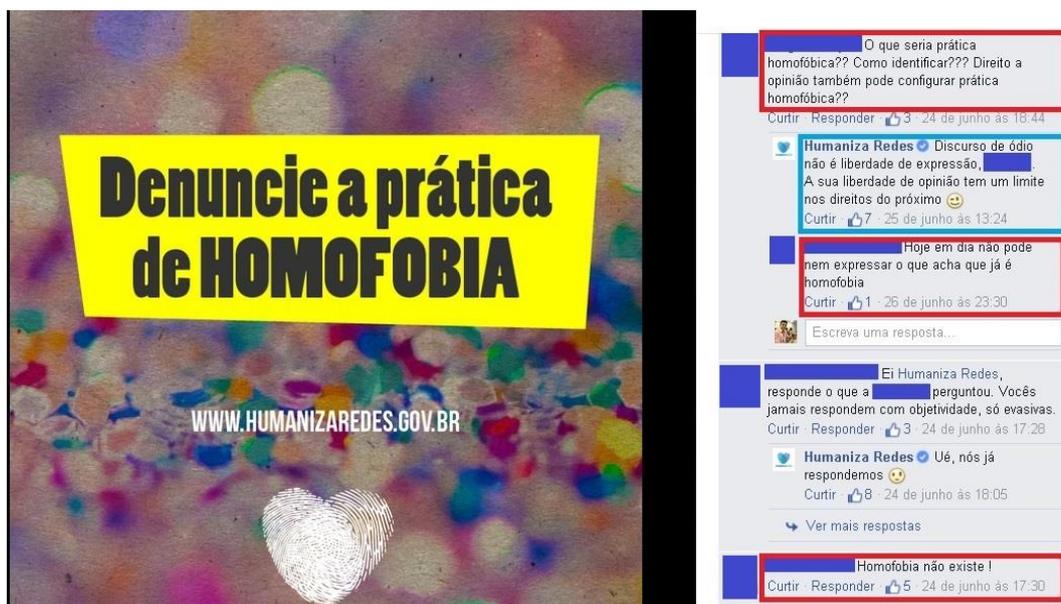
violência por motivos homofóbicos. A intertextualidade explícita foi observada, visto que a citação direta a textos normativos ficou evidente na transcrição parcial do artigo quinto da Constituição Federal.

Mesmo não havendo legislação penal em relação às práticas homofóbicas, a utilização de termos como “crime”, “Codigo Penal”, “Constituição Federal”, “direitos e liberdades fundamentais” denuncia a intenção do perfil Humaniza Redes em construir um texto argumentativo com uma dimensão também jurídica. Esses termos revelam o viés ideológico denominado por Van Dijk de “Autoridade”. Ou seja, a utilização de algo que parecesse maior que a discussão e trouxesse autoridade ao argumento. Logo, a escolha de um trecho da Constituição Federal, Lei maior, não foi à toa.

Além dos textos normativos que evidenciam uma defesa da população LGBT, o Humaniza Redes também se valeu de um discurso que traz claramente elementos de uma construção discursiva dentro da perspectiva dos Direitos Humanos. Os termos ‘homofobia’, ‘intolerância’, ‘discriminação’ e ‘respeito’, dentro de um mesmo discurso, são termos não jurídicos que frequentemente são utilizados em discursos que pregam a defesa dos direitos humanos. São termos, inclusive, alinhados com a defesa dos LGBT. Nesse sentido, essa postagem que pede a denúncia da prática da homofobia, composta pela imagem e pelo texto, é uma clara demonstração de uma interdiscursividade que fomenta os Direitos Humanos. Óbvio que apenas um termo não define o sentido, mas o conjunto da postagem não deixa dúvida sobre a defesa da população LGBT e dos Direitos Humanos.

Em resposta a essa postagem, três usuários comentaram a postagem e interagiram com o perfil Humaniza Redes, com destaque para dois deles, que se posicionaram efetivamente sobre a homofobia. Veja-se.

Figura 3 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários dos usuários e do Humaniza Redes



Fonte: Página do Humaniza Redes no *Facebook*. Postagem feita em 24.06.15. Coleta realizada em 01.07.15

A partir da postagem mostrada, seguiu-se um pequeno diálogo entre os usuários e o Humaniza Redes:

- (1) O que seria prática homofóbica?? Como identificar ??? Direito a opinião também pode configurar prática homofóbica??
- (2) Humaniza Redes: **Discurso de ódio não é liberdade de expressão (...)** a sua **liberdade de opinião** tem um **limite** no direito do próximo”
- (3)Hoje em dia **não pode** nem **expressar** o que acha que já é homofobia.
- (4) Homofobia **não existe!**

Essas duas figuras referentes à mesma postagem, contendo textos escritos pelo perfil do Humaniza Redes e o diálogo com os usuários já dão algumas pistas do embate que é travado no *Facebook* acerca do que se pode ou não falar, do que é ou não violação. Enxerga-se já uma disputa em relação a se poder falar ou não sobre o assunto. Mais especificamente, em relação aos LGBT, percebe-se que não é real a negação do sofrimento dessa população, bem como das violações frequentes que sofrem através dos discursos. Foucault (1988) ao tratar da sexualidade como objeto tabu e chamar a atenção para os silenciamentos que ocorrem no discurso faz perceber que a negação da violência contra LGBT é uma forma de invisibilizar as violências sofridas por essa população e, conseqüentemente, de não falar sobre esse assunto. A estratégia utilizada no comentário (4), claramente assumindo um

sentido contrário aos LGBT e tentando silenciar a discussão, tenta negar a existência da homofobia.

Percebe-se também, nesse diálogo, que há uma “Vitimização” (VAN DIJK, 2012a) um recurso ideológico utilizado para tentar demonstrar um suposto privilégio do outro, nesse caso os LGBT, em uma posição de privilégio e apresentar-se como vítima de opressão. Essa vitimização está presente no comentário (3) quando o usuário diz que “hoje em dia não pode nem expressar o que acha que já é homofobia”. A dramaticidade do argumento está na afirmação de que nada se pode falar sobre LGBT, o que de pronto já se mostra falacioso, pois se fala muito sobre LGBT. Os comentários ali presentes e os que estão por vir são prova disso. Porém, ainda se fala muito de forma negativa. Não há o crime penal de homofobia. Logo, não há uma proibição para se expressar sobre LGBT. O usuário, então, está produzindo um discurso infundado que quer fazer crer que há uma proibição de se expressar sobre LGBT.

O tratamento discursivo dirigido aos LGBT ainda é muito violador, pois está baseado nos valores sociais predominantes, ou seja, valores de uma heterossexualidade compulsória, hierarquizante e excludente que coloca essas pessoas como inferiores e anormais. Nesse sentido, o que predomina socialmente ainda é a valoração negativa da pessoa LGBT. Ressalte-se, contudo, que não se quer aqui trazer a discussão sobre a criminalização da homofobia, se traria ou não solução a tais violações. Esse não é o foco. O que se afirma é que, de fato, não existe proibição para se falar em LGBT.

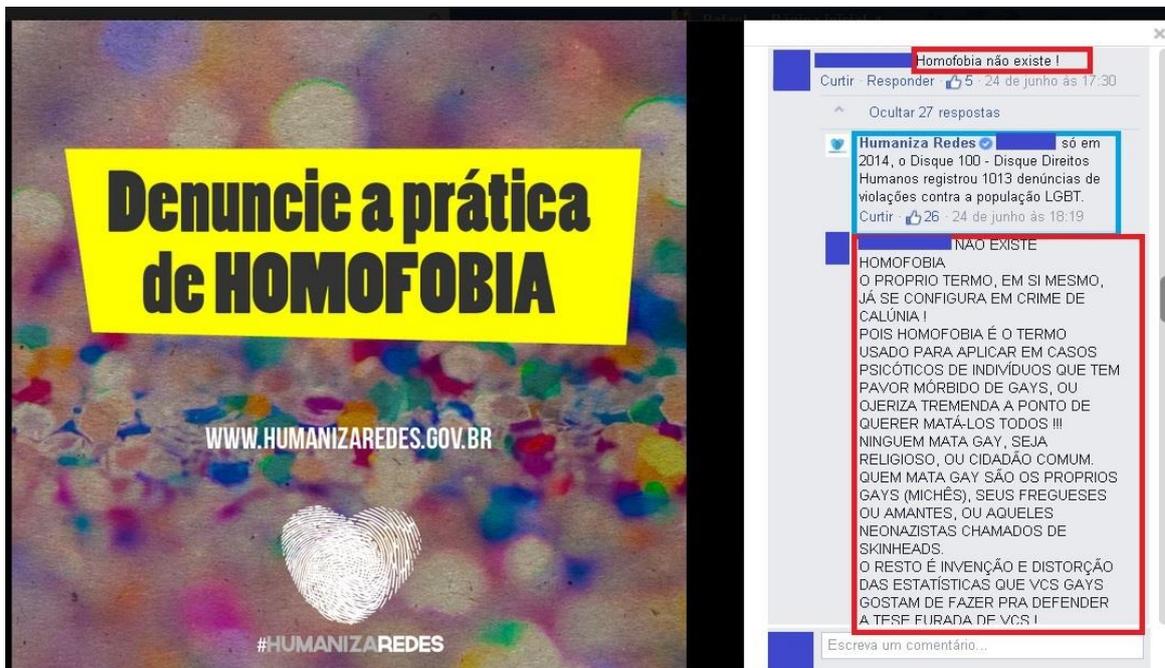
Como aponta Van Dijk (2012a), a Vitimização é uma forma de um membro do intragrupo – esse usuário do Humaniza Redes que acha natural as violações sofridas por essa população – atribuir uma má natureza ao extragrupo, no caso a população LGBT, colocando-se como ponto frágil nessa relação. O usuário tenta inverter o sentido e convencer que está sendo oprimido quando busca ocultar a opressão que ele pratica sobre a população, LGBT (extragrupo), ocultando a sua posição de algoz.

Podemos inferir que a partir do incômodo do usuário acima, os discursos que defendem a população LGBT têm sido mais presentes na sociedade com o fortalecimento dos movimentos LGBT e das lutas sociais, o que causa certo

desconforto em discursos que veiculam a segregação desse grupo social. O que parece ser uma suposta resposta do usuário a esses discursos de resistência.

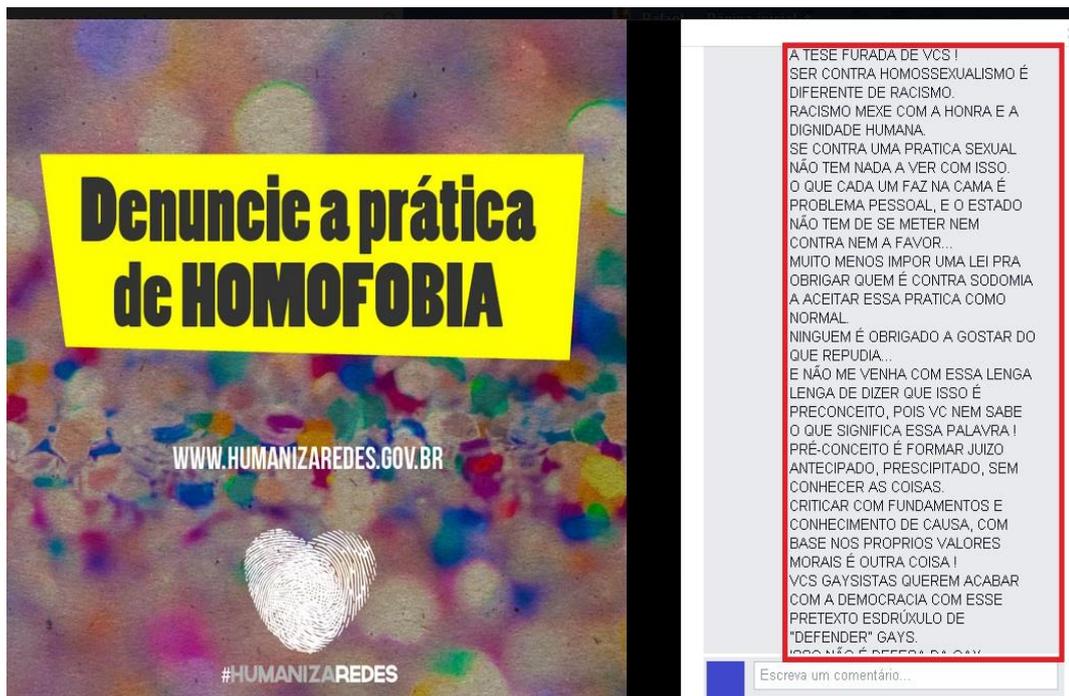
Para continuar a apresentar mais elementos para análise do problema discursivo enfrentado pelos LGBT no *Facebook* e identificar no *corpus* estruturas sociais e discursivas que influenciam na produção do discurso sobre gênero e sexualidade passa-se para a análise da próxima postagem que é uma continuação do diálogo referente à postagem anterior. Salienta-se que a resposta do usuário ao Humaniza Redes na figura que se segue se estende por mais duas figuras, de modo que a transcrição do comentário só será feita ao final da demonstração das figuras para melhor compreensão.

Figura 4 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários dos usuários e do Humaniza Redes



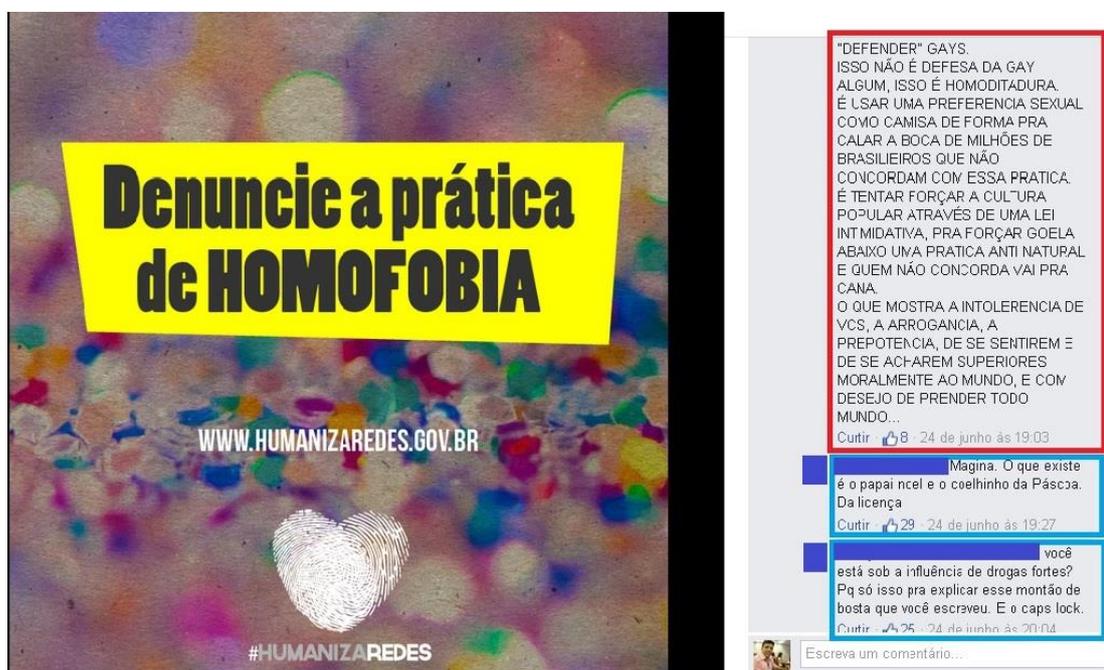
Fonte: Página do Humaniza Redes no *Facebook*. Postagem feita em 24.06.15.

Figura 5 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários de usuário - continuação



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem feita em 24.06.15

Figura 6 - “Denuncie a prática de Homofobia” - comentários de usuários sobre a postagem – continuação do comentário anterior e novos comentários



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem feita em 24.06.15

Em resposta a afirmação de que a ‘homofobia não existe’ o Humaniza Redes se pronunciou da seguinte forma:

(2) só em 2014, o Disque 100 – Disque Direitos Humanos registrou 1013 denúncias de violações contra a população LGBT (TEXTO 3)

Em seguida, o mesmo usuário prossegue a sua argumentação para a suposta inexistência da homofobia<sup>20</sup>. Logo após, 2 usuários respondem a ele:

(3) **NÃO EXISTE HOMOFOBIA** O PRÓPRIO TERMO, EM SI MESMO, SE CONFIGURA EM **CRIME DE CALÚNIA** ! POIS HOMOFOBIA É O TERMO USADO PARA APLICAR EM CASOS **PSICÓTICOS DE INDIVÍDUOS QUE TEM PAVOR MÓRBIDO DE GAYS, OU OJERIZA TREMENDA A PONTO DE QUERER MATÁ-LOS TODOS !!! NINGUÉM MATA GAY**, SEJA RELIGIOSO, OU CIDADÃO COMUM. **QUEM MATA GAY SÃO OS PRÓPRIOS GAYS (MICHÊS), SEUS FREGUESES OU AMANTES, OU AQUELES NEONAZISTAS CHAMADOS DE SKINHEADS.** O RESTO É **INVENÇÃO E DISTORÇÃO** DAS ESTATÍSTICAS QUE **VOCÊS GAYS** GOSTAM DE FAZER PARA DEFENDER A **TESE FURADA DE VCS** ! SER CONTRA O **HOMOSSEXUALISMO É DIFERENTE DE RACISMO. RACISMO MEXE COM A HONRA E A DIGNIDADE HUMANA.** SE CONTRA UMA PRÁTICA SEXUAL NÃO TEM NADA A VER COM **ISSO**. O QUE CADA UM FAZ NA CAMA É PROBLEMA PESSOAL, E O ESTADO NÃO TEM DE SE METER NEM CONTRA NEM A FAVOR...MUITO MENOS IMPOR UMA **LEI PRA OBRIGAR** QUEM É CONTRA **SODOMIA** A ACEITAR ESSA PRÁTICA COMO **NORMAL** . NINGUÉM É OBRIGADO A GOSTAR DO QUE **REPUDIA...** E NÃO ME VENHA COM ESSA LENGUA LINGUA DE DIZER QUE ISSO É **PRECONCEITO**, POIS **VOCÊ** NEM SABE O QUE SIGNIFICA ESSA PALAVRA ! **PRÉ-CONCEITO É FORMAR JUÍZO ANTECIPADO**, PRESCIPITADO, SEM CONHECER AS COISAS. **CRITICAR COM FUNDAMENTOS** E CONHECIMENTO DE CAUSA, **COM BASE NOS PRÓPRIOS VALORES MORAIS É OUTRA COISA ! VCS GAYSISTAS QUEREM ACABAR COM A DEMOCRACIA** COM ESSE PRETEXTO ESDRÚXULO DE **“DEFENDER GAYS”**. ISSO NÃO É DEFESA DE GAY ALGUM, ISSO É **HOMODITADURA** É USAR UMA PREFERÊNCIA SEXUAL COMO **CAMISA DE FORÇA** PARA **CALAR A BOCA** DE MILHÕES DE BRASILEIROS QUE NÃO CONCORDAM COM ESSA PRÁTICA. É TENTAR FORÇAR A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DE UMA **LEI INTIMIDATIVA**, PARA **FORÇAR GOELA ABAIXO** UMA PRÁTICA **ANTI NATURAL** E QUEM NÃO CONCORDA VAI PARA CANA. O QUE MOSTRA A **INTOLERÂNCIA DE VOCÊS**, A **ARROGÂNCIA**, A **PREPOTÊNCIA**, DE SE SENTIREM E DE SE ACHAREM **SUPERIORES MORALMENTE** AO MUNDO, E COM DESEJO DE **PRENDER TODO MUNDO...**(Grifo nosso)

(4) Magina. O que existe é o papai noel e o coelhinho da Páscoa. Da licença.

(5) você está sob a influência de drogas fortes? Pq só isso para explicar esse montão de bosta que você escreveu.

Os comentários destacados foram gerados a partir da provocação temática do Humaniza Redes com a postagem sobre a denúncia da homofobia e se desdobraram em um diálogo interativo bastante revelador em virtude da intervenção do perfil Humaniza Redes.

<sup>20</sup> Como esse texto, especificamente, é muito grande e foi capturado através de 3 *prints*, não se colocará as imagens no texto corrido. Porém elas podem ser consultadas nos anexos como ANEXO 3.

O perfil Humaniza Redes, texto (2), se valeu da quantidade de denúncias de violações contra a população LGBT no Disque 100<sup>21</sup> para reiterar o seu discurso para o usuário que contestava a existência desse tipo de violência. Ou seja, quis reafirmar a ideia de que a homofobia é real e de que é necessário denunciá-la e combatê-la para que as pessoas LGBT tenham mais segurança e sejam mais respeitadas. Esse discurso do Humaniza Redes é categorizado por Van Dijk (2012a) como Evidencialidade. A utilização no discurso de dados e fatos que trazem um argumento de autoridade e confiabilidade ao discurso.

Ao responder a este último comentário (2) do Humaniza Redes o usuário lançou uma série de argumentos em seu comentário seguinte (3). Nesse discurso, encontram-se elementos que são lançados com frequência em outros discursos que não admitem a existência da violência contra a população LGBT e ao mesmo parecem querer manter a invisibilidade e subalternidade dessas pessoas.

Antes de partir-se para a análise do conteúdo do referido discurso, chama-se a atenção para um detalhe que dentro da cibercultura merece ser lavado em consideração.

A prática discursiva no espaço *online* contém elementos culturais próprios que fazem parte da sua composição. No caso do comentário (3) é possível observar que todo ele foi digitado em caixa alta. Para a cultura da *internet*, que abrange as redes sociais digitais, o significado dessa prática é o de que a pessoa está tentando gritar. Ou seja, ao escrever um texto inteiro ou trecho considerável em *CAPS LOCK* a pessoa tenta demonstrar que está dando maior ênfase, em tom já de grito, para aquilo que está dizendo<sup>22</sup> e até materializando uma violência e a sua dificuldade em respeitar as diferenças e a cidadania da população LGBT.

---

<sup>21</sup> O Disque 100 é um serviço de utilidade pública pertencente à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Está vinculado à ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e se dispõe à receber denúncias sobre violações a Direitos Humanos, sobretudo àquelas relacionadas à Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, **LGBT**, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/disque100/disque-direitos-humanos>.

<sup>22</sup> A utilização da letra em caixa alta é herança da datilografia. O recurso surgiu com a intenção possibilitar a ênfase a textos datilografados, visto que não existia nas máquinas de datilografia o recurso negrito nem itálico. Com o advento da *internet* a prática passou a representar ênfase e assumiu a dimensão de grito. Com o tempo, a popularização das redes sociais e o aumento dos discursos de ódio na *internet* esse recurso tem sido utilizado em conflitos discursivos. Mais informações : <https://www.tecmundo.com.br/teclado/28844-caps-lock-a-historia-da-tecla-mais-berrante-de-todas.htm>

Ao se passar, então, para a análise do sentido do discurso, no comentário 3, primeiramente, destaca-se a presença dos sentidos ideológicos que foram lançados durante todo o comentário: a Descrição de atores (VAN DIJK, 2012a). O discurso atribui significado positivo ao intragrupo, pessoas intolerantes à população LGBT e valora negativamente o extragrupo, população LGBT. Foram utilizados termos para categorizar os LGBT como o outro/eles. Essa divisão dicotômica - eu-eles - é bastante comum nas questões ideológicas e é reforçada na ideia de uma sexualidade “naturalizada” que permite apontar qualquer dissidência do “eu”, seja de gênero e/ou sexualidade, como sendo o “outro”. Aquele a ser combatido.

O tratamento discursivo se manteve na terceira pessoa durante todo o texto, demonstrando o tratamento dos LGBT como o outro. Termos como “VOCÊS GAYS”, “VOCÊ NEM SABE”, “TESE FURADA DE VCS”, “VOCÊS GAYZISTAS” E “INTOLERÂNCIA DE VOCÊS” não deixam dúvidas de que quem produziu o discurso se considera em um lado diferente do alvo do seu discurso. O usuário deixa bem claro que não está identificado com a população LGBT.

Nesse sentido, retoma-se nessa discussão a perspectiva binarista, tão criticada por Butler (2003) e por Miskolci (2009), em relação ao desdobramento dicotômico de visões relacionadas à sexualidade. Fica evidente na fala do usuário que há uma divisão entre o lado dele, um lado não gay e de cidadãos heterossexuais, supostamente perseguidos – mais uma vez a Vitimização aparece como elemento ideológico – e o outro lado, o das pessoas que são gays e que se matam entre si, como afirma o enunciador. Vale aqui ressaltar que realmente há opressão e violação também entre LGBT. Porém, o usuário quis imputar todas as mortes sofridas por LGBT a eles mesmos. Essa afirmação, além de demonstrar a posição ideológica do enunciador, não representa a realidade, mesmo se reconhecendo que a Homonormatização (NOVENA.2005), que tem relação com a “naturalização” das sexualidades LGBT, causa opressão e violências entre LGBT.

Nessa composição, pode-se observar ainda que a descrição dos LGBT foi bastante negativa. Foi possível reparar que, ao mencionar pessoas que supostamente eram de grupos não LGBT, a nomeação dessas pessoas pareceu mais suavizada. É possível enquadrar, inclusive, uma outra categoria analítica de sentido ideológico, a Classificação, que tem a linha discursiva de “significado”, em que uma pessoa suaviza características do intragrupo e negativa as do outro.

Enquanto no mesmo discurso o enunciador afirmava que ‘cristãos’ e ‘cidadãos comuns’ não matam gays, afirmava que ‘gays (michês)’, ‘freguêses’, ‘skinheads’ ou ‘neonazistas’ é que matavam gays. Ou seja, o extragrupo, o lado ‘errado’ dessa questão, é que causava as mortes dos gays. Ressalte-se que há aí, inclusive, uma conexão contraditória entre gays e grupos que são declaradamente contrários a gays e que são historicamente responsáveis por muitas de suas mortes, como ‘neonazistas’ e ‘skinheads’.

Chama-se a atenção para o fato de o produtor do discurso descrever os LGBT de forma negativa, bem como para o fato de já classificá-los negativamente de forma generalizante e invariável. O texto inteiro atribuiu significação bastante marginalizada, de modo a subjugar as pessoas LGBT. Os termos que representam esse lugar incriminador, patologizado e subalterno dado aos LGBT foram “MICHÊS”, “HOMOSSEXUALISMO”, “GAYSISTAS”, “HOMODITADURA”, “ANTI NATURAL”, “ARROGÂNCIA”, “PREPOTÊNCIA”. Cada termo desse representa um elemento que reforça a desigualdade social que vitima os LGBT.

O termo michê, que remete de forma popular ao profissional do sexo masculino, está sendo utilizado no texto de forma generalizada para dar a entender que todos os gays utilizam esse tipo de serviço e/ou se aproximam de alguma forma desse comportamento. Essa associação dos LGBT ao sexual de forma negativa não é novidade. Rubin (1982) aponta que as sexualidades dissidentes, que fogem ao padrão hegemônico de sexualidade, como os LGBT, são colocadas como marginais e subalternas dentro da hierarquia das sexualidades. Ou seja, a elas é atribuída a sexualidade promíscua, pervertida, desconforme.

Falar sobre a utilização do termo “homossexualismo” podia parecer desnecessário, mas ainda não o é. Muitas pessoas ainda insistem em utilizar a palavra homossexualismo com a intenção de patologizar pessoas LGBT. É importante esclarecer que desde os anos 90 do século passado a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças. Portanto, insistir em utilizar o sufixo “ismo”, relacionado à doenças, parece uma tentativa retórica de continuar a valorar negativamente essas pessoas, de modo a marcar a sua posição quanto a não aceitação da sua sexualidade. Esse percurso discursivo pode ter como consequência, por exemplo, a crença em uma suposta cura da homossexualidade, questão ultrapassada pela psicologia.

O termo “gaysistas” também é mais uma tentativa de negatizar LGBT. Pessoas que se apresentam ativistas no movimento LGBT não são vistas com bons olhos por pessoas que são contrárias à cidadania e ao exercício da liberdade daquelas pessoas. Ao utilizar o neologismo “gaysista” o enunciador está se valendo de uma estratégia de linguagem em que se junta parte de uma palavra e parte de outra – cruzamento morfológico – para tentar significar algo que se deseja. No caso acima, o enunciador está associando o ativismo LGBT ao nazismo (PASCHOAL e CARDOSO, 2016). Tanto o termo “gaysista” como “feminazismo”, que são utilizados na *internet* com o intuito de dar aos ativismos LGBT e feminista uma conotação negativa, acabam sendo contraditórios. O nazismo foi um período histórico em que os diferentes, inclusive LGBT, foram mortos simplesmente por serem LGBT. Assim, parece um contrassenso tentar associar a “ideologia nazi” à defesa dos direitos LGBT.

O termo “HOMODITADURA”, um neologismo que se vale da mesma estratégia de linguagem do termo “gaysista”, também se inclina na tentativa de atribuir mais uma vez um caráter totalitário ao ativismo pelos direitos das pessoas LGBT. Ao tentar unir o termo ditadura ao prefixo “homo”, que dentro do contexto é a referência a homossexuais, o enunciador quer fazer crer que existe uma ditadura homossexual que impede que as outras pessoas sejam contrárias a uma prática que não pode ser considerada normal. Nas palavras do enunciador “NINGUÉM É OBRIGADO A GOSTAR DO QUE REPUDIA”.

Percebe-se no decorrer do discurso uma série de elementos discursivos que encaixam o discurso também na categoria ideológica de “Vitimização” (VAN DIJK, 2012a). O enunciador, além de tentar colocar LGBT como ditadores e nazistas, acrescenta uma série de elementos discursivos que coloca o seu grupo – não LGBT, pessoas supostamente normais, cidadãos comuns e cristãos – como vítimas de uma suposta imposição de valores e práticas ‘imorais’ do extragrupo, ou seja dos LGBT.

Quando o enunciador afirma que “NINGUÉM MATA GAY, SEJA RELIGIOSO, OU CIDADÃO COMUM.”; E ao mesmo tempo afirma que “QUEM MATA GAY SÃO OS PRÓPRIOS GAYS (MICHÊS), SEUS FREGUESES OU AMANTES, OU AQUELES NEONAZISTAS CHAMADOS DE SKINHEADS” ele está, primeiramente, despersonalizando o gay no seu discurso. Ao afirmar que religiosos e cidadãos comuns não matam gays, mas sim os próprios gays, a lógica é a de que pessoas

gays não são cristãos, nem cidadãos comuns. Na mesma direção, ao afirmar que quem mata gays são também gays, aqui destacados como ‘michês’, ‘fregueses’ e ‘amantes’, a ideia é de subalternidade. O enunciador reitera a sua ideia de negatividade, de despersonalização e de marginalidade aos gays. Isso fica ainda mais claro com a escrita do termo ‘skinheads’ de forma paritária com ‘michês’, ‘fregueses’ e ‘amantes’, relacionando todos esses adjetivos ao universo homossexual. Essas posições do enunciador, inclusive, refletem uma estrutura social que o interpela sobre essas questões e que ele interpela para poder produzir esses sentidos sobre LGBT.

Além disso, quando no seu texto confere aos LGBT os termos “INTOLERÂNCIA DE VOCÊS”, “ARROGÂNCIA”, “PREPOTÊNCIA”, “CAMISA DE FORÇA”, “CALAR A BOCA” e “SUPERIORES MORALMENTE”, percebe-se que o enunciador está tentando se colocar em um lugar de fragilidade. De vitimização (VAN DIJK, 2012a). Tenta demonstrar que está impedido de se posicionar contra o que nomeia de “SODOMIA”.

Nessa composição, não se pode ignorar esse termo no texto, pois é um elemento que pode estar ligado a um caráter possivelmente fundamentalista cristão por parte do enunciador. A utilização dos termos “SODOMIA” e “ANTI NATURAL”, além da afirmação de que cristãos não matam LGBT parece referenciar vieses de uma formação discursiva religiosa que não pode ser desconsiderados porque contribuem igualmente para uma cultura de violação das pessoas LGBT.

Segundo a tradição cristã, baseada no antigo testamento, diga-se de passagem, “sodomitas seriam os praticantes de atos sexuais contra a natureza humana. Todo e qualquer ato sexual que não tivesse como fim a procriação era tido por sodomia, sendo um pecado frente a Deus” (PRETES e VIANNA, 2007, p. 317). Logo, os termos empregados pelo enunciador, que “grita” durante todo o texto e nomeia a sexualidade das pessoas gays de “SODOMIA”, associando essas pessoas ao que chamou de “ANTI NATURAL”, quer justificar, a partir de uma formação discursiva religiosa e fanática, as violências dirigidas aos gays como uma suposta punição divina por irem de encontro ao ‘natural’. Foucault (1988), inclusive, pontua que a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo era tida como pecaminosa,

sodomitas, e depois na idade moderna passaram a ser consideradas anormais, pela ótica da ciência.

Para cristãos com essa linha discursiva, aquilo que vai de encontro a Deus deve ser combatido. Tanto é assim que no próprio texto o enunciador afirma que “NINGUÉM É OBRIGADO A GOSTAR DO QUE **REPUDIA**...”. Ou seja, a existência do comportamento homossexual e dos LGBT por si só já implica repúdio e negação, pois estão em uma posição de “anormalidade”, de despersonalização. Sendo assim, a violência que sofrem não pode ser questionada, pois é resultado do comportamento que assumiram.

A partir da análise desse discurso anterior, que demonstra claramente elementos que violam a dignidade das pessoas LGBT passa-se à análise de um ensaio fotográfico postado pelo Humaniza Redes no mês seguinte (a postagem sobre denúncia de práticas homofóbicas).

Universitários da Universidade de São Paulo – USP produziram um ensaio fotográfico, intitulado “Sexualidade e Ignorância”, em que pessoas seguravam cartazes contendo frases violadoras, em relação à sexualidade, que escutaram no seu cotidiano. Veja-se a postagem e o texto motivador da reflexão:

**Figura 7- Ensaio Fotográfico: Sexualidade e Ignorância**



Fonte: Página do Humaniza Redes no *Facebook*. Postagem feita em 14.07.15

- (1) Para expor as feridas das pessoas que foram discriminadas por causa da **orientação sexual** e mostrar como a **homofobia verbal** afeta a vida das pessoas os estudantes do Jornalismo Júnior (ECA-USP), da USP – Universidade de São Paulo, produziram o ensaio fotográfico “Sexualidade e Ignorância”. Para realizar o ensaio, os alunos se inspiraram nos projetos fotográficos “Ah, branco, dá um tempo”, sobre racismo na UNB – Universidade de Brasília e #EuTeOuvuDizer, da fotógrafa Sabrina Marthendal, sobre a **homofobia** na fala das pessoas. “Tão brutais quanto os ataques diretos, essas expressões revelam a violência de um **discurso preconceituoso**. Que o amor seja livre e colorido para quem quiser amar”.

Mais uma vez, percebe-se a presença de uma interdiscursividade que remete a discursos de Direitos Humanos. Elementos como ‘Homofobia’, ‘amor’, ‘orientação sexual’, ‘sexualidade’ e a própria descrição de que a construção do ensaio teve a sua origem inspirada por outra luta social contra a discriminação, como o racismo, dão o tom de defesa dos Direitos Humanos e de incentivo ao combate dessas discriminações. A foto inicial, que é apenas uma dentre 26, demonstra também essa dimensão de luta conjugada, pois une a luta contra o racismo, que não será objeto de análise dessa pesquisa, com a luta contra homofobia.

Dito isso, passa-se a análise dos diálogos contidos nas fotos selecionadas.

**Figura 8 - Ensaio Fotográfico: Sexualidade e Ignorância**



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem feita em 14.07.15

Nessa postagem, que traz uma das fotos do ensaio, um rapaz segura o cartaz contendo a frase que escutou e um diálogo se segue sobre esse cartaz. Veja-se:

- (1) Tem viado que precisa levar um murro na boca para aprender a falar como homem.
- (2) Essa não foi direcionada a mim, mas foi dita por membros da minha família enquanto passeávamos na praia, quando um casal homossexual passou ao nosso lado. Ouvir isso de familiares que sabem que sou gay me atingiu mais do que as rotineiras ofensas de estranhos nas ruas. Senti que quem levou o murro na boca fui eu. Obrigado Humaniza Redes por compartilhar nosso projeto e nos ajudar na conscientização sobre as questões LGBTT(TEXO 5).
- (3) É horrível quando familiares seus soltam frases homofóbicas já sabendo que vc é gay. Também passo por isso...
- (4) Humaniza Redes: Estamos juntos

Assim como na primeira postagem é possível perceber que bastante gente assentiu o conteúdo que o Humaniza Redes quis repassar e defender. 1.888 pessoas curtiram a postagem e 25 compartilharam. Isso tudo ocorreu em apenas 24h aproximadamente, visto que a postagem ocorreu no dia 14/07/2015 e a coleta foi realizada no dia 15/07/2015.

Outro aspecto relevante é que esse diálogo entre o Humaniza Redes e a sociedade, na defesa dos Direitos Humanos e no fomento da “humanização” das redes, parece se apresentar positivo. Os dois comentários seguintes ao texto trazido na foto, se reconheceram na frase, e trouxeram o problema da violência familiar que

os LGBT sofrem em virtude da não aceitação da sua orientação sexual. Ambos confessaram ter sofrido essa violência.

Além disso, cabe destacar também que fica evidente o caráter constitutivo do discurso enquanto prática social (FAIRCHLOUGH, 2001). Se por um lado os LGBT, ao afirmarem que ouvindo discursos discriminatórios da família sofriam mais do que nas ruas, por outro, essas pessoas, ao encontrarem discursos de defesa e de conforto no Humaniza Redes sentiam-se acolhidas e defendidas, de modo que um deles agradeceu ao Humaniza Redes pela problematização de questões relacionadas a LGBT. É possível perceber que a depender de como as estruturas sociais interpelam o agente-sujeito e de como ele retorna essa interpelação para a estrutura os sentidos vão se condensando e sendo construídos.

O Humaniza Redes, em seguida, escreve o texto “Estamos juntos...”. Essa frase denota não apenas uma aproximação do Humaniza Redes com o seu usuário, mas também uma afirmação de que se insere, através de interdiscursividade ligadas aos Direitos Humanos, em uma perspectiva de defesa mais aproximada daquelas pessoas, visto que houve uma resposta direta ao comentário do usuário que dialogou. Considerando o fato de representar o Governo Federal, é simbólico que o perfil Humaniza Redes não tenha se restringido apenas a postagem principal e ao texto motivador.

Dando sequência à análise, outros comentários relacionados ao mesmo cartaz não tiveram a mesma direção e não assentiram o caminho discursivo apontado pelo Humaniza Redes. Veja-se:

Figura 9 - Ensaio Fotográfico: Sexualidade e Ignorância



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem feita em 14.07.15

Os discursos que se seguiram em relação a essa postagem foram os seguintes:

- (1) Aqueles que falam miando com uma batata na boca, da vontade mesmo...kkk
- (2) cara eu não concordo com as frases mas tem uns gays que falam de forma irritante esfregando na sua cara a sexualidade dele e lá quero saber disso, vc é o que vc quiser eu não tenho nada com isso.
- (3) Ninguém esfrega nada na sua cara! As pessoas agem como acham que devem, tal qual tem mulheres que são espalhafatosas e homens heteros que são exagerados no jeito de ser, e nem sempre os exageros são ruins, muitas vezes são libertações de um sufoco!
- (4) Oi? Vc tem bug no cérebro só pode.
- (5) É o jeito dele, ele pode ser como ele quiser! Ponha-se no lugar deles, se alguém viesse reclamar do seu jeito de ser, você não iria achar legal. A questão é que **VOCÊ** não consegue aceitar o jeito deles. **VOCÊ** tem o terrível erro de querer olhar o mundo do seu jeito, e achar que as pessoas devem funcionar como **VOCÊ**.

Esse diálogo entre usuários da página, que não têm participação do Humaniza Redes traz alguns elementos interessantes para compreender mais uma dimensão discursiva sobre gênero e sexualidade, ou seja, questões relacionadas à fala e que trazem à tona a confusão entre gênero e sexualidade. Os usuários nesse

ponto esquivam-se da discussão sobre a violência e passam a discutir questões relacionadas ao modo de fala dos homossexuais, nomeados no cartaz como “viado”.

Butler (2003) chamou a atenção para questões geradas a partir dos desdobramentos culturais sobre masculinidades e feminilidades. Esses desdobramentos binaristas criam uma expectativa social que enquadra a pessoa que fala a partir da sua performatividade. Ou seja, há uma construção social dentro de uma inteligibilidade que interpela o outro no modo de falar, na postura e através de estereótipos relacionado à masculinidades e feminilidades que não são aceitas pelas convenções sociais dominantes, como o gay afeminado. Nesses casos, a transitividade entre os gêneros masculino e feminino fica muito clara e acaba evidenciando uma fragilidade no “ser homem de verdade”. Talvez por isso haja tanta dificuldade de respeito em relação a gays que se distanciam um pouco mais da heteronormatividade.

No caso do diálogo da postagem anterior (Figura 9), o primeiro comentário (1) argumenta que a agressão (um murro) se justifica pelo simples fato de alguns gays falarem, segundo ele, ‘miando’. O segundo comentário fala que ‘uns gays falam de forma irritante esfregando na sua cara a sexualidade dele’. Ora, nesse ponto há uma mistura sobre sexualidade e gênero que precisa ser destacada.

O enunciador confunde o jeito de falar de uma pessoa com a sua sexualidade. Para ele, se uma pessoa fala de ‘forma irritante’ e ‘miando’, nesse caso cabe mencionar que a referência, possivelmente, é em relação aos gays afeminados, ela está afirmando a sua sexualidade. Essa confusão entre questões de gênero e sexualidade é comum e ignora o fato de serem coisas distintas. Ora, nessa lógica, uma mulher trans seria necessariamente heterossexual, ou seja, a partir da mudança do sexo biológico e da construção do gênero feminino iria subsistir um desejo sexual por homens. É sabido, contudo, que essa ligação padronizada e heteronormativa entre o sexo biológico, o gênero e a sexualidade não é invariável. As possibilidades são diversas. Ou seja, possuir pênis não implica ser homem, masculino e heterossexual.

A falta de entendimento entre questões relacionadas ao gênero e à sexualidade faz com que as pessoas ignorem diferenças existentes e condensem toda a discussão de forma reducionista. O próprio tratamento de LGBT como “viado”, de forma generalizada, denota essa falta de compreensão de

especificidades que não são alcançadas pelas convenções sociais existentes. Acaba existindo, até mesmo por parte de alguns LGBT, uma expectativa comportamental, baseada em uma suposta naturalização do gênero e da sexualidade.

Os comentários que se opõem a essa visão violadora sobre gays trazem uma perspectiva um pouco mais ampla sobre o tema. Ao argumentarem que também existem ‘homens heteros’ e ‘mulheres espalhafatosas’ e que os exageros podem significar uma libertação, o discurso (3) se dirige a um caminho que dá a entender que existem pessoas exageradas, de um modo geral, e não apenas gays exagerados.

No mesmo sentido, o comentário (5) segue reafirmando que ‘ele pode ser do jeito que ele quiser’. Essa argumentação pode ser vista em uma linha construtivista, pois reforça o entendimento de que a pessoa pode ser construída dentro de uma direção que deseja. O mesmo comentário ainda chama a atenção para o fato de que o desconforto apresentado pelos usuários nos comentários (1) e (2) representa a não aceitação da diferença que o outro possui. Ou seja, a repetição do termo ‘VOCÊ’, escrito em caixa alta, para dar ênfase, quer fazer entender que é uma questão de como se olha a diferença. Essa questão fica mais evidente quando o usuário afirma que “VOCÊ tem o terrível erro de querer olhar o mundo do seu jeito, e achar que as pessoas devem funcionar como VOCÊ”. O referido comentário parece querer fugir da ideia de categorizar o outro a partir de visões de mundo baseadas nos padrões sociais tradicionais.

Para continuar o debate sobre questionamentos referentes à questões de gênero e sexualidade, segue-se com mais uma exposição fotográfica postada pelo Humaniza Redes acompanhada de mais um texto motivador. Dessa vez as postagens foram realizadas pouco mais de um mês depois da anterior, entre 30/08/2015 e 09/09/2015, e representavam a Semana Nacional da Visibilidade Lésbica. Destaque-se que em virtude de haver muito material elegeu-se apenas uma postagem feita pelo Humaniza Redes durante esse período. Segue-se a postagem e o texto motivador.

**Figura 10 - Semana Nacional da Visibilidade Lésbica**



Fonte: Página do Humaniza Redes no *Facebook*. Postagem feita em 09.09.15

(1) Gente lembra que na Semana Nacional da Visibilidade Lésbica, o Humaniza destacou o caso de uma seguidora que foi vítima de lesbofobia na faculdade. A exposição fotográfica com fotos dela e da namorada e de outros casais foi atacada para impedir a manifestação contra o preconceito. Pois é, mas o Coletivo Por Uma Nova História, responsável pelo projeto, se uniu, remontou a exposição e adivinha? A receptividade foi positiva da galera. O Humaniza apresenta a exposição: "Sobre o amor - Faz do teu amor tua arte" para vocês! Que histórias como estas, sejam inspirações para vencer o ódio e o preconceito.(...) Se for vítima de homofobia, Denuncie no [www.humanizaredes.gov.br](http://www.humanizaredes.gov.br) ou no #Disque100 #MaisAmorNenhumPreconceito #HomofóbicosNãoPassarão

Mais uma vez o Humaniza Redes dá espaço a uma exposição fotográfica que representa combate à questões ligadas ao gênero e à sexualidade. É possível verificar com essa postagem, que há a abertura do espaço (Humaniza Redes) para dar visibilidade a coletivos e lutas relacionadas com esse tipo de pauta. Além disso, a existência da homofobia mais uma vez é destacada e há novamente o estímulo à denúncia, tanto através da *hashtag* 'Disque 100' quanto a partir do *site* do Humaniza Redes. Houve ainda a reiteração de uma perspectiva interdiscursiva baseada nos Direitos Humanos.

Cabe ainda afirmar que as postagens do Humaniza Redes relacionadas ao gênero e à sexualidade continuam com uma aceitação visível, visto que essa postagem teve a quantidade de curtidas aproximadas às postagens destacadas anteriormente. Foram 1390 curtidas e 76 compartilhamentos. Isso quer dizer que os usuários do Humaniza Redes, pelo menos boa parte deles, comungam dos discursos construídos nas postagens.

Ressalte-se, ainda, que inicialmente houve um destaque para um episódio de lesbofobia em uma faculdade e a partir desse evento e da remontagem da exposição, que foi destruída por motivos discriminatórios, o Humaniza Redes resolveu destacar a história e marcar uma posição que simbolizou resistência durante a Semana Nacional da Visibilidade Lésbica. Porém, a expressão utilizada ao final do texto foi Homofobia. Acredita-se que como o termo homofobia, tão repetido nos discursos anteriores, que se popularizou bastante com o movimento gay, agora mais plural, chamado movimento LGBT, já traz o entendimento no imaginário popular de discriminação contra homossexuais. Por isso, salienta-se que há uma maior ênfase nesse termo, em vez de outros específicos, como a própria lesbofobia. Mesmo assim, destaque-se que não se está aqui criticando a utilização política de termos específicos, baseados em perspectivas identitárias, para a defesa dos direitos da população LGBT. Chama-se a atenção apenas para a discussão sobre questões de representatividade pelo fato de o termo lesbofobia e homofobia integrarem o mesmo discurso.

Dito isso, passa-se então a expor os diálogos feitos a partir dessa postagem:

Figura 11 - Semana Nacional da Visibilidade Lésbica



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 09.09.15

- (1) Olha (...) que lindo!! O amor sempre vence.
- (2) Humaniza Redes: Responde com dois corações conforme anexo.
- (3) E qual a finalidade dessa necessidade de aprovação e aceitação da sociedade para ser feliz? A **opção sexual** de cada um é pessoal, o que a pessoa faz **entre as quatro paredes, com quem** e com **quantas pessoas**, é problema dela...já os demais **não têm obrigação** de aceitar, mas **no máximo respeitar**. **Incômodo** é querer **enfiar isso goela** abaixo da sociedade, isso sim, com toda certeza é um baita **incômodo**.
- (4) É um bando de gente carente, triste, sem auto estima alguma q acha q todos são **obrigados** a amá-los, e se não amarem, vão processar até q amem...triste geração...
- (5) Humaniza Redes: (...) qual a parte do post que você não entendeu? A gente explica: estamos divulgando uma exposição de fotos que manifesta o **amor, independente de orientação sexual**. Um ato para romper com o preconceito.
- (6) Humaniza Redes: (...) não tratamos a pauta da população LGBT com "achismos".

Nessa sequência de comentários é possível perceber que há a participação de pensamentos contrários às postagens. Mais uma vez o argumento de que se pode ter uma sexualidade distinta da heterossexual desde que ela não fique visível vem à tona. A ligação com a outra postagem referente também a um ensaio fotográfico é entre os termos **"esfregar na sua cara"** e **"enfiar isso goela abaixo"**. A ideia que se infere dessa linha discursiva é a de que há uma força que tenta impor uma sexualidade às pessoas.

Na verdade, retomam-se os ensinamentos da Rubin (1982) em relação a hierarquização das sexualidades. Esse intertexto, utilizando expressões populares que denotam conflito, e a utilização de um discurso que se quer mostrar oprimido demonstram que as sexualidades LGBT não apenas não são aceitas, como são consideradas, hierarquicamente inferiores. É por isso que a reafirmação dessa sexualidade causa o que o usuário denominou de 'incômodo'. Esse desconforto é causado em virtude da não aceitação de que sexualidades distintas da heterossexualidade devam ser tratadas com equidade.

Nessa composição, é possível enquadrar o discurso (3) na categoria ideológicas Carga e Classificação (VAN DIJK, 2012a). O sentido ideológico Carga, no comentário (3), está ligado à valoração prévia negativa a partir do assunto. Ou seja, em virtude do tema escolhido, respeito a pessoas LGBT, o discurso construído pelo usuário se resumiu à sexualidade, desprezando as questões afetivas colocadas na postagem. Esse reducionismo prévio da discussão a questões sexuais ficou evidente na utilização do termo 'opção sexual' e na frase "o que a pessoa faz entre as quatro paredes, com quem e com quantas pessoas, é problema dela". Todo o discurso negligenciou questões amorosas levantadas no texto principal do Humaniza Redes sobre as relações homoafetivas.

A Classificação e a Carga, categorias Ideológicas de Van Dijk(2012a), assemelham-se em seus conceitos, mas não se igualam. Enquanto em uma, a Carga, o que faz despertar os julgamentos prévios do extragrupo (pessoa LGBT) é o tema, na outra, classificação, a valoração ocorre em virtude de apontamentos prévios sobre a pessoa. A divisão em nós/eles, com adjetivos de bastante desfavor, deixa evidente a classificação negativa para as pessoas LGBT. Ao mencionar que "os demais não têm obrigação de aceitar", a ideia é mostrar que pessoas do intragrupo não têm e não precisam aceitar esse comportamento. A sequência do

argumento é que comprova que a não aceitação é uma questão prévia do usuário. Ele afirma que “os demais” podem “no máximo respeitar”. Isso implica dizer que a atitude mínima “dos demais” pode não ser respeito, visto que respeitar é o máximo que eles podem fazer. Ou seja, é uma atitude limítrofe.

O comentário seguinte, o (4) ficou no plano ideológico da Generalização (VAN DIJK 2012a), partindo da premissa de divisão entre o nós/eles. Aliás, esse marcador de divisão de grupos acompanha as definições de sentidos ideológicos mais radicais e dicotômicos, pois colocam os enunciadores em locais sempre distintos e opostos aos sentidos que eles criticam. Isso, em certa medida, tem acompanhado todos os comentários relacionados aos LGBT. A perspectiva é sempre em relação a um suposto ‘eles’ que não insere o usuário que fala de forma contrária e inclui qualquer pessoa LGBT ou não LGBT que defenda a cidadania dessa população.

O usuário em destaque construiu o seu argumento baseado em uma generalização que tenta condensar todas as pessoas LGBT dentro de um mesmo comportamento enxergado pelo usuário. Para ele, pessoas LGBT são “gente carente, triste, sem autoestima alguma”. Ao atribuir emoções sentidas por quaisquer pessoas a todas as pessoas LGBT e nominá-los de ‘bando’ o usuário aponta de forma generalizada que todas as pessoas LGBT são inferiores e reivindicam uma atenção desnecessária das outras pessoas.

O Humaniza Redes, por sua vez, ao responder aos comentários reafirma a postura do texto principal e tenta demonstrar que a postagem não era referente à sexualidade, mas sim, sobre relações amorosas de iguais. No comentário seguinte, ainda de forma incisiva, o Humaniza Redes reafirma que trata a pauta LGBT com seriedade, não considerando ‘achismos’. Essa afirmação, no entanto, não pareceu tão clara diante do contexto da interação, mas dela infere-se que o Humaniza Redes quer reafirmar a sua posição de defesa da população LGBT.

Nesse ponto, vale destacar ainda que mais uma vez as pessoas LGBT foram relacionadas exclusivamente à sua sexualidade. A postagem principal do Humaniza Redes se referia a amor, ódio e preconceito. Nos comentários analisados percebe-se que os sentidos contrários fugiram a essa discussão ou tentaram desmerece-la inferiorizando as pessoas LGBT através dos adjetivos citados.

Nessa composição, é de extrema importância evidenciar-se que todas as postagens analisadas até aqui, referentes ao segundo semestre de 2015 representaram um disputa de sentidos relacionados ao gênero e à sexualidade. O Humaniza Redes fazia a postagem, provocava o tema, e os usuários da página se posicionavam e discutiam sobre o assunto e faziam as suas leituras.

Na análise seguinte, que é a última dessa pesquisa, passa-se a compreender uma postagem do Humaniza Redes no período posterior à reativação da página no *Facebook*. Ou seja, em maio de 2016. Vale salientar que as disputas dos sentidos eram bastante acirradas e havia vozes tanto de aprovação dos discursos do Humaniza Redes, quanto de desaprovação. Além disso, não era raro visualizar o posicionamento do Humaniza Redes em comentários, respondendo diretamente os seus usuários. Foi necessário, então, trazer uma postagem desse período pós reativação para analisar se houve alteração nessa dinâmica de interação entre discursos sobre gênero e sexualidade.

Explicado isso, segue-se a postagem e os comentários relacionados a ela:

Figura 12 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no *Facebook*. Postagem principal feita em 12.05.16

(1) Humaniza Redes: Tod@s mulheres e homens trans devem fazer valer o direito do uso do nome social em órgãos públicos e garantir a aplicação da nova lei. Não tem mais constrangimento. #Ficadica também para a sociedade que deve respeitar o uso do nome que condiz com a identidade

de gênero de cada um. #DecretodeExistência #CompartilheRespeito  
#Disque100

O Humaniza Redes teve a sua desativação realizada no dia 12 de maio de 2016 e após 12h aproximadamente voltou já com todos os seus usuários desvinculados. Como se percebe, nessa postagem, realizada em 12 de maio de 2016, e acessada novamente em 2017, apenas 9 pessoas curtiram a postagem, o que já denota uma queda considerável na participação dos usuários. Atribui-se essa queda à desativação e reativação da página, mas também ao contexto sócio-político vivenciado no país.

Quanto ao discurso utilizado pelo Humaniza Redes, percebe-se que nada mudou. Dessa vez o assunto é a defesa das pessoas trans e o discurso segue na mesma perspectiva das postagens analisadas anteriormente. A utilização de elementos para denotar uma equidade de gênero como “tod@s” e a construção discursiva de defesa da cidadania das pessoas trans, bem como o incentivo à resistência encontrado na forma imperativa como estimulou as pessoas trans a exercerem o seu direito à utilização do nome social através do verbo “devem” dão pistas de um discurso amparado nas perspectivas de Direitos Humanos e conhecedor de discussões relacionadas a gênero.

A utilização do verbo “dever” no imperativo, destaque-se, demonstra a defesa praticamente militante das conquistas sociais dos LGBT por parte do Humaniza Redes. Esse sentido combativo age, ou pelo menos tenta agir, como um contra discurso e como forma de constituir resistências frente as opressões sociais que vitimam, nesse caso, as pessoas trans. É uma demonstração de interpelação, inclusive das pessoas trans em relação à utilização do nome social.

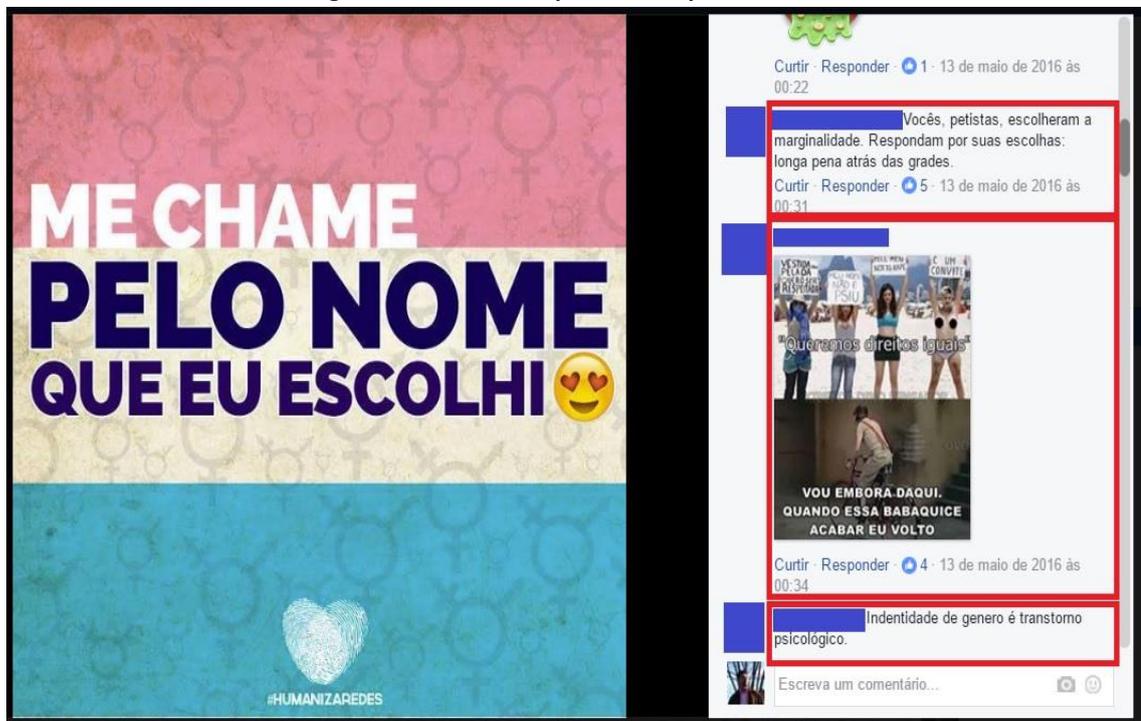
Nesse sentido, passa-se para os comentários realizados a partir dessa postagem. Destaque-se primeiro, que como não houve nenhuma resposta do Humaniza Redes durante todos os comentários dessa postagem, preferiu-se colocar todas as figuras contendo todos os comentários em sequência para deixar claro a sensação de ausência de um contra discurso em relação aos sentidos produzidos. Em seguida, foram transcritos os textos de todos os 37 comentários contidos em 11 figuras.

Figura 13 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 14 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 15 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 16 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 17 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 18 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 19 - Me chame pelo nome que eu escolhi



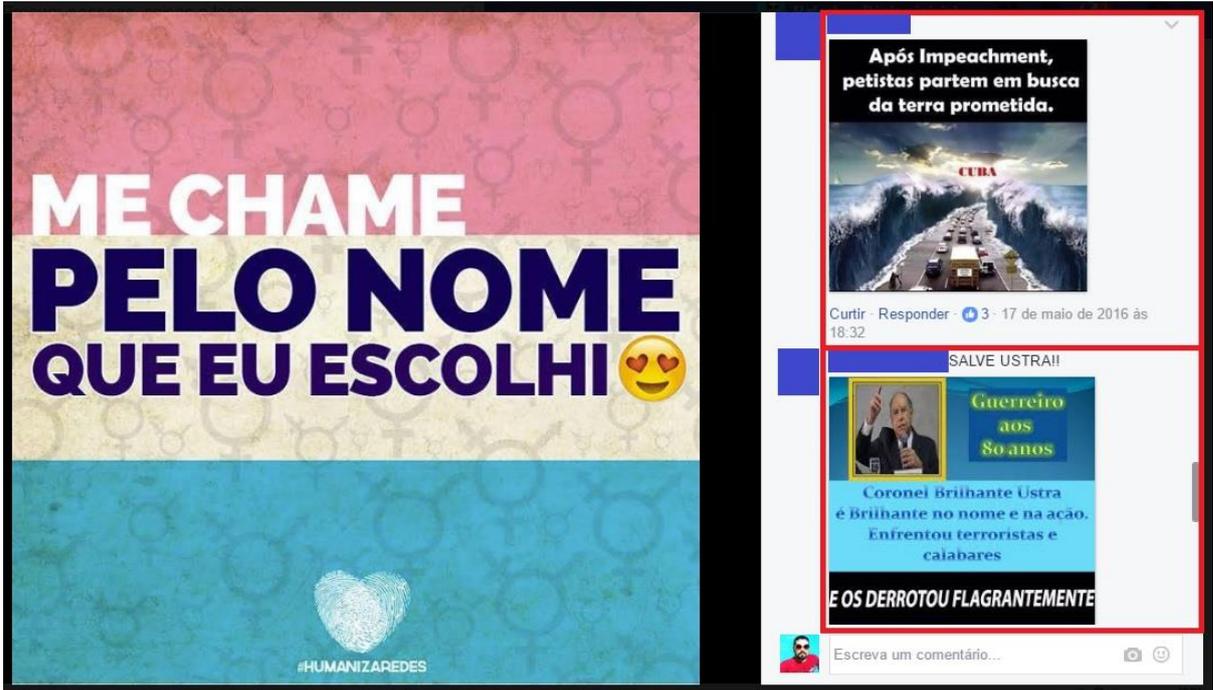
Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 20 - Me chame pelo nome que eu escolhi



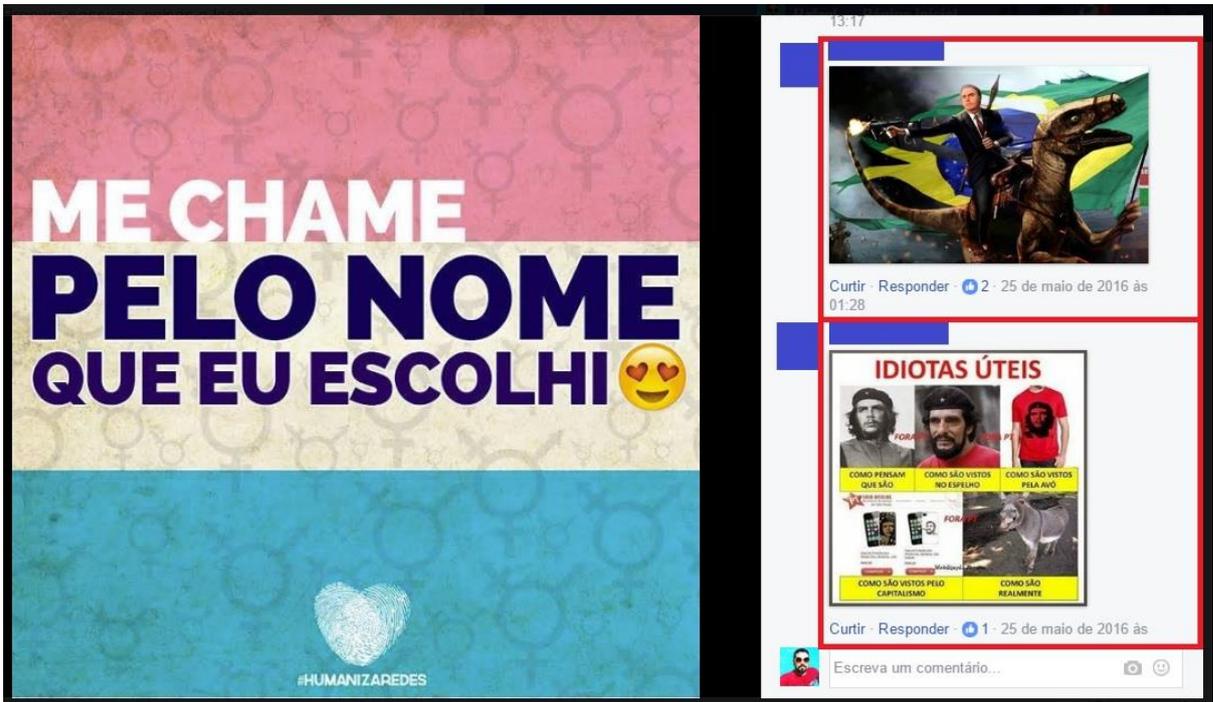
Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 21 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 22 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

Figura 23 - Me chame pelo nome que eu escolhi



Fonte: Página do Humaniza Redes no Facebook. Postagem principal feita em 12.05.16

- (1) Nunca seu lixo, acabou a mamata.
- (2) **Foda-se** o nome que você escolheu
- (3) Acabou a teta **Fela da puta** chuuuu
- (4) Presidenta?
- (5) Vai **Chupar merda**.
- (6) kkkkk **ridículos**
- (7) Emoticon simulando vômito
- (8) Vocês, petistas, escolheram a marginalidade. Respondam por suas escolhas: longa pena atrás das grades.
- (9) Sobre uma imagem em que quatro mulheres protestam contra o machismo e pedem direitos iguais consta a seguinte frase: Vou embora daqui. Quando essa **babaquice** acabar eu volto.
- (10) Identidade de gênero é **transtorno psicológico**.
- (11) **Tchau queridos!** Identidade social é o **caralho**
- (12) MPF já está de olho em vcs! **Ideologia de gênero** p crianças??? Se liga Mané!
- (13) Emoticon simulando vômito
- (14) Emoticon simulando vômito
- (15) Emoticon simulando vômito

(16) quero ser chamado de (nome do próprio usuário) Senhor Grande Supremo e absoluto do universo.

(17) Vagabundos!! !! kkkk tá bom ou quer apelidos também !!!

(18) Me registraram (nome do próprio usuário) mas eu quero ser chamado de Michel...Michel Temer! Kkkkkkkkkkkkkk

(19) Não usem as cores da bandeira do meu respeitado Espírito Santo nas postagens **ridículas** de vocês, vocês não representam o povo de bem que aqui reside. Aqui presidente comunista não se elege.

(20) Quero ser chamado de Bolsomito

(21) Podem me chamar de Jair...Jair Messias Bolsonaro!

(22) Meu nome é (...) mas pode me chamar de Bolsonaro!

(23) Humaniza **meu pau**!!!!!!!

(24) Sobre um desenho em que mostra um militar pintando o arco-íris com cores militares está o texto: Chega de viadagem, acabou.

(25) Sobre a foto do deputado federal Jair Bolsonaro está a mensagem: Bolsonaro 2018.

(26) o nome que escolhi é Bolsonaro 2018. HAHAHAHAHHAHAHAHAHAHAHAHAHA.

(27) Bolsonaro é o nome escolhido.

(28) chamar é pelo nome do rg mesmo

(29) blz **putas e maconheiros**.

(30) Imagem do símbolo do PT com a estrela do meio partida em 2 e uma frase logo acima dizendo : Game Over

(31) Imagem de oito homens brancos de terno gargalhando e bebendo algo em taças.

(32) Imagem da divisão do mar, com carros seguindo nesse caminho. Ao final do trajeto está escrito a palavra 'Cuba'. Acima da imagem está escrito o seguinte: Após impeachment, petistas partem em busca da terra prometida.

(33) SALVE USTRA!! Em seguida, há uma foto de um senhor e ao seu lado está escrito guerreiro aos 80 anos. Abaixo da foto diz o seguinte: Coronel Brilhante Ustra é Brilhante no nome e na ação. Enfrentou terroristas e calabares. E os derrotou flagrantemente.

(34) Montagem feita com o Dep. Federal Jair Bolsonaro montando um dinossauro e com a arma em punha atirando para a sua direita.

(35) Imagem composta por cinco quadros que fazem referência a Chê Guevara. O título da imagem é Idiota Úteis. O primeiro quadro é uma foto de Chê Guevara acompanhada do texto

Como pensam que são; O segundo quadro é de um homem com barba, chapéu e camisa vermelha acompanhado do texto Como são vistos no espelho; O terceiro quadro é de um corpo, cuja cabeça não aparece, vestido com uma camisa com a foto de Che Guevara, acompanhado do texto Como são vistos pela avó; O penúltimo quadro é de dois smartphones com fotos de Che Guevara, acompanhados do texto Como são vistos pelo capitalismo; e o último quadro é a foto de um burro (animal) acompanhado do texto Como são realmente.

(36) Imagem da Deputada Federal Jandira Feghali acompanhada do texto Fácil ser comunista com o dinheiro dos outros; Jandira Feghali também recebeu dinheiro do petróleo, diz Sérgio Machado.

(37) Falsidade ideológica deixou de ser crime?

Nessa postagem, especificamente, optou-se por detalhar todos os comentários referentes a ela por duas razões. Primeiro, porque eram menos comentários em relação às postagens ocorridas antes da reativação. Segundo, para demonstrar que a dinâmica interacional do Humaniza Redes alterou-se drasticamente. Enquanto nos comentários anteriores a reativação havia uma interação do Humaniza Redes com seus usuários, após essa reativação não há sinal algum de comentários do perfil Humaniza Redes, exceto o texto principal que acompanha a imagem e compõe a postagem temática.

Sem a transcrição de todos esses comentários não seria possível perceber o quanto o silêncio do Humaniza Redes fala. Ou seja, o debate sobre as questões de gênero e sexualidade e as posições defendidas através do debate, vistas nas análises anteriores, simplesmente deixaram de existir. A interpelação do sujeito em uma perspectiva subalterna é frequente na maioria dos comentários. As pessoas trans são a todo momento nomeadas por termos segregadores que refletem o lugar social de repúdio que as assimetrias sociais dão a elas.

O que restou, na verdade, foi uma única linha discursiva sendo repetida por todos os usuários quase que como um mantra. Uma linha discursiva que remete a ofensas, segregação, desrespeito e ainda reflete a polarização política vivenciada no país durante o processo de impedimento da ex Presidente Dilma Roussef em que as pessoas se dividiram ou eram divididas, por meio de classificações ideológicas, em pessoas de direita e de esquerda. Por isso, os termos 'comunistas', 'petistas', 'presidenta' e 'PT' estão presentes nos comentários e nas imagens que deveriam estar discutindo sobre a utilização do nome social por pessoas trans.

Além disso, a utilização da expressão ‘Tchau Queridos!’ também é uma referência à saída da ex Presidente Dilma, pois durante a votação do seu impedimento na Câmara dos Deputados essa expressão foi utilizada com frequência para se referir à saída de Dilma da Presidência. Enfim, o contexto político-social do país não é pauta dessa pesquisa, mas foi preciso ressaltá-lo para destacar como essa problemática influenciou diretamente os discursos do *Facebook*. Esse contexto macro não poderia ser desconsiderado do contexto micro em que os comentários eram produzidos.

Não se pode afirmar com precisão o que de fato houve nos bastidores do Humaniza Redes a ponto de saber se: tem a ver necessariamente com uma mudança de postura do governo, já que o governante é outro; há alguma determinação para que não haja mais interação entre o perfil Humaniza Redes e os seus usuários; ou se em virtude de praticamente inexistir mais debates sobre gênero e sexualidade, mas tão somente um reflexo da polarização política do país, o perfil Humaniza Redes deixou de se posicionar. Enfim, para além de todas essas dúvidas que não podem ser supridas por essa pesquisa, o que se reafirma é que, de fato, após a reativação da página não existem mais debates sobre as temáticas postadas, a quantidade de pessoas que acompanham a página reduziu drasticamente e não há mais posicionamento do Humaniza Redes respondendo os seus usuários.

Percebe-se é que ocorre de certa forma uma relação de poder desproporcional naquele espaço, em que o polo mais forte está representado pela ‘avalanche’ de comentários relacionados à candidatura à presidência do deputado federal Jair Bolsonaro, uma pessoa que se posiciona contrariamente as pautas de Direitos Humanos. A cada postagem do Humaniza Redes sobre pautas de Direitos Humanos após a reativação o que se seguiu foi a mesma dinâmica vista nos 37 comentários transcritos aqui. Uma ausência de discussão e a exaltação da candidatura do referido Deputado Federal. É claro que a redução drástica de usuários influenciou na pequena quantidade de interação na página, mas só essa redução não justifica os silenciamentos presentes e a formação discursiva que denotam indiferença e ódio praticamente uniformizando todos os comentários. Não se enxerga mais disputas de sentidos, mas sim convergências. E quando há uma tentativa de uniformização dos discursos as diferenças acabam sendo atingidas diretamente, pois movimentos uniformizadores não toleram “pontos fora da curva”.

Há uma evidente interdiscursividade na página do Humaniza Redes relacionada com o impedimento da ex presidente Dilma Roussef e contexto político do país. A referência ao termo 'presidenta', criticado, inclusive, por forças conservadoras, mas que representa discursivamente a reafirmação de uma mulher em uma posição de poder; a referência ao partido dos trabalhadores e de maneira mais ofensiva, a referência ao Coronel Ustra, responsável por torturar a ex presidente durante o período da ditadura militar dão a tônica de tendência opressiva dos discursos ali presentes. O tema central da postagem foi deixado de lado e silenciado a partir do contexto social vivido no mês de maio de 2016, qual seja, a saída definitiva de Dilma e a entrada de Michel Temer como Presidente da República.

Nos poucos comentários que discutem sobre o tema proposto, o conteúdo é preponderantemente ofensivo e não traz nenhum tipo de argumentação ou debate. São comentários que se resumem ao deboche, a agressão, a discriminação e ao desrespeito das pessoas trans. Alguns discursos, pelo que foi construído aqui são facilmente detectados com teor de ódio. Essa linha discursiva opressora e violenta está representada na utilização dos termos 'ridículos', 'babaquice', 'Vai chupar merda', 'vagabundos', 'humaniza meu pau', 'putas', 'maconheiros', 'Foda-se', 'Fela da puta'. Em 37 comentários não houve nenhum que trata-se o assunto sem confundi-lo com a polarização política do país ou sem segregar, humilhar e ofender pessoas trans.

Em uma perspectiva Foucaultiana enxerga-se nos silenciamentos dos discursos defensores de Direitos Humanos uma dimensão de controle muito presente. A impressão que se tem é que a produção do discurso está passando por um controle invisível. Percebe-se que os sentidos produzidos sobre gênero e sexualidade já tomaram outros rumos. Enquanto nos eventos discursivos anteriores a reativação havia um debate sobre o que deveria ou não ser aceito em termos dessas categorias, com forte posição do Governo Federal representado pelo perfil Humaniza Redes, na dinâmica atual o perfil parece mais cumprir uma função 'decorativa'. A última postagem do Humaniza Redes, inclusive, foi realizada em 14 de maio de 2016. Desde, então, a página não realizou mais nenhuma postagem, nem anunciou a sua desativação. Ou seja, além de não interagir, também não há

mais a provocação de discussões sobre pautas de Direitos Humanos. Logo, não se fala mais sobre LGBT desde maio de 2016.

Ao comparar todos os eventos discursivos analisados e concluir que houve uma drástica alteração na dinâmica discursiva de construção dos sentidos sobre gênero e sexualidade no Humaniza Redes é que se passa a realizar os próximos passos da ADC.

### **5.3 Investigação da função do problema na prática e dos modos de vencer os obstáculos**

Tudo o que foi investigado nas análises evidencia que há uma constante disputa entre os sentidos sobre o gênero e sexualidade no *Facebook*. Ao fomentar o debate através das postagens, o Humaniza Redes trouxe à tona sentidos que evidenciam a segregação social e se conectam com discursos que de certa forma estimulam ou justificam violências cometidas contra LGBT. Quando o próprio Humaniza Redes afirma que “discurso de ódio não é liberdade de expressão” (Figura 3, comentário (2)) ao tratar sobre questões LGBT está construindo um sentido que defende essas pessoas. A pior função que se atribui ao problema pesquisado é que alguns sentidos interdiscursivos e ideológicos assumidos sobre o gênero e a sexualidade, de fato lastreiam o ódio e a segregação de pessoas LGBT no discurso como os da Figura 4, comentário 3, em que LGBT são tratados como sodomitas e por isso merecem uma punição social ou no caso do último texto, comentários 1, 6, 17 e 29 em que são chamados de “lixos” e “ridículos”, “vagabundos”, “putas” e “maconheiros”.

Ao manter-se em uma formação discursiva religiosa com olhar fundamentalista ou se prender a convenções sociais que tentam anular a diferença presente no outro, esses discursos reforçam as assimetrias sociais e aprofundam as desigualdades sociais existentes. As diversas possibilidades sexuais distintas da hegemonia heterossexual e os sentidos produzidos a partir dessa heteronormatividade só fomentam a violência diuturna que atinge a população LGBT.

Conforme se definiu anteriormente, o discurso de ódio é aquele que segrega, viola, que ofende a existência e a dignidade do outro, normalmente alguém

vulnerável socialmente. No decorrer da análise foi possível perceber que vários sentidos assumidos são facilmente identificados como discursos de ódio, dada a sua construção ofensiva e violenta em relação aos LGBT.

Nesse sentido, ressalta-se que o debate fomentado, antes da desativação da página, pelo Humaniza Redes, com a participação de pessoas que concordavam e discordavam da temática, parecia ser sério. Tinha-se a ideia nítida de que ali, inclusive, havia uma linha discursiva de resistência contra as violações sofridas pelos LGBT. O Humaniza Redes provocava a discussão e dialogava com os usuários, tanto os que eram a favor à postagem como os contrários. A discussão e o estímulo a conscientização eram pauta frequente, visto que as postagens sobre o assunto eram mensais, ao menos em 2015.

Ficou evidente que toda essa dinâmica discursiva e democrática não ocorreu após a reativação da página. No entanto, elege-se como forma de superar os discursos de ódio, a noção liberal e limitada de liberdade de expressão e, finalmente, de amenizar os problemas sociais causados através dos discursos aos LGBT o fomento ao debate. Ou seja, se não tivesse existido essa interrupção no estímulo a reflexão sobre questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, mais e mais pessoas talvez tivessem discutido e aprendido questões ligadas a essas categorias. A superação das dificuldades, conflitos e desigualdades sociais provocadas por questões de gênero e sexualidade deve ocorrer via debate, democratização dos espaços públicos para dar visibilidade a essas questões e trazer principalmente pessoas que ignoram essa discussão para o centro do debate.

#### **5.4 Refletindo a análise**

O gênero e a sexualidade são construções teóricas relativamente novas, mas os problemas decorrentes das questões que envolvem essas categorias não. Foi preciso muito debate, muitos estudos, mesmo aqueles que já foram superados, para que se chegasse ao nível de construir comportamentos capazes de emancipar LGBT e produzir resistências nas suas lutas.

Nesse sentido, aponta-se como principal reflexão dessa pesquisa a importância de se estimular o debate sobre as questões de gênero e sexualidade, ou seja, o enfrentamento das convenções sociais dicotômicas e excludentes e o respeito às diferenças, dentro da formação discursiva dos Direitos Humanos que

respeita opiniões opostas, mas que não admite violências e que fomenta o debate na intenção de interagir e construir para práticas sociais mais empáticas e menos violadoras em relação aos LGBT. Ficou claro que a ausência do debate e da interação entre diferentes, como ocorreu no último evento discursivo analisado, não contribuem para construir comportamentos sociais pautados nos Direitos Humanos.

As políticas e os discursos relacionados aos Direitos Humanos não nascem e não se desenvolvem isolados do seu contexto sócio-político. Nesse sentido, também se reflete nesse trabalho a relevância de se falar sobre gênero e sexualidade como um ato de resistência diante dos silenciamentos que estão sendo provocados pelo contexto social atual. Ou seja, há uma força conservadora e fundamentalista que não permitiu que o PNE e que a maioria dos Planos de Educação Estaduais falassem sobre gênero e sexualidade nas escolas; há uma postura silenciosa de um Governo Federal que não se posiciona sobre questões ligadas aos LGBT; e, por fim, se ressalta que iniciativas de combate a violações de Direitos Humanos como o Humaniza Redes, que praticamente se resumiu ao seu *site*, seguem silenciadas e sem estímulo. A última postagem do Humaniza Redes foi no dia 14 e maio de 2016.

Nesse sentido, através dessa pesquisa, se posiciona pelo fomento ao debate sobre o gênero e a sexualidade no sentido de estimular a compreensão e o maior respeito às diferenças relacionadas ao gênero e também as possibilidades sexuais. Os sentidos discursivos de resistência, como àqueles pregados pelo Humaniza Redes precisam ser mantidos. Pesquisas em ADC exigem esse engajamento social e político do pesquisador. Quem critica posições definidas em pesquisas de defesa de oprimidos sociais, para além de questões acadêmicas, possivelmente assume uma liberalidade que dá espaço ao fundamentalismo e ocupa uma possível posição de privilégio social, o que de certa forma faz com que ignore e banalize assimetrias sociais.

Ora, se não houver uma posição marcada sobre sentidos discursivos, ideologias e relações de poder que bloqueiam entendimentos que podem ajudar pessoas a compreenderem melhor outras pessoas e contribuir para o bem estar social de todas e todos, como essa empatia ocorrerá? A análise que se fez no Humaniza Redes é uma prova de que se não há um contradiscurso resistindo e lançando luz sobre a injustiça social e problematizando questões que vitimam LGBT, essa conscientização não ocorrerá espontaneamente. Há uma heteronormatividade

violenta que se alinha a formações discursivas religiosas, ideologias radicais e relações desiguais que devem ser combatidas para não causarem tanta violência e desigualdade social.

Reflete-se, por fim, como contribuição dessa pesquisa, que no debate sobre gênero e sexualidade marcadores sociais como desigualdade de gênero, hierarquia sobre orientações sexuais e formações discursivas religiosas radicais ou de perspectivas biologizantes radicais têm penetrado na dinâmica do *Facebook*. Esses marcadores sociais se potencializam na amplitude e na velocidade que as redes têm e conectam discursos violadores das pessoas LGBT, quer sejam discursos de ódio ou mesmo discurso que se travestem de liberdade de expressão para negar cidadania à população LGBT. Logo, ‘desmascarar’ esses discursos que se valem desses marcadores e se escondem atrás de uma suposta liberdade de expressão ou denunciá-los através dos mecanismos legais, quando for o caso, são formas de fortalecer a resistência e combater as violências sofridas pelos LGBT. É o que se estimula, enfim, com essa pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho viabilizou uma compreensão das formações discursivas, interdiscursividades, relações de poder e sentidos ideológicos que integram os sentidos dos discursos sobre gênero e sexualidade no *Facebook*. Através da análise das postagens do Humaniza Redes no *Facebook* foi possível refletir sobre os sentidos que estavam interagindo naquele ambiente e sobre como esses sentidos contribuem para a (re)produção de desigualdades sociais em relação aos LGBT.

De um modo geral, os sentidos construídos sobre gênero e sexualidade no *Facebook* são conflitantes e defendem caminhos distintos. Enquanto alguns sentidos pregam a defesa das pessoas LGBT e se valem de perspectivas de Direitos Humanos e construções ideológicas que contribuem para resistir a opressão e combater a desigualdade social, outros fazem o oposto, (re)produzem a segregação e a inferiorização dessa população, mantendo ou até mesmo aprofundando as assimetrias sociais que violam os direitos humanos dessas pessoas.

A compreensão da construção dos sentidos sobre gênero e sexualidade no *Facebook* passa, necessariamente, pela identificação de posições ideológicas, das relações de poder e dos olhares dos enunciadores sobre a concepção de gênero e sexualidade e até mesmo de liberdade de expressão no ambiente *online*. Dentro dessa compreensão, foi possível enxergar que diversos discursos, como os encontrados nas figuras 4,5,6,7 e 8, se travestiam de simples opinião para produzir discursos de ódio contra os LGBT e tantos outros tentavam opinar conforme o seu conhecimento sobre o assunto ou até mesmo a sua vivência de violações. Desse modo, foi possível conhecer sentidos de defesa e de ataque à população LGBT.

O campo da formação discursiva no qual está inserido o discurso, seja religioso fundamentalista, científico biológico ou constituindo o respeito aos Direitos Humanos, também contribui consideravelmente para o entendimento de que essas formações dão uma suposta legitimidade para discursar contra ou à favor dos LGBT. No caso de discursos contrários, a possibilidade de enquadramento de alguns discursos em discursos de ódio fica bastante evidente. Ou seja, discursos fundamentalistas religiosos ou discursos que biologizam radicalmente a discussão

sobre LGBT acabam incorrendo em segregação, humilhação e inferiorização dessas pessoas.

Sendo assim, ressalta-se que os objetivos específicos dessa pesquisa foram alcançados. Houve a identificação e coleta das postagens que traziam campanhas de promoção à cidadania LGBT. Isso possibilitou a análise das formações discursivas, das interdiscursividades e dos demais elementos que integravam essas formações e permitiu, ao final, o mapeamento dos sentidos sobre gênero e sexualidade que estavam ali presentes.

A utilização da ADC como teoria e como método de análise foi fundamental para tentar enxergar as questões que estavam além da literalidade dos comentários dentro do seu contexto social. O posicionamento e o engajamento que esse tipo de pesquisa exige serviram para não perder o fio condutor de combater assimetrias sociais. Dessa forma, os cinco passos de Chourialaki e Faiclough utilizados para analisar mais profundamente o problema, apoiados pelas construções teóricas densas e didáticas sobre ADC das autoras Viviane Vieira, Viviane Resende e Viviane Ramalho foram bastante enriquecedores para a pesquisa.

As categorias analíticas do gênero e da sexualidade desenvolvidas a partir de teóricas feministas, como Scott, Butler, e Rubin e também por Miskolci trouxeram um olhar mais crítico sobre questões que aparentemente eram invisíveis no discurso, mas que representavam a (re) produção de desigualdades baseadas em desigualdades de gênero e compreensões hierarquizadas sobre sexualidade.

As categorias analíticas de Van Dijk sobre ideologia e os ensinamentos de Foucault sobre relações de poder, discurso e silenciamentos deram a tônica necessária para compreender formações discursivas que dividiam a discussão em grupos binários em que as possibilidades eram restritas e quando um dos pólos perdia mais força era silenciado pela posição privilegiada de poder que o outro grupo passou a ocupar. É o caso da dinâmica do Humaniza Redes em suas postagens após a reativação da página no *Facebook*.

Dada a importância da temática e a impossibilidade de essa pesquisa se aprofundar mais, destaca-se que estudos posteriores podem investigar a influência de contextos político-sociais no *Facebook* e de como esses contextos influenciam

consideravelmente sentidos produzidos sobre gênero e sexualidade. Embora não tenha sido possível investigar essas nuances, restou evidente a importância de produzir conhecimento sobre a intersecção dos campos do gênero, da sexualidade e da linguagem.

Nesse sentido, destaca-se que os recursos didáticos utilizados nessa pesquisa levaram a compreensão das interdiscursividades, ideologias e relações de poder presentes nos sentidos conflitantes no *Facebook* e demonstraram o quanto esses sentidos podem contribuir para a (re) produção de desigualdades. Dessa forma, o objetivo principal dessa pesquisa foi cumprido.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault**. Revista Filogênese. Marília, SP. Vol. 6. n 2, p. 148 a 162. 2013. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/revistas-eletronicas/filogenese/edicoes-anteriores/2013---volume-62/>. Acesso em 01/08/2016.

BAKHTIN, M. **Dialogismo e construção do sentido**. Organizadora: Beth Brait. 2ª Ed. rev. Campinas/SP: editora da Unicamp, 2005.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BONOTO, Carolina. **“TEM LOCAL?”: Os usos sociais da internet no combate à LGBTfobia**. In II Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Salvador – BA. 2015. Disponível em: < <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>> Acesso em 01/06/2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

CAMERON, Deborah. **Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual** in Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos / Robin Lakoff...[et. Al]. Organização e tradução OSTERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Os funcionamentos do dispositivo da sexualidade: processos de heteronormalização**. In Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero. Fernando Seffner; Marcio Caetano (organizadores) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2016. Tema: Disponível em < <http://faceca.cnec.br/wp-content/uploads/sites/19/2016/02/Discurso-discursos-e-contra-discursos-latino-americanos-sobre-a-diversidade-sexual-e-de-g%C3%AAnero.pdf>>. Acesso em 16/12/2016.

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinbourg: Edinbourg university, 1999.

CASTRO, Matheus Felipe de; FREITAS, Riva Sobrado de. **Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão**. Seqüência (Florianópolis), n. 66, p. 327-355, jul. 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p327> Acesso em 16/07/2016. Acesso em 20/01/2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DARÓZ, E, P.; AZEVEDO, N, P, S, G.; SILVA, S, D. **Linguagem e produção de sentidos: a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso**. In Ensino, Texto e Discurso: BARROS, Isabela do Rêgo et al (Orgs.). Ensino, texto e discurso. Curitiba: Editora CRV, 2014.

DIP, Andrea. **Existe “ideologia de gênero”?** Entrevista da Dra. em Educação Jimena Furlani à Pública, agência de reportagem e jornalismo investigativo. 30 de agosto de 2016. Disponível em <<http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2001.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001. Resenhas Bagoas Estudos Gays, Gênero e Sexualidade. N.3. 2009. p. 213-219.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro Edições Graal, 1988. 13ª ed. 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução – Laura Fraga de Almeida Sampaio – 24ª ed – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979. 22ª ed. 2006. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo.

LAKOFF, Robin. **Linguagem e lugar da mulher** in Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos / Robin Lakoff...[et. All]. Organização e tradução OSTERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999. 272 p. (Coleção TRANS).

LOURO, Guacira Lopes, **Discursos de ódio** in Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero. Fernando Seffner e Marcio Caetano (Org.) Editora Realize. 2016. Campina Grande – PB. Disponível em < <http://faceca.cnec.br/wp-content/uploads/sites/19/2016/02/Discurso-discursos-e-contradiscursos-latino-americanos-sobre-a-diversidade-sexual-e-de-g%C3%AAnero.pdf>>. Acesso em 16/12/2016.

MACHADO, Roberto. In **Microfísica do Poder**. FOUCAULT, Michel. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979. 22ª ed. 2006. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo.

MARTEL, Frédéric. **Smart: o que você não sabe sobre a internet**. tradução Clóvis Marques, - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. Revista Letra Magna. Ano 05. n11 – 2º semestre de 2009.

MELO, Iran Ferreira de. **Por uma Análise Crítica do Discurso**. in Introdução aos estudos críticos do discurso: Teoria e prática. Iran Ferreira de Melo (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

MENDES, Conrado Moreira. **A pesquisa online: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual.** Revista Digital Hipertextus. n.2 . Jan 2009.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. **Condensação de sentidos e paródia: Categorização social sobre sexo, gênero e sexualidade.** Recife. UFPE. 2013. 216 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013

MISKOLCI, Richard. **A teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** Sociologias. Porto Alegre, ano 11, n° 21, jan/jun. 2009, pag. 150-182.

NICHOLOSON, Linda. **Interpretando o gênero.** (Tradução de Luiz Felipe Guimarães Soares). Revista Estudos Feministas, 8(2),2000.

NOVENA, Nadia. **A sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio.** Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

ORTNER, Sherry. **Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura?** In: Michelle Rosaldo e Louis Lamphere (orgs.). A Mulher, a Cultura e a Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Disponível em [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1347/ortner\\_estaamulher.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1347/ortner_estaamulher.pdf?sequence=1)

OSTERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz. **Linguagem. Gênero. Sexualidade: uma introdução** in Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos / Robin Lakoff...[et. Al]. Organização e tradução OSTERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PAPA, Solange Maria de Barros. **Análise Crítica de Discurso e Realismo Crítico: reflexões teórico-metodológicas.** in Introdução aos estudos críticos do discurso: Teoria e prática. Iran Ferreira de Melo (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PASCHOAL, Pilar Cordeiro Guimarães e CARDOSO, Viviane Maria Vieira. **O efeito patêmico na formação de palavras: expressividade e intencionalidade discursiva.** Revista Philologus, Ano 22, N° 64 Supl.: Anais do VIII SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2016

PIFANI, Tânia. **Do Paradigma Essencialista para o Pós-Estruturalismo: Uma Reflexão Epistemológica Sobre Sexualidade.** *Trends in Psychology*/ Temas em Psicologia – 2015, Vol. 23, n° 3, 693-700.

PRETES, Érika Aparecida e VIANNA, Túlio. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo.** Iniciação científica: destaques 2007 Volume 1/Wolney Lobato, Cláudia de Vilhena Schayer Sabino, João Francisco de Abreu (Org.). - Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008. 572 p.

RESENDE, Viviane de Melo e RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica.** 2.ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

RESENDE, Viviane. **Análise de discurso crítica como interdisciplinar para a crítica social: uma introdução.** In Introdução aos estudos críticos do discurso: Teoria e prática. Iran Ferreira de Melo (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et. Al). **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3 ed. – 14 reimpr. – São Paulo : Atlas, 2012.

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações.** In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. MARICATO, Ermínia ... [Et al.]. – 1. Ed. São Paulo. Boitempo: Carta Maior, 2013.

RUBIN, Gayle. **Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality.** Duke University Press. Durkan & London. 2011. p. 137. Originally presented at the Scholar and the Feminist 9 Conference, 24 April 1982, Barnard College, New York Cit.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** Edição S.O.S. Corpo. Recife. Mar. 1993. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>> Acesso em 26/07/2016.

SAKAMOTO, Leonardo. **O que aprendi sendo xingado na internet.** São Paulo: LeYa, 2016. 160p.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Tradução DABAT, Christine Rufino, ÁVILA, Maria Betânia. 1989. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 03/06/2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio(Organizadores). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais.** São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 342 p.

VAN DIJK, Teun A. **Política, ideologia e discurso.** in Introdução aos estudos críticos do discurso: Teoria e prática. Iran Ferreira de Melo (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder.** Teun A. Van Dijk; Judith Hoffnagel, Karina Falcone, organização. 2 ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012b.